

ORGANIZADORES

Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura  
Lilian Beatriz Ferreira Longo  
Márcio Rocha Damasceno  
Reginaldo Adriano de Souza  
Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio

# Mulher

**ENTRE O CUIDADO,  
A LUTA E A RESILIÊNCIA**

 **DIGITAL  
EDITORA**

ORGANIZADORES

Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura  
Lilian Beatriz Ferreira Longo  
Márcio Rocha Damasceno  
Reginaldo Adriano de Souza  
Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio

# Mulher

**ENTRE O CUIDADO,  
A LUTA E A RESILIÊNCIA**

 **DIGITAL  
EDITORA**

RITA DE CÁSSIA MARTINS DE OLIVEIRA VENTURA  
LILIAN BEATRIZ FERREIRA LONGO  
MÁRCIO ROCHA DAMASCENO  
REGINALDO ADRIANO DE SOUZA  
THIARA GUIMARÃES HELENO DE OLIVEIRA PÔNCIO  
*(ORGANIZADORES)*

**MULHER:**  
ENTRE O CUIDADO, A LUTA  
E A RESILIÊNCIA

## MULHER: ENTRE O CUIDADO, A LUTA E A RESILIÊNCIA



DOI: 10.48140/digitaleditora.2024.002.0

**Designer da Capa:** Agência Mirai

**Imagens da capa:** www.elements.envato.com

**Projeto gráfico:** Agência Mirai

**Diagramação:** Agência Mirai

**Revisão de Texto:** Os autores; Garcia Editorial

**Editoração:** Digital Editora

**Produção Digital:** Digital Editora

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M956

Mulher: entre o cuidado, a luta e a resiliência / Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura *et al.* (Orgs.). – Teresina-PI: Digital Editora, 2024.

148 p.

ISBN: 978-65-89361-23-7

DOI: 10.48140/digitaleditora.2024.002.0

Apresenta bibliografia

1. Mulheres - Questões sociais. 2. Mulheres - Aspectos culturais. 3. Psicologia. I. Organizadores.

CDD: 301.412

CDU: 316-055.2

Catalogação na publicação: Leandro de Sousa Sant'Anna . CRB 13/668

Digital Editora- CNPJ: 37.684.427/0001-66

© 2023- Digital Editora- Todos os direitos reservados.

Rua Luis Pires de Lima, 3770 – São João

Teresina – PI – CEP: 64.047-020

E-mail: contato@digitaleditora.com.br

Site: www.digitaleditora.com.br

Publique seu livro com a Digital Editora. Para mais informações envie um e-mail para contato@digitaleditora.com.br

## MULHER: ENTRE O CUIDADO, A LUTA E A RESILIÊNCIA

ISBN: 978-65-89361-23-7 (e-Book)

Copyright © 2024 by Digital Editora

Copyright © 2024 Texto by Autores

Todo o conteúdo apresentado nesta obra é de responsabilidade do(s) autor(es), incluindo a correção, revisão ortográfica e gramatical do texto. O(s) mesmo(s) empenha(m-se) para citar adequadamente e dar os devidos créditos a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possibilitar, acerto caso, inadvertidamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

A editora não se responsabiliza pelo conteúdo, manutenção, atualização e idioma dos sites referidos pelo(s) autor(es) nesta obra. Comentários dos leitores, bem como correções ou sugestões que possibilitem o aprimoramento de edições futuras podem ser encaminhados à Digital Editora pelo e-mail contato@digitaleditora.com.br



Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Esta obra de acesso aberto (Open Access) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional, sendo permitido o download da obra e compartilhamento desde que atribuído o crédito aos autores, sem alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade dos seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

## CONSELHO EDITORIAL

**Dr. Francisco das Chagas Araujo Sousa** - <http://lattes.cnpq.br/6348603123335586>

**Dr. Alvaro Francisco Lopes de Sousa** - <http://lattes.cnpq.br/1255771708736991>

**Dra. Ana Carla Marques da Costa** - <http://lattes.cnpq.br/6002336421734300>

**Phd. Jacenir Reis dos Santos Mallet** - <http://lattes.cnpq.br/9643185827631520>

**Dra. Khelyane Mesquita de Carvalho** - <http://lattes.cnpq.br/3803143158962612>

**Dr. Estélio Silva Barbosa** - <http://lattes.cnpq.br/9917115701695838>

**Msc. Laianny Luize Lima e Silva** - <http://lattes.cnpq.br/3509411339767194>

**Msc. Rosalba Maria Costa Pessôa** - <http://lattes.cnpq.br/1947023382963441>

**Msc. Wenysson Noleto dos Santos** - <http://lattes.cnpq.br/8599251418329909>

**Msc. Felipe Santana e Silva** - <http://lattes.cnpq.br/5625927643552537>

**Msc. Carlos Antonio da Luz Filho** - <http://lattes.cnpq.br/3472862979228236>

**Msc. Maria do Amparo Moura Alencar Rocha** - <http://lattes.cnpq.br/7586848020525141>

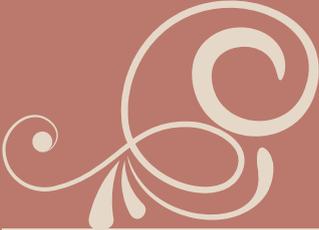
**Msc. Tiago Leal Catunda Martins** - <http://lattes.cnpq.br/4495021777852960>

**Dr. Francisco Braz Milanez Oliveira** - <http://lattes.cnpq.br/1930356820921070>

**Msc. Paulo Ricardo Alves dos Reis Santos** - <http://lattes.cnpq.br/0047521500954576>

## BIBLIOTECÁRIO

Leandro Sousa Sant'Anna - CRB. Nº 13/667



## PREFÁCIO

"Dizem que a mulher é o sexo frágil, mas que mentira absurda!  
Eu que faço parte da rotina de uma delas sei que a força está com elas..."

*Erasmu Carlos*

O livro, "Mulher: entre o cuidado, a luta e a resiliência", nasce da necessidade de dar voz às múltiplas realidades vivenciadas por mulheres em diferentes cenários sociais, culturais e psicológicos. Ele é fruto de um projeto desenvolvido na disciplina de Metodologia Científica, cujo objetivo foi estimular a pesquisa, a escrita científica e a discussão entre os alunos do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACIG. A proposta incentivou a análise crítica e o aprofundamento em temas que transcendem o conhecimento teórico, explorando a complexidade da mulher no mundo contemporâneo.

Cada artigo presente nesta coletânea reflete a dedicação em compreender o papel da mulher em contextos diversos – da família ao ambiente de trabalho, da saúde mental à violência de gênero, da sexualidade, das expectativas sociais à luta por autonomia. O olhar sensível e científico de cada autor revela a importância de abordar a mulher sob uma perspectiva ampla, que reconheça suas lutas, dores, conquistas e, sobretudo, sua resiliência.

O objetivo desta obra é contribuir para o diálogo sobre questões que, infelizmente, ainda são invisibilizadas ou mal compreendidas. Ao promover o debate sobre os desafios e as adversidades que as mulheres enfrentam, bem como suas estratégias de resistência e cuidado, esperamos enriquecer a reflexão acadêmica e social sobre o papel feminino.

Que este livro inspire, provoque reflexões e reafirme o papel das mulheres como agentes de mudança e transformação. Acima de tudo, que liberte as vozes há tanto tempo contidas, silenciadas e apagadas.

*Os Organizadores*

*"O meu texto é um lugar onde as mulheres se sentem em casa".*

— Conceição Evaristo

Essa citação representa o desejo que os autores, dos diferentes capítulos, querem expressar com suas palavras. Que cada texto seja uma representação de um espaço de acolhimento e pertencimento para as mulheres que muitas vezes foram marginalizadas ou silenciadas.

## SUMÁRIO

### **CAP. 1: ACORDES DE IGUALDADE: A PRESENÇA FEMININA EM PROFISSÕES DOMINADAS POR HOMENS ..... 11**

 10.48140/digitaleditora.2024.002.1

- ▶ *Kesley Gonçalves Bertany*
- ▶ *Sarah de Carvalho Carneiro*
- ▶ *Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura*

### **CAP. 2: “POR QUE SÓ MEU FILHO É ASSIM?” NARRATIVAS DE MÃES DE CRIANÇAS ATÍPICAS ..... 22**

 10.48140/digitaleditora.2024.002.2

- ▶ *Ana Alice Barros Moreno*
- ▶ *Ana Clara Cardoso de Paula Eler*
- ▶ *Celine Stella da Silva Souza*
- ▶ *Gabriele Cristina Pereira Gonçalves*
- ▶ *Márcio Rocha Damasceno*

### **CAP. 3: AUTOMEDICAÇÃO ENTRE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA: UM OLHAR SOBRE PRÁTICAS, DESAFIOS E IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE..... 34**

 10.48140/digitaleditora.2024.002.3

- ▶ *Ana Luíza Arantes Knaip*
- ▶ *Joice Pires Rodrigues*
- ▶ *Rafaelly Soares Virgilino*
- ▶ *Virna Gabrielle Oliveira Magalhães*
- ▶ *Caroline Lacerda Alves de Oliveira*

**CAP. 4: A CULPA ENTRE A MÃE E A MULHER: NAVEGANDO ENTRE AS CULPAS E AS ESCOLHAS NAS NARRATIVAS MATERNAS ... 48**

 10.48140/digitaeditora.2024.002.4

- ▶ *Vitória Emanuely Gomes Martinez*
- ▶ *Keila Gabriela Rosa Ferreira*
- ▶ *Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio*

**CAP. 5: AUTOCONCEITO E AUTOIMAGEM DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ..... 58**

 10.48140/digitaeditora.2024.002.5

- ▶ *Bianca de Souza Araújo*
- ▶ *Letícia Aguiar Pereira*
- ▶ *Maria Alice Coelho Sales*
- ▶ *Samili Agostinho Gonçalves*
- ▶ *Márcio Rocha Damasceno*

**CAP. 6: A CLÍNICA AMPLIADA NO CUIDADO DA SAÚDE MENTAL DE MULHERES: A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E SEUS EFEITOS ..... 71**

 10.48140/digitaeditora.2024.002.6

- ▶ *Nataliane Davila Dutra*
- ▶ *Rangel Luiz Portes Estanislau*
- ▶ *Rhanea Lidea de Oliveira*
- ▶ *Samara Maria Ferreira Bhaia*
- ▶ *Étore Gomes Mazini*

**CAP. 7: CORPOS À VENDA: O PAPEL DA MÍDIA NA OBJETIFICAÇÃO FEMININA ..... 80**

 10.48140/digitaeditora.2024.002.7

- ▶ *Ana Rachel da Costa Pereira*
- ▶ *Jheneffer Silveira da Cruz*
- ▶ *Marina Almeida Batista*
- ▶ *Maria Heloísa Germana Bertolace*
- ▶ *Rívia da Silva Martins*
- ▶ *Suélien Soares Altrão*

**CAP. 8: DESCONSTRUINDO O ESTIGMA: A EXPERIÊNCIA SEXUAL DAS MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO MODERNO** ..... 90

 10.48140/digitaeditora.2024.002.8

- ▶ *Camila Gonçalves Sousa*
- ▶ *Diandra Lourdes Braga Barbosa*
- ▶ *Raíssa Majela de Souza*
- ▶ *Terezinha Joana de Oliveira*
- ▶ *Lilian Beatriz Ferreira Longo*

**CAP. 9: IMPACTOS PSICOLÓGICOS SOFRIDOS POR MULHERES EM UM RELACIONAMENTO ABUSIVO** ..... 104

 10.48140/digitaeditora.2024.002.9

- ▶ *Emanuele Gomes Alves*
- ▶ *Larissa de Fátima Pio Bazilio*
- ▶ *Maria Eduarda Lomeu Fully Huguinin*
- ▶ *Millena Marques Pereira Oliveira*
- ▶ *Laura Reichert Dalcin*

**CAP. 10: INVISIBILIDADE: UMA VISÃO FEMININA SOBRE SEU TRABALHO DE CUIDADO DESVELADO NO AMBIENTE FAMILIAR E PROFISSIONAL** ..... 113

 10.48140/digitaeditora.2024.002.10

- ▶ *Larissa Aparecida Silveira Neto*
- ▶ *Marco Antônio Aleixo Oliveira Silva*
- ▶ *Rafael Gomes Fonseca*
- ▶ *Ryan Gabriel Gouvea Silva*
- ▶ *Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio*

**CAP. 11: LINDA DE DOER: DO CULTO À BELEZA AO SOFRIMENTO PSÍQUICO EM JOVENS ADOLESCENTES** ..... 131

 10.48140/digitaeditora.2024.002.11

- ▶ *Kaira Bernardes Triunfo*
- ▶ *Nicolly Aparecida Matos*
- ▶ *Raphaela Gualberto de Oliveira*
- ▶ *Stephanie Rosa Baia*
- ▶ *Étore Gomes Mazini*

# 1

## ACORDES DE IGUALDADE: A PRESENÇA FEMININA EM PROFISSÕES DOMINADAS POR HOMENS

▶ **Kesley Gonçalves Bertany**

Bacharel em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
kesleybertany@gmail.com

▶ **Sarah de Carvalho Carneiro**

Bacharel em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
sarah.carvalho.carneiro@gmail.com

▶ **Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura**

Doutora em Ciência da Informação, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
ritamartins@sempre.unifacig.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-1286-2041>; <http://lattes.cnpq.br/0637911374423006>

## RESUMO

Buscou-se neste artigo descrever os desafios, os prazeres e os sofrimentos de duas mulheres que trabalham em profissões socialmente designadas como masculinas. As reflexões tecidas decorrem da pesquisa qualitativa, tendo como técnica de coleta de dados a história de vida de uma policial penal e de uma motorista de caçamba. O eixo teórico norteador deste estudo é a divisão sexual do trabalho, considerando os estereótipos, o sexismo e a noção de *habitus*. Os resultados sugerem que ainda hoje se encontra uma barreira espessa quanto à atuação de mulheres em ambientes masculinos, fazendo com que a escolha delas resulte em um cotidiano de superação, de desgaste emocional e de enfrentamento a comportamentos machistas e sexistas.

**Palavras-chave:** Divisão Sexual do Trabalho; Mulheres; Motorista; Policial Penal; Trabalho.

# 1

## CHORDS OF EQUALITY: WOMEN'S PRESENCE IN MALE- DOMINATED PROFESSIONS

### ABSTRACT

This article aims to describe the challenges, rewards, and hardships faced by two women working in professions traditionally seen as masculine. The reflections presented stem from a qualitative study, using life stories as the data collection method—focusing on the experiences of a prison officer and a dump truck driver. The theoretical framework guiding this research is based on the sexual division of labor, taking into account stereotypes, sexism, and the concept of habitus. The findings suggest that women continue to face significant barriers in male-dominated environments, leading them to a daily struggle of overcoming obstacles, emotional exhaustion, and confronting sexist and discriminatory behaviors.

**Keywords:** Gendered Division of Labor; Women; Driver; Corrections Officer; Work.

### 1 INTRODUÇÃO

O trabalho se funda em uma relação entre o homem e a natureza e como suporte de relações sociais específicas. Dejours (1992) assinala que o trabalho segue sendo o principal vetor de integração e coesão social, de identidade e de realização de si, tornando-se essencial para o equilíbrio do desenvolvimento do sujeito. O trabalho é realizado com os outros e para os outros, subordinando-se a um objetivo coletivo, coordenado, organizado e gerido (Lhuillier, 2013).

Para Gorz (1969) o trabalho se realiza na esfera pública, precisando ser visto e reconhecido pelos outros. Entretanto, o autor afirma que o trabalho tem um papel paradoxal que, ao mesmo tempo que inclui, causa exclusão por ter se tornado algo necessário para a sobrevivência (Gorz, 1969).

Dentro de um conceito mais amplo, Marx (2004) afirma que o trabalho é uma atividade no qual o homem transforma a natureza, quando associado à criação e à liberdade, transformando

sua própria natureza. No contexto contemporâneo, o homem não se compreende mais sem a referência ao trabalho. Ou seja, o homem moderno depende de sua vinculação ao trabalho, visto que este passou a ser tanto um fator de sobrevivência, quanto de humanização, integração social e utilidade social. Langer (2017) pontua que o trabalho permite ao sujeito expressar sua individualidade, oportunizando a ele se revelar a si, revelar a sociabilidade de si e transformar o mundo.

Nesse cenário de significação do trabalho na vida humana, é relevante refletir sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, o que não ocorreu de forma tão naturalizada como para os homens. Biroli e Quintela (2020, p. 76) apontam que, “assim como na sociedade, homens e mulheres formam dois grupos sociais distintos que são reproduzidos de forma contínua no âmbito do trabalho”.

A inserção das mulheres no cenário laboral traz o caráter dinâmico e multifacetado das relações sociais, expressando a divisão sexual do trabalho conforme apontado por Kergoat (2009). Ampliando esse conceito, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) afirmam que a divisão sexual do trabalho diz respeito à “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. Nessa perspectiva, o trabalho se categoriza refletindo as relações sociais entre os sexos e se organiza dentro desta lógica. Desse modo, a sociedade estabeleceu que há trabalhos para homens e trabalhos para mulheres.

Bourdieu (2002) explica que essa ideia da divisão estereotipada provém da dominação masculina que é assimilada pelo homem e sorvida pelas mulheres de forma inconsciente. Essa situação é persistente e naturalizada a partir do conceito de *habitus* que é fruto da educação informal, de inculcação e incorporação que tem o seu início na socialização infantil e é reforçada ao longo da vida por contínuas estratégias educativas no cotidiano das famílias, das diferentes igrejas, das escolas e dos meios de comunicação. Bourdieu (2002, p. 63-64) explicita que as expressões masculinas e femininas são produtos de um trabalho social de nomeação e inculcação de identidade que resultaram em instituição de uma sociedade social, demarcada por linhas místicas extremamente desconhecidas e selecionadas no mundo social.

Entretanto, a ideia de dividir o mundo laboral entre “trabalho feminino” e “trabalho masculino” necessita de reflexões. Precisa-se, cada vez mais, de estudos destinados a essa temática que tenham como compromisso desvelar os desafios impostos às mulheres neste ambiente. Concorda-se com Filsinger, Paula e Matta (2022) quando argumentam que o trabalho se desprende do indivíduo e, portanto, é uma construção individual tendo diferentes significados. Para as mulheres, segundo os autores, o trabalho “pode configurar-se como uma atividade emancipadora, onde a mulher busca realização própria, além de propiciar a viabilidade de alcançar a independência financeira” (p. 166). Há de se considerar as batalhas, os desafios e as estratégias que diversas mulheres, mesmo na contemporaneidade, ainda enfrentam. A inserção das mulheres no mundo do trabalho criou espaço para diferentes discussões sobre a

temática sem infelizmente, na análise de Hirata e Kergoat (2007, p. 600), alterarem os limites ou mesmo quebrá-los gerando o que as autoras definem como um paradoxo: “tudo muda, mas nada muda”.

Por tais razões este estudo buscou descrever os desafios, os prazeres e os sofrimentos de duas mulheres que trabalham em profissões tipicamente destinada aos homens. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descrita partindo de uma amostra por conveniência, em que se utilizou da história de vida para coletar os dados e da análise de conteúdo para subsidiar as análises realizadas.

As reflexões tecidas reforçam os preceitos estabelecidos pela divisão sexual do trabalho e demonstra os estereótipos e o sexismo que circunda o ambiente de trabalho cujas profissões são socialmente denominadas como masculinas. Apesar da inserção das mulheres no contexto laboral estar quantitativamente aumentando a cada dia, percebe-se que a escolha da profissão ainda é ditada, em grande parte, pela sociedade e aquelas mulheres que desafiam este determinismo tendem a compor um grupo minoritário que ousam enfrentar e “escolher” seu campo de atuação.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

O delineamento metodológico em que se circunscreve a pesquisa teve como eixo central o objetivo estabelecido para ser alcançado. Nessa direção, o estudo classifica-se como um estudo descritivo que, de acordo com Malhotra (2006, p. 74-75), propicia descrever características de um determinado fenômeno. Quanto à técnica, o estudo se classifica como um *survey*, dentro da perspectiva de Gil (1999), o qual envolve questionar diretamente as pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Como sujeito de pesquisa, escolheu-se duas mulheres, amostra por conveniência, que trabalham em atividades de esferas predominantemente masculinas.

Como método de coleta de dados e se pautando no objetivo do estudo, optou-se pelo método de história de vida que se configura dentro de uma estratégia qualitativa. A história de vida se estrutura por meio de entrevistas em que o sujeito de pesquisa relata a sua história narrando os pontos essenciais em torno da temática proposta. Colomby *et al.* (2016, p. 5) explica que o método da história de vida se “constitui em depoimentos aprofundados em que se busca reconstituir por meio do diálogo a história do sujeito desde sua infância até os dias atuais”.

Para o mergulho analítico nas narrativas das participantes, utilizou-se da análise de conteúdo que na recomendação de Bardin (1977, p. 14) viabiliza compreender o discurso e entender que “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico se esconde um sentido que convém desvendar”. Sob tal perspectiva, a análise de conteúdo se constituiu como método para a compreensão das percepções descritas pelos sujeitos da pesquisa. Para a concretização da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário UNIFACIG e aprovado com parecer número 026864/2022.

### 3 EM BUSCA DE UM ACORDE MAIS HARMÔNICO

A inserção das mulheres no contexto laboral se desenvolveu ao longo da história de diferentes formas e para entendê-la de forma completa necessário se faz percorrer a história do desenvolvimento humano. Porém, para dar uma moldura teórica ao desenvolvimento deste estudo, destaca-se a divisão sexual do trabalho tão bem explicitada por Hirata e Kergoat (2007) que corresponde a uma forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos e se alinha à distribuição diferenciada das pessoas no mercado de trabalho vinculadas ao sexo.

Corroborando essa análise, Filsinger, Paula e Matta (2022) argumentam que esta divisão nada tem de natural, mas, historicamente, decorre das relações de produção primitivas. Assim, às mulheres foram destinadas atividades de “cuidar” e “reproduzir” sendo duas atividades consideradas não produtivas e aos homens o conceito de provedor lhes atribui toda a responsabilidade de desenvolver o capitalismo por meio de trabalhos produtivos. Desta forma, de acordo com Antloga *et al.* (2020, p. 1) “os ambientes e rotinas de trabalho são geralmente desenhados por e para homens e desconsideram o papel social que as mulheres seguem cumprindo, embora inseridas no mercado de trabalho”. Sob essa perspectiva tem-se desenhadas as tarefas que em nossa sociedade são atribuídas aos “homens” e aquelas destinadas às “mulheres”.

Uma das entrevistadas, a Policial Penal, relata que trabalhou durante muito tempo em uma profissão denominada como sendo do universo feminino: costureira. Porém, durante seu tempo como costureira ela foi percebendo que precisava se dedicar mais a ela, pois no atual trabalho ela não tinha tempo nem para “tomar um sol”. Quando ficou grávida percebeu que era urgente essa mudança, além do desejo de voltar para perto de sua família que morava em uma outra cidade. Assim, ela resolveu buscar por um trabalho que lhe oferecesse estabilidade, tempo e, de preferência, que fosse perto da família. Coincidiu abrir concurso para agente penitenciário, hoje policial penal, na cidade natal dela. Assim, ela optou por fazê-lo.

Em seu relato, a entrevistada destaca alguns aspectos que demonstram o significado do trabalho para ela: (1) identidade e propósito: a mudança de profissão de costureira para policial penal representa uma transformação significativa. Ela encontrou um novo papel na sociedade e um senso de contribuição para algo maior; (2) desenvolvimento de habilidades: trabalhar no presídio a ajudou a desenvolver habilidades específicas, como lidar com procedimentos de revista corporal e interagir com colegas e detentos. O trabalho proporcionou a ela a oportunidade de aprender e aperfeiçoar competências valiosas, pois nenhum “dia é igual a outro”; (3) diferença de ambiente: a transição de trabalhar como costureira para o ambiente prisional foi desafiadora; passou-se de um cenário predominantemente feminino para um ambiente onde as mulheres são minoria exigindo novas posturas e novas interações; (4) satisfação pessoal: a entrevistada demonstra estar realizada em sua função atual. Segundo ela, encontrou uma satisfação diferente ao lidar com questões humanas e de segurança.

Em seu relato percebe-se que, além de identidade, o seu trabalho oportuniza o seu sustento

financeiro e, também, propiciou o seu desenvolvimento como pessoa, dando-lhe a chance de contribuir para a sociedade sendo essa uma parte essencial de sua jornada de vida e experiência profissional. Infere-se que, ao falar sobre o trabalho, a entrevistada ressalta, mais de uma vez, a possibilidade de cuidar das pessoas e o compromisso que ela tem com o ser humano como se fosse uma missão de vida.

Essa análise se alinha aos pressupostos de Dejours (1992), o qual aponta que o trabalho, além de ser o principal vetor de integração e coesão social, cria identidade oportunizando a realização de quem o realiza.

Diferentemente da policial penal, a motorista de caçamba relata que foi “criada” em um ambiente dedicado a caminhões. Seu pai e irmãos sempre tiveram caminhões como atividade principal e ela sempre gostou. “Meu pai me chamava até de Maria gasolina” de tanto que eu gostava. Ou seja, toda a sua infância foi vivida tendo os caminhões como fonte de trabalho e, como já era de se esperar, ela se envolveu com a profissão e por isso “aprendeu a dirigir caminhão muito nova”. Quando se casou, seu marido tinha como atividade principal o trabalho de alugar máquinas pesadas para a construção civil. Assim que se separou, “herdou” um caminhão caçamba e, como “era natural”, foi trabalhar, pois precisava sobreviver, já que não encontrava um “motorista que realmente se dedicasse ao trabalho como ela queria”. Mais que um serviço, o trabalho de motorista de caçamba para ela “é sua vocação”, sendo o trabalho a sua maior motivação.

O relato das entrevistadas demonstra o quanto o trabalho é importante para ambas. O discurso apresentado por elas reforça os aspectos que Lhuilier (2013) aponta serem responsáveis pelo prazer que o trabalho propicia, tais como: reconhecer como sua atividade é realizada, o realizar o trabalho encontra alinhamento com os valores e os ideais da pessoa que o realiza, o trabalho propicia autonomia e, ainda, é reconhecido pelos outros. Ressaltando ainda a relevância do trabalho para as pessoas, Codo *et al.* (1993) destaca a entrega que o profissional faz quando trabalha. Segundo o autor, “qualquer que seja o modo de produção ou a tarefa, existe sempre uma transferência de subjetividade ao produto: [...] é nossa subjetividade depositada ali, fora de nós, representando-nos” (Codo *et al.*, 1993, p. 188). Percebe-se um aspecto relevante na fala das duas, o aspecto emancipatório e gerador de independência que o trabalho representa para elas confirma a análise de Filsinger, Paula e Matta (2022).

Outro ponto que chama atenção no relato, principalmente da policial penal, é o aspecto do cuidado. Sempre na fala da entrevistada aparece o termo “cuidar”, a “preocupação com as pessoas”, o aspecto sensível de “pensar nos outros”. Esses pontos encontram respaldo na afirmação de Bourdieu (2002) que, mesmo estando inserida no mercado de trabalho em uma atividade socialmente designada para homens, as mulheres ainda apresentam esta vocação para o “cuidar” demonstrando o quanto estão arraigadas e corporificadas essas estruturas historicamente construídas e fortalecidas pelo *habitus*.

No que diz respeito ao sofrimento, a policial penal relata que esses aspectos são muito par-

ticulares de profissional para profissional. Para ela, os pontos que a tocam profundamente são a mudança de ambiente que às vezes impõe desafios enormes, pois ela mudou de um ambiente “eminente feminino” para um ambiente “muito masculino, muito violento”. Citando uma amiga do trabalho, ela diz “a gente vai morrer e não vai ver o que existe em cima dessa terra. A maldade que existe em cima dessa terra. A gente não conhece tudo”. Assim ela procura colocar o trabalho em um patamar “fechado” de sua vida, ela não mistura. Em sua vida privada ela diz que não comenta nada do trabalho, “não uso a linguagem que “eles” utilizam no presídio. Procuo não misturar esses dois ambientes, essa “é uma regra que me impus”. Minha família não sabe nada do meu trabalho e vice-versa”. Outro ponto citado é o fato de ser uma “minoría” no ambiente de trabalho, tendo como decorrência isolamento e dificuldade de interação. Segundo ela, o treinamento inicial não leva em consideração o fato delas serem mulheres. “Tudo no ambiente de trabalho não tem distinção de gênero, a começar pelo uniforme, ou seja, a minha farda não tem um corte diferente da masculina”.

Outro aspecto que reforça a masculinidade do ambiente são os comportamentos e as brincadeiras que, de certa forma, segregam os espaços de atuação de cada gênero. A policial penal relata que “os comportamentos, as falas, as brincadeiras envolvendo até os presos” têm uma cultura de reforçar e lembrar o ambiente violento. Essa análise da policial penal corrobora os achados de Araújo e Ribeiro (2023, p. 225) que afirmam que as mulheres “reforçam que o relacionamento mais “humanizado” é o que distingue o trabalho em penitenciárias femininas e masculinas, com essas mais orientadas por práticas agressivas”. O relato apresentado pela Policial Penal se alinha à análise feita por Antloga *et al.* (2020) quando a autora aponta que naturalmente as mulheres se utilizam de um conjunto de comportamentos dentro do padrão que se espera dela, ou seja, usa de submissão e docilização para evitar possíveis ofensas ou represálias. “Mesmo quando a mulher tenta assumir um papel defensivo equivalente à virilidade, ela não consegue alcançar institucionalmente o mesmo patamar masculino” (Antloga *et al.*, 2020, p. 1).

Também, a motorista de caçamba aponta em seu relato estes aspectos. Segundo ela, um dos maiores desafios é ser “aceita” no ambiente. Ela presta serviço, e, de acordo com ela, “no começo, teve aquele machismo todo”, pois ela é a única na cidade a realizar esse tipo de atividade. Por isso, ela tem que provar a sua capacidade de forma contínua. Segundo o seu relato, uma vez, “o dono do serviço falou assim: será que ela vai dar conta de fazer? Às vezes, queriam dispensar o caminhão, por eu ser mulher”. Tem também, segundo ela, as piadinhas no trabalho. Por exemplo: “Mulher, né! Mulher no volante. É perigo constante. Acontece demais”, “é o tempo todo. O machismo é o tempo todo. Eles falam que isso é brincadeira, mas não é. É machismo mesmo”. Em seu relato ela apresenta uma situação atípica “porque eu cheguei a brigar com a pessoa, com o cliente. Largar o serviço dele e ir embora”.

Andrade e Fernandes (2024), ao estudarem sobre sexismo em instituições policiais, o que explica a fala da policial penal sujeita da pesquisa, apontam que a discriminação às mulheres nesse ambiente manifesta-se de várias formas, sendo uma delas a material e atitudes que

podem caminhar para os assédios moral e sexual desencadeando às servidoras adoecimento físico e, até mesmo, mental. Lombardi (2017) sugere que acontece a mesma discriminação no ambiente da engenharia de obras e que, na maioria das vezes como acontecem em forma de “brincadeiras” há uma dificuldade enorme em reconhecê-las como tal.

Nessa perspectiva, entende-se que esses comportamentos podem ser reflexos de normas de masculinidade tóxicas chegando ao sexismo que buscam discriminar e perpetuar uma cultura de virilidade, força e, ainda, de exclusão das mulheres que ainda existem nesses espaços fazendo com que muitas mulheres desistam do trabalho. Esse fato é confirmado pela Policial Penal quando ela relata que “entraram como ela” 10 mulheres e hoje só restam 2, ou seja, muitas não “aguentam” a pressão do trabalho e do ambiente, pois, como são minori, ficam isoladas do convívio com os colegas de trabalho.

É um meio machista. Machista demais. Você vê machismo nas cartas que eles (os detentos) mandam pras namoradas que tão lá fora, você vê machismo nos colegas... É tudo assim. É tudo pra que você não exista ali dentro e à noite você tem que rodar muralha, você tem que fazer tudo igualzinho. Igualzinho. Eu já ouvi colega falar assim, vai rodar igual a gente, não ganha o mesmo salário? Tem colega que não, tem as exceções.

Além desses fatores, uma outra variável é a carga emocional, corroborando as análises apontadas sobre a saúde física e mental, que acaba por desgastar a profissional. Ela relata que são muitas situações que afetam o emocional.

São mães que vão visitar o filho que está preso, esposas que os maridos estão presos. Uma situação que me marcou muito foi a morte de um dos presos em uma cela. Eles mataram um colega de cela!...Isto é horrível. Então assim, não interessa o que o cara fez, o que ele não fez, ninguém merece isso. Tinha 20 pessoas lá e foi na mão que o mataram. Com o tempo você vai percebendo que algumas coisas não te incomodam mais.

Esse relato da Policial Penal demonstra que o trabalho, de uma forma geral, no presídio envolve desafios emocionais, adaptações constantes e pressões muito específicas, tanto que, segundo ela, “se falarem comigo: 'você aposenta amanhã, você pode aposentar', eu tô parando. Meu tempo já passou. Físico e mentalmente”.

A motorista de caçamba, durante o seu relato demonstra o preconceito até mesmo no trânsito, pois as pessoas a olham e estranham uma “mulher dirigindo um caminhão caçamba”. Essa atitude reforça o estereótipo e o sexismo dos quais as mulheres são vítimas contribuindo para ressignificar o preconceito, muitas vezes disfarçado nas “brincadeiras e no sem querer”, e a divisão sexual do trabalho que se assenta culturalmente nas atitudes cotidianas no ambiente de trabalho e mais fortemente no âmbito social.

No que diz respeito ao sofrimento, a motorista de caçamba não percebe nenhuma situação, pois todas as pressões que são impostas a ela no trabalho, são com um trabalho bem feito que ela “prova que é ótima” conforme explicado por ela. Uma coisa que a incomoda, reforçando

o preconceito contra as mulheres, é o fato de alguns mecânicos tentarem “enganá-la” pelo simples fato dela ser mulher e, a princípio, acharem que ela não entende de caminhão: “mecânico enrola mulher. Já é de praxe”. Como estratégia para superar isto, ela procura aprender cada vez mais. “Eu sou chata de tanto que pergunto, pergunto o porquê, pergunto o que é, até entender o que está acontecendo [...]”. Por outro lado, “outras mulheres” que não fazem parte do universo de motoristas a acham empoderada, a admiram e a valorizam pelo trabalho dela. “Isso vale a pena, é muito “legal” e “muitas a incentivam a continuar”. Esta fala demonstra o quão é importante o trabalho ser reconhecido por outras pessoas. Este aspecto reforça a análise de Gorz (1969) quando ele afirma que o trabalho se realiza na esfera pública, precisando ser visto e reconhecido pelos outros.

Um ponto comum entre as duas entrevistadas é o fato de que, apesar do trabalho, elas não abriram mão de serem "donas de casa" e de não contarem com uma rede de apoio que as auxilie de forma rotineira. Elas cuidam da casa, dos filhos e trabalham para "sobreviver" e "manter a família". Essa atitude é analisada por Hirata e Kergoat (2007, p. 603) dentro do "modelo de conciliação", definido por Jacqueline Laufer como um modelo que "visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional". Trata-se de uma condição necessária para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, especialmente no âmbito profissional.

Infere-se, portanto, que, embora as mulheres estejam conquistando, paulatinamente, mais espaço no mercado de trabalho, ainda existe uma necessidade e uma cobrança "social" pelas funções de reprodução historicamente atribuídas a elas, que continuam sendo vistas como sua responsabilidade exclusiva. Nesse sentido, concorda-se com Biroli e Quintela (2020, p. 77), quando afirmam que, apesar de todo esforço, as mulheres permanecem como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado. Isso se interliga e reforça, diariamente, o princípio da "separação e da hierarquização" na divisão sexual do trabalho.

Os relatos apresentados pelas duas profissionais corroboram a análise de Biroli e Quintela (2020) ao evidenciarem a perspectiva do "nós" em referência às relações de classe, gênero e raça. Segundo as autoras, "as relações sociais que formam o nó, assim como ele mesmo, não são pré-determinadas ou permanentes, mas estão sujeitas a um constante movimento, ainda que o 'nó' entre elas permaneça atado" (Biroli; Quintela, 2020, p. 75).

## 4 O ACORDE FINAL

Este trabalho analisou os desafios, os prazeres e os sofrimentos enfrentados por mulheres que atuam em profissões tradicionalmente destinadas aos homens. Para dar sustentação ao estudo, teve-se como sujeitos da pesquisa duas profissionais que relataram, por meio do método da história oral, suas trajetórias de trabalho nos cargos que ocupam.

Os principais achados demonstram que, ainda hoje, mulheres que atuam em ambientes predominantemente masculinos enfrentam algum tipo de preconceito, frequentemente manifestado por meio de brincadeiras e comentários carregados de toxicidade. Esses comportamentos podem culminar em sexismo ou até mesmo em assédio moral. Apesar dos avanços

alcançados nos últimos anos em relação ao número de mulheres no mercado de trabalho, ainda persiste a ideia enraizada de que "a mulher foi feita para os trabalhos domésticos", reforçando a visão de uma função social específica para elas.

Além disso, observa-se que, mesmo quando optam por trabalhar "fora", as mulheres são frequentemente direcionadas a profissões que envolvem cuidado ou exigem uma maior carga emocional, utilizando características associadas à aptidão maternal e à doçura, o que perpetua expectativas sociais tradicionais em relação a elas.

As evidências encontradas destacam que essas discriminações podem ocorrer tanto de forma explícita quanto velada. Apesar da crença de que as mulheres estão ocupando "seu lugar na sociedade", é essencial questionar qual é esse lugar e trabalhar para romper barreiras que, ainda hoje, se mostram extremamente resistentes para elas.

Uma limitação do estudo foi o fato de ter considerado apenas duas profissionais, o que restringe o campo de análise e, conseqüentemente, as conclusões gerais. Sugere-se que outros estudos sejam desenvolvidos, abrangendo profissionais de diferentes áreas, para que, por meio de discussões e análises mais amplas, a sociedade avance no entendimento de que as mulheres, assim como os homens, têm pleno direito de fazer escolhas profissionais.

A proposição central deste estudo é a crença de que, independentemente do gênero, todas as pessoas têm o direito de buscar uma profissão com a qual se identifiquem e que lhes proporcione realização. É preciso superar a ideia expressa por Hirata e Kergoat (2007) de que "tudo muda, mas nada muda". Até o momento, permanece evidente, como destacou Belchior, que, apesar do "novo sempre vir", "ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais".

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. O.; FERNANDES, S. C. S. Expressões do Sexismo no Ambiente de Trabalho: Revisão de Escopo. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 2024. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/15648>>. Acesso em 11 Jul. 2024.

ANTLOGA, C. S. *et al.* Trabalho feminino: Uma revisão sistemática da literatura em psicodinâmica do trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, 2020. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/qj5Wmt3hmXK-77qy4qkMPqMN/?format=html>>. Acesso em 15 Jul de 2024.

ARAUJO, I. C. A.; RIBEIRO, L. Entre o cuidado e a custódia: Como agentes prisionais em Minas Gerais percebem seu trabalho. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 1, p. 219-245, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dilemas/a/Vx54CKYqYJyFMvnNWFmCYMS>>. Acesso em 10 Jul. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIROLI, F.; QUINTELA, D. F. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais**, n. 53, p. 98-115, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417/33129>>. Acesso em 09 Jul. 2024.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CODO, W. *et al.* **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

COLOMBY, R. K.; PERES, A. G. L.; LOPES, F. T.; COSTA, S. G. A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 852-887, 2016. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3817>>. Acesso em 09 Jul. 2024.

DEJOURS, C. **Investigaciones psicoanalíticas sobre el cuerpo: supresión y subversión en psicossomática**. Siglo XXI, 1992.

FILSINGER, L. F.; PAULA, A. V.; MATTA, L. C. Trabalho e gênero: os percalços das mulheres no mundo do trabalho. **Violência e gênero: análises, perspectivas e desafios**. Guarujá: Editora Científica Digital, p. 152-170, 2022. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220709429.pdf>. Acesso em 10 Jul. 2024.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GORZ, A. **Historia y Enajenación**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?lang=pt>>. Acesso em 10 Jul. 2024.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

LANGER, A. Racionalidade econômica, trabalho e ecologia em André Gorz. In: **CAD CRH 30**, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/RhNGcbLphBK9stMbS6D6wdv/#>>. Acesso em 01 jul. 2024.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 122-146, 2017. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742017000100122&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742017000100122&script=sci_abstract)>. Acesso em 10 Jul. 2024.

LHUILIER, D. Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/vQWnZ39cZTfCWFLnNF5Lzcs/#>>. Acesso em 01 jul. 2024.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

# 2

## “POR QUE SÓ MEU FILHO É ASSIM?”: NARRATIVAS DE MÃES DE CRIANÇAS ATÍPICAS

▶ **Ana Alice Barros Moreno**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310113@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Ana Clara Cardoso de Paula Eler**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310146@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Celine Stella da Silva Souza**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310658@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Gabriele Cristina Pereira Gonçalves**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310732@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Márcio Rocha Damasceno**

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Docente no Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
marciorocha@sempre.unifacig.edu.br

## RESUMO

O artigo aborda a necessidade de uma nova perspectiva sobre as mães que não se encaixam nos padrões tradicionais estabelecidos pela sociedade. Historicamente, as mulheres foram vistas como cuidadoras submissas, e, mesmo com as transformações sociais, ainda enfrentam pressões para cumprir esse papel. Apesar das lutas por melhorias nas condições de vida e pelos direitos das mulheres, persiste a expectativa social de que elas assumam integralmente as responsabilidades domésticas e de cuidado, muitas vezes em detrimento de seus próprios desejos e projetos pessoais.

Mães solteiras, adotivas, em situação de prisão ou de rua enfrentam estigmas e preconceitos, além de não receberem a atenção social ou governamental necessária. Políticas públicas ineficazes intensificam essas dificuldades, expondo essas mães a problemas como ansiedade, depressão e a falta de tempo e recursos para investirem em seu próprio desenvolvimento.

O estudo propõe dar voz a essas mulheres para que possam compartilhar suas experiências, alegrias e desafios, trazendo à tona suas realidades invisibilizadas. Nesse contexto, destaca-se o papel dos psicólogos como parte essencial de uma rede de apoio, contribuindo para o acolhimento e a valorização dessas mães.

A justificativa para o estudo reside na escassez de pesquisas voltadas à realidade dessas mães, frequentemente rotuladas como "guerreiras milagrosas", enquanto seus desafios são minimizados ou ignorados pela sociedade. O objetivo do artigo é criar um espaço de discussão e compreensão sobre as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, bem como buscar formas de aprimorar a escuta psicológica e o apoio direcionado a elas.

**Palavras-chave:** Atípica; Desafios; Mães; Maternidade.

# 2

## “WHY IS ONLY MY SON LIKE THIS?”: NARRATIVES OF ATYPICAL MOTHERS

### ABSTRACT

The article explores the need for a new perspective on mothers who do not fit the traditional societal norms. Historically, women have been viewed as submissive caregivers, and despite social progress, they still face pressure to fulfill this role. Even with efforts to improve women's living conditions and rights, society continues to expect them to take on domestic and caregiving responsibilities, often disregarding their personal aspirations. Single mothers, adoptive mothers, and those in prison or homelessness face prejudice and receive little social or governmental attention. Ineffective public policies exacerbate their struggles, leading to challenges like anxiety, depression, and a lack of time for personal development. The study seeks to give these mothers a platform to share their experiences, joys, and challenges, emphasizing the role of psychologists as part of their support network. The rationale for the study lies in the lack of research on the realities these mothers face, as they are often labeled as heroic figures, with their struggles minimized or ignored by society. The goal of the article is to create a space for discussion and understanding of their circumstances and to improve psychological support tailored to them..

**Keywords:** Atypical; Challenges; Mothers; Motherhood.

### 1 INTRODUÇÃO

Faz-se necessário um novo olhar sobre as mães que não se enquadram nos padrões tradicionais estabelecidos pela sociedade. Durante muitos anos, "se o homem ocupava então o lugar central da família, a condição da esposa equiparava-se à da criança, ou seja, era de submissão à sua autoridade" (Moura; Araújo, 2004, p. 45). A mulher era vista como cuidadora, exclusiva à delicadeza e à maternidade, e, mesmo com as transformações sociais, ainda persiste essa cobrança (Leão et al., 2017). Carelli (2019) ressalta que, apesar das inúmeras lutas

sociais por melhorias nas condições de vida das mulheres, por direitos e pela evolução do conceito de gênero, a sociedade ainda impõe preceitos segundo os quais, pelo simples fato de terem nascido mulheres, elas devem se dedicar aos afazeres domésticos, aos filhos e aos companheiros, ignorando a possibilidade de que esse não seja o desejo delas. Nesse contexto, muitas se veem sem escolha, como se esse fosse seu destino final.

Para além dessas questões, destacam-se as mulheres que não se "enquadram" no modelo de normalidade delimitado pela sociedade. Mães solteiras, mães adotivas, mães em situação de prisão ou em situação de rua, entre outras, enfrentam preconceitos que as tornam invisíveis aos olhos da sociedade e das políticas públicas. Como apontam Dias, Berger e Lovisi (2020), na maioria dos casos, as mães são a principal rede de apoio de seus filhos, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade, promovendo a participação ativa de toda a comunidade.

Essas mulheres, frequentemente rotuladas como "atípicas", enfrentam um futuro incerto, convivendo com discriminações e desafios. Segundo Dias, Berger e Lovisi (2020), as políticas públicas permanecem ineficazes, seja diante do diagnóstico de uma deficiência em seus filhos, seja no caso de adoções ou outras situações que exigem adaptações significativas. Muitas dessas mães enfrentam dificuldades no trabalho, sofrem de ansiedade ou depressão e não encontram tempo ou recursos para investir em seu próprio progresso (Lima et al., 2023a).

Ainda de acordo com esses autores, mulheres que cuidam de crianças que demandam maior nível de suporte apresentam um aumento nos desafios supracitados. O preconceito, as adaptações constantes e a falta de apoio tornam suas rotinas significativamente mais difíceis. Muitas vezes, elas não recebem tratamento adequado para lidar com a exaustão que enfrentam. Focadas no bem-estar dos filhos, frequentemente ignoram suas próprias necessidades ou se resignam à situação, sem condições para buscar apoio (Nunes, 2021).

Ferazzo (2019) identifica essas mulheres como "mães atípicas", que vivem fora dos padrões idealizados pela sociedade, distantes das imagens romantizadas difundidas em comerciais ou associadas ao conceito de "maternidade comum".

Diante disso, é crucial compreender os aspectos que moldam a vida dessas mães e refletir sobre o impacto do termo "mãe atípica". O presente estudo busca criar um espaço para que essas mulheres possam narrar suas alegrias, dificuldades e vivências, destacando também o papel dos psicólogos como parte da rede de apoio que elas necessitam.

A justificativa para este estudo encontra respaldo em Lima et al. (2023a), que evidenciam a escassez de pesquisas sobre a realidade dessas mães. Muitas vezes, elas são rotuladas como "guerreiras milagrosas", convivendo com sentimentos de extrema pena ou indiferença, o que minimiza ou ignora seus desafios constantes, frequentemente tratados como "fardos". A sociedade espera que essas mulheres sejam infalíveis: que tenham pulso firme, cuidem de tudo e de todos, e não cometam erros — uma expectativa impossível para qualquer ser humano.

O objetivo deste artigo é descrever as histórias de vida dessas mulheres, promovendo um es-

paço de discussão e compreensão acerca de suas realidades. O estudo visa contribuir para o desenvolvimento de melhorias na escuta psicológica direcionada a essas mães, ampliando o olhar sobre suas vivências e necessidades.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para viabilizar o alcance do objetivo geral, optou-se por realizar uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (2002), pesquisas descritivas são aquelas cujo principal objetivo é descrever características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis.

Quanto à técnica utilizada, o estudo foi conduzido por meio de um survey, definido por Prodanov e Freitas (2013) como um tipo de pesquisa que envolve a interrogação direta de pessoas cujo comportamento ou opinião se deseja estudar. Esse método foi escolhido devido ao interesse do artigo em compreender as perspectivas das cuidadoras de filhos atípicos.

Para a realização do estudo, foram selecionadas mães consideradas "atípicas". O termo é melhor explicado a partir das definições do Michaelis (2024): maternidade é descrita como o "estado ou qualidade de mãe", enquanto atípico é definido como "que se afasta do que é típico, comum". Portanto, a maternidade atípica refere-se à condição de mães que não se encaixam no padrão esperado pela sociedade. Neste caso, o foco recai sobre mães de crianças com deficiência.

As cuidadoras entrevistadas eram mães de filhos vinculados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de um município da Zona da Mata Mineira. Segundo Lehmkuhl (2018), há um número reduzido de estudos relacionados a instituições privado-filantrópicas como as APAEs, o que torna relevante a escolha dessas participantes, conferindo maior visibilidade à realidade dessas mães.

O método adotado para a coleta de dados foi o de História de Vida, que, conforme Silva *et al.* (2007), tem como principal objetivo fortalecer o vínculo entre o pesquisador e o participante (o entrevistado). A aplicação desse método consiste em uma entrevista estruturada a partir de uma única pergunta inicial, que incentiva o entrevistado a narrar livremente sua vivência.

As participantes foram selecionadas por conveniência e acessibilidade, permitindo que as mães escolhessem livremente se desejavam ou não compartilhar suas histórias. De acordo com Maroti *et al.* (2008), a amostra por conveniência consiste na seleção de elementos aos quais os pesquisadores têm acesso, assumindo-se que essa amostra é representativa da população estudada.

Os dados coletados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016). Prodanov e Freitas (2013) destacam que a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo contato direto do pesquisador com o objeto de estudo e com o ambiente no qual ele está inserido. Essa abordagem é valorizada por sua ênfase na interpretação de fenômenos, sem a utilização de dados numéricos ou a preocupação com a comprovação de hipóteses previamente formuladas.

## 3 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram coletados em uma sala reservada para as mães na APAE. Durante o processo, observou-se que elas não podiam deixar os filhos sozinhos, seja devido à falta de monitores no transporte, à insegurança ou ao alto nível de suporte exigido pelas crianças. Das oito mães presentes, seis aceitaram participar da pesquisa. Cada uma foi ouvida individualmente. Inicialmente, houve certa timidez, mas Joana, ao iniciar seu relato, encorajou as demais mães a compartilharem suas histórias. Todos os nomes foram trocados, sendo essa a única alteração feita.

A pergunta chave era: “Como foi sua história com seu (sua) filho(a)?” Também havia a abertura para falarem dos próprios sentimentos e gastarem o tempo que achassem necessário. Todas iniciaram suas narrativas falando sobre a gestação, tanto por sugestões feitas por uma professora da APAE, que estava presente, quanto por ser considerada como o início da jornada, já que a temática era a história com seu(sua) filho(a). Também é importante considerar que todos os nomes foram preservados e utilizados nomes fictícios para cada relato..

### 3.1 O LUTO DO FILHO PERFEITO

Segundo Batista e França (2007), a ideia de um "filho perfeito" já existe antes mesmo do nascimento, sendo fruto da idealização materna de ter a criança em seus braços. Contudo, no caso da descoberta de uma deficiência, essa expectativa é frequentemente seguida por um evento traumático, geralmente marcado por dúvidas e confusão. Para Alves (2012), esse momento pode ser comparado a um luto, pois o filho idealizado difere daquele que é real. Nas falas das mães, observou-se que o foco estava majoritariamente nos filhos, enquanto falavam muito pouco sobre si mesmas.

Ângela, mãe de Daniel — que, durante a pesquisa, estava prestes a completar treze anos e convivia com paralisia cerebral (PC), transtorno do espectro autista (TEA) e epilepsia — compartilhou um exemplo do processo de idealização. Ela comentou: "Pensava como que eu ia cuidar de uma criança normal, mas né, eu vou ser mãe. Mas como eu vou ser? Teve uma criança especial e, graças ao bom Deus, eu sei lidar com ele muito bem, né?"

Márcia, mãe de Pedro, um menino de três anos, também expressou essa ideia de idealização, afirmando: "E como que eu falo? Tá sendo muito bom, tá sendo muito bom. Nunca passou pela minha cabeça que eu seria, né, mãe de uma criança especial, e nunca passou pela minha cabeça também que eu poderia ter a força que eu tenho hoje para poder cuidar do meu filho."

Embora algumas mães não estivessem familiarizadas com o conceito de "luto" relacionado à maternidade e mostrassem certo constrangimento ao se abrir, sinais dessa dor surgiram durante as conversas, especialmente após a pergunta-chave. Ficou evidente que o zelo pelos filhos ocupa sempre o primeiro plano, enquanto falar sobre si mesmas ou cuidar de suas próprias necessidades emocionais e físicas é algo difícil para elas.

Nunes (2021) destaca essa problemática, apontando que, em muitos casos, as mães não encontram redes de apoio suficientes ou condições para cuidar de sua saúde emocional e física, perpetuando um ciclo de sobrecarga e negligência de si mesmas.

## 3.2 O DIAGNÓSTICO

“A“Aí eu comecei a fazer faxina. E a minha patroa tem um casal de gêmeos, aí ela falou assim: 'Por que você não leva numa fonoaudióloga? Porque lá talvez ela te ajude com a questão da fala dele.'”

Essa foi a experiência que levou Camila a encontrar o caminho para o diagnóstico de seu filho Diego, de três anos. Em geral, as mães passaram por muitos encaminhamentos médicos, mas não tinham informações suficientes para entender o que fazia seus filhos diferentes das outras crianças. Assim como mencionado por Resende, Nóbrega e Moreira (2014), pacientes com deficiência que utilizaram os serviços de saúde não se sentiram acolhidos pelos profissionais. Eles apontam que os trabalhadores da área não possuíam informação suficiente acerca de suas condições de saúde. Isso demonstra a falta de preparo profissional tanto para o diagnóstico quanto para o tratamento de pessoas com deficiência. Camila destacou sua procura por conhecimento no consultório do pediatra.

Dandara, mãe de Júlia, também demonstrou ter recebido informações escassas por parte dos profissionais:

Só que aí, quando chegou um ano e pouco, ela não desenvolveu assim tanto como as outras crianças, ela andou no tempo normal um ano e três meses falou mais ou menos com um ano e três meses. Aí ela foi, até levei no pediatra, pediatra falou que era normal. Aí sempre levava eles falavam que tava normal. Aí quando foi um dia e levei ela no ortopedista, ele encaminhou para neurologista aí o neurologista encaminhou para Belo Horizonte pra um geneticista, aí ela já tinha 5 anos aí lá foi fazendo exames, muitos exames não descobria nada que ela tinha.

Júlia tem dezoito anos e uma síndrome rara que compromete seus movimentos e capacidade motora em razão do encurtamento dos membros inferiores. Alves (2012) e Ferazzo (2019) relatam a falta de profissionais informados e sensíveis, destacando que diagnósticos e tratamentos devem ser humanizados e não se limitar a uma simples distribuição de informações entregues de maneira indiferente.

## 3.3 A FAMÍLIA E O PRECONCEITO

“E por incrível que pareça, meu filho não sofreu preconceito das pessoas de fora, que eu imaginei que poderia sofrer. Pedro sofreu preconceito com pessoas da família, entendeu? E doeu, doeu, não foi fácil [...]”. Espera-se que a família seja um porto seguro, que abraça as dores e frustrações. Entretanto, como na fala de Márcia, o preconceito pode partir desse mesmo grupo, tornando-se uma situação dolorosa de se vivenciar. Comparações foram citadas pelas mães, como no caso de Ângela: “[...] preconceito ele sempre sofre, né? Dentro da família mesmo, minha irmã (dizia): 'Ah, meu filho com essa idade saiu da fralda, minha filha nessa idade já tá comendo sozinha'. Fica com comparação, né?”

Além disso, há críticas direcionadas às mães, como se estas não soubessem educar seus filhos ou estivessem fazendo pouco esforço. Dalva, mãe de Aurora, uma menina de doze anos, comparti-

lhou: “Ela não ficava sentada sozinha e só ficava deitada. Algumas pessoas até questionavam que eu era muito protetora, que não deixava ela engatinhar, não deixava andar, mas não. É porque ela não conseguiu engatinhar”.

O engatinhar, mesmo sendo uma fase importante, não é vital para a criança. De acordo com Pappalia, Olds e Feldman (2013, p. 156), “alguns bebês passam diretamente do sentar-se para o andar, sem engatinhar”. Os mesmos autores falam sobre os períodos em que cada fase do desenvolvimento do bebê ocorre, mas confirmam que cada criança é diferente das outras. Aurora foi diagnosticada com retardo mental, autismo e esquizofrenia. A mãe ainda contou: “Os parentes dela, alguns questionaram, falaram que era boqueira, que eu tinha que forçar ela a ficar em público, forçar ela a ir para os lugares públicos, porque aquilo era frescura. Mas aí veio o retardo mental, né?”.

Joana, mãe de Gustavo, que tem autismo no nível três de suporte, abordou a crença popular em vários pontos:

E ali o meu próprio esposo no início não aceitou por conta de ser o primeiro filho dele, ele tinha aquele pouco de preconceito do filho estudar na APAE e ali foi aquela trajetória mais difícil para mim porque a família não me apoiou. Nem minha mãe, nem meu pai. Ninguém me apoiou por conta do meu filho ser autista. [...] mas só que eles acham que a deficiência dele vai pegar em outra pessoa, mas não vai pegar porque é um autismo não é uma não é uma doença que transmite [...].

### 3.4 ESPIRITUALIDADE

“Tem hora que dá vontade de chorar, dá vontade de desligar um pouco, falar: 'Meu Deus... me ajuda', mas Deus dá força para a gente não desistir e a gente vence [...]”. A frase dita por Márcia reflete o sentimento de diversas mães atípicas espalhadas pelo mundo. De acordo com Lima *et al.* (2023b), durante a maternidade de pessoas com necessidades especiais, a espiritualidade surge como algo extremamente valioso, sendo capaz de oferecer conforto, segurança e um sentido de propósito a essas mães. Ainda segundo os autores, a espiritualidade pode fornecer um ponto de apoio e um espaço seguro para as cuidadoras.

Durante a entrevista com Ângela, que é mãe do Daniel, frases como “[...] com Deus vai vencendo e a gente aprende muita coisa com eles também, né? [...]” foram repetidas ao longo de toda a conversa. Em oito minutos de entrevista, a palavra “Deus” foi mencionada quinze vezes, como se fosse uma constante prece. Esse padrão se repetiu nas entrevistas com todas as mães, mostrando que a crença e a religiosidade são extremamente presentes e importantes em suas vidas.

O padrão de citações, agradecimentos e “desabafos” a Deus foi recorrente em todas as entrevistas, corroborando o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que aponta que mais de 89% da população brasileira declara ter uma religião (IBGE, 2010). Para Stroppa e Moreira-Almeida (2008), a religiosidade pode proporcionar ao indivíduo maior aceitação, firmeza e resiliência diante de situações complicadas na vida. Além disso, ela promove paz, autoconfiança, perdão e uma imagem positiva de si mesmo.

O autor também alerta que a religiosidade pode, em alguns casos, trazer culpa, dúvida, ansiedade e depressão devido ao aumento das críticas a si mesmo. No entanto, essas situações não foram observadas entre as mães entrevistadas. Para elas, a religiosidade se traduz em um ponto de apoio, uma espécie de conforto em meio a situações difíceis.

### 3.5 SOBRE O TERMO ATÍPICO

É comum assistir a histórias de mães e crianças especiais na televisão, mas poucos se atentam aos discursos capacitistas que permeiam essas narrativas. Segundo Ferazzo (2019, p. 34), “é relevante ressaltar que capacitismo é o termo para descrever a discriminação, opressão e abuso advindos da ideia de que pessoas com deficiência são inferiores às sem deficiência”. A autora aponta exemplos como o uso da palavra “cego” para se referir aos que não enxergam, a ideia de que uma criança com necessidades especiais pode prejudicar o rendimento de uma turma considerada normal ou até mesmo o simples uso de voz infantilizada ao lidar com essas pessoas.

No entanto, as mães não demonstraram desconforto em serem chamadas de mães atípicas. Além disso, expressaram satisfação em estarem aprendendo a lidar com seus filhos e evidenciaram a busca constante por mais conhecimento. Segundo Camila:

[...] E tá sendo muito bom para ele e para mim também, né? Tendo outras mães aqui como eu tá me ajudando bastante porque é um mundo totalmente diferente para gente né que a gente descobriu que é mãe de uma criança autista, a gente descobriu o mundo novo, né? Todo dia com o aprendizado dele a gente aprende junto também.

Márcia também comentou sobre:

[...] e para a gente que é mãe ver um filho se desenvolvendo se interagindo com outras crianças é gratificante. Porque até então eu não sabia do assunto, não conhecia o assunto, não ouvia tanto falar e a partir do momento que a gente como mãe descobre que o filho tem né, ou é autista ou tem alguma síndrome a gente se esforça para poder aprender sobre o assunto para poder lidar com as crianças [...].

### 3.6 SUPORTE

Como já observado nos relatos, as dificuldades vêm acompanhadas da responsabilidade de criar um filho, especialmente quando este necessita de auxílio para viver. Smeha e Cezar (2011) destacam que as trajetórias de vida dessas mães não podem ser percorridas de forma solitária; elas precisam de apoio, seja de instituições ou de outras pessoas.

Considera-se, portanto, que essas mães buscam o que for necessário para que seus filhos tenham uma vida digna. Nesse sentido, a fala de Ângela ilustra como o suporte de uma associação pode ajudar nos momentos de dificuldade com os próprios sentimentos:

[...] tem dia que a gente tá nervosa sem paciência com eles também, né? E não tem jeito. É uma falta. Tem dia que a gente tá meio assim, né? Cansa também, né, com as lutas do dia a dia, né, mas com Deus vai vencendo a cada dia, né? A gente aprende a lidar aqui na APAE eles ensina a gente como lidar com eles também, né? Porque a gente tem dia que fica meio perdido, né [...].

Minetto *et al.* (2012) discutem que os cuidadores de crianças com desenvolvimento atípico necessitam de redes de apoio específicas e eficazes para reduzir o estresse, sendo crucial a expansão da rede institucional de apoio para fortalecer as famílias. Embora essa assistência seja responsabilidade do Estado, ela também pode ser proporcionada por associações e organizações não governamentais.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, teve-se a oportunidade de adentrar o universo dessas mães, objeto da pesquisa, conhecendo de forma mais profunda suas alegrias, tristezas, dificuldades e preocupações. Compreende-se que o principal desafio dessas mães é a falta de representação, pois, na maioria das vezes, suas vozes não são ouvidas. Dessa forma, percebe-se que o problema maior ainda não foi totalmente resolvido, já que há um longo caminho a ser percorrido.

Durante as entrevistas, muitas mães relataram explicitamente suas angústias em relação à realidade vivida na condição de mães atípicas. A partir dos achados, torna-se evidente que os profissionais da Psicologia precisam entender e validar as vivências dessas mães. Assim, é possível concluir que o estudo atingiu seu objetivo, ao abordar os principais sentimentos das cuidadoras e chamar a atenção dos estudiosos e profissionais da área para a necessidade de cuidado que essas mulheres requerem.

O método qualitativo utilizado foi essencial para a elaboração do artigo, pois uma das principais características dessa técnica é o contato mais próximo entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa. As respostas obtidas por meio desse método foram extremamente relevantes para a construção do estudo.

Ao longo do trabalho, constatou-se que, como previsto na hipótese inicial, as mães atípicas, ao serem ouvidas, destacam a importância de receber cuidados especiais por parte de profissionais da saúde, incluindo psicólogos, dando voz ao silêncio que carregam diante das singularidades de cada uma. Portanto, é necessário olhar mais de perto para essa situação, criando condições para compreender os desafios enfrentados cotidianamente por essas mães, de modo que o suporte necessário as alcance. Isso deve ser feito dentro de uma perspectiva de uma clínica ampliada, na qual o acolhimento e o cuidado sejam elementos centrais.

## REFERÊNCIAS

- Alves, E. G. R. A morte do filho imaginado. **O Mundo da Saúde**, 36(1), 90-97, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/35669>>. Acesso em 24 nov. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATISTA, S. M.; FRANÇA, R. M. de. Família de pessoas com deficiência: desafios e superação. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3, n. 10, p. 117-121, 2007.
- CARELLI, J. H. **O desejo feminino de não maternidade**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/4969>. Acesso em 24 nov. 2023.
- DIAS, F. M.; BERGER, S. M. D.; LOVISI, G. M. Mulheres guerreiras e mães especiais? Reflexões sobre gênero, cuidado e maternidades no contexto pós-epidemia de zika no Brasil. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 4, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/HrhtFfSfvdCbyQdzwjnPzwy/>>. Acesso em 25 nov. 2023.
- FERAZZO, F. P. **“Mas que problema tu tem?”**: narrativas de mães de crianças e adolescentes com deficiência. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206667>. Acesso em 24 nov. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>>. Acesso em 22 nov. 2023.
- LEÃO, F. *et al.* Reflexões teóricas sobre maternidade e adoção no contexto da monoparentalidade feminina. **Pensando família** [online], v.21, n.2, 2017. Disponível em: <[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2017000200005](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200005)>. Acesso em 20 nov. 2023.
- LEHMKUHL, M. S. **A reconfiguração da federação nacional das APAES (FENAPAES) no estabelecimento da relação entre público e privado nas políticas de educação especial (1974/2016)**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/21158/2/Márcia%20de%20Souza%20Lehmkuhl.pdf>> Acesso em 25 nov. 2023.
- LIMA, M. M. S. *et al.* Vivenciando a maternidade atípica: uma reflexão pelas lentes de Merleau-Ponty. **Revista Enfermagem Atual**, v. 97, n. 2. 2023a. Disponível em: <<https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1877>>. Acesso em 25 nov. 2023.
- LIMA, M. M. S. *et al.* A espiritualidade na maternidade atípica: uma reflexão com base no referencial teórico de Victor Frankl. **Revista PRÓ-UNIVERSUS**, v.1, n.1, p.106-110, 2023b. DOI: 10.21727/rpu.14i2Especial.3859. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/372926132\\_Espiritualidade\\_na\\_Maternidade\\_Atipica\\_Uma\\_Reflexao\\_com\\_Base\\_no\\_Referencial\\_Teorico\\_de\\_Victor\\_Frankl](https://www.researchgate.net/publication/372926132_Espiritualidade_na_Maternidade_Atipica_Uma_Reflexao_com_Base_no_Referencial_Teorico_de_Victor_Frankl)> Acesso em 01 dez. 2023.
- MAROTTI, J. *et al.* Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo** [online], v.1, n.1, p.186-194, 2008. Acesso em: <[https://www.researchgate.net/publication/285800533\\_Amostragem\\_em\\_pesquisa\\_clinica\\_Tamanho\\_da\\_amostra](https://www.researchgate.net/publication/285800533_Amostragem_em_pesquisa_clinica_Tamanho_da_amostra)> Acesso em 30 nov. 2023.
- MATERNIDADE. In: **Michaelis**: dicionário brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2024. Disponível em: <<https://www.melhoramentos.com.br/editora/>>. Acesso em 30 nov. 2023.

MINETTO, M. de F. J. *et al.* **Práticas educativas parentais, crenças parentais, estresse parental e funcionamento familiar de pais de crianças com desenvolvimento típico e atípico.** 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94159>>. Acesso em 30 nov. 2023.

MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia Ciência e Profissão** [online], v.24, n.1, p.44-55, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35w-jck8XzbyhMWNhrzG/#>>. Acesso em 30 nov. 2023.

NUNES, V. N. **“Ter filho autista é se readaptar”**: narrativas de mulheres-mães em meio a uma pandemia. 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/242606>>. Acesso em 24 nov. 2023.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano.** 10 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2 ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013.

RESENDE, A. C.; NOBREGA, S.; MOREIRA, T. Experiências de Pessoas com Deficiência nos Serviços de Saúde: Contribuição para a Formação Profissional. **Blucher Medical Proceedings**, v.1, n.2, p. 61, 2014. DOI 10.5151/me-dpro-cihhs-10308. Disponível em: <<https://pdf.blucher.com.br/medicalproceedings/cihhs/10308.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2023.

SILVA, A. P. *et al.* “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico estudos em psicologia** [online], v.1, n.1, p.25-35, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224/3816>. Acesso em 10 nov. 2023.

SMEHA, L. N.; CEZAR, P. K. A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo. **Psicologia em estudo** [online], v.16, n.1, p.43-50, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/QypM8WrpBcGX9LnwfvqWpK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 10 nov. 2023.

STROPPIA, A.; MOREIRA-ALMEIDA, A. Religiosidade e Saúde. **Saúde e Espiritualidade: uma nova visão da medicina** [online], v.1, n.1, p.427-443, 2008. Disponível em: <[https://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M\\_autores/MOREIRA-ALMEIDA\\_Alexander\\_et\\_STROPPIA\\_Andre\\_tit\\_Religiosidade\\_e\\_Saude.pdf](https://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M_autores/MOREIRA-ALMEIDA_Alexander_et_STROPPIA_Andre_tit_Religiosidade_e_Saude.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2023.

# 3

## AUTOMEDICAÇÃO ENTRE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA: UM OLHAR SOBRE PRÁTICAS, DESAFIOS E IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE.

- ▶ **Ana Luíza Arantes Knaip**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG  
anaknaip11@gmail.com
- ▶ **Joice Pires Rodrigues**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
joi-cepires@hotmail.com
- ▶ **Rafaelly Soares Virgilino**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
rafavirgilino399@gmail.com
- ▶ **Virna Gabrielle Oliveira Magalhães**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
virnagabrielemagalhaes@gmail.com
- ▶ **Caroline Lacerda Alves de Oliveira**  
Mestre Profissional em Desenvolvimento Local, Docente no Centro Universitário UNIFACIG,  
Manhuaçu-MG,  
caroline.lacerda@sempre.unifacig.edu.br

## RESUMO

A automedicação é a prática de ingerir medicamentos sem o aconselhamento ou acompanhamento de um profissional de saúde qualificado. O uso inadequado de medicamentos afeta a saúde dos estudantes, tornando vírus e bactérias mais resistentes, além de diminuir a eficácia dos medicamentos. Dependendo do tipo, a medicação pode ainda levar ao desenvolvimento de dependência.

Dado que acadêmicos da área da saúde são importantes participantes do sistema de saúde e desempenham um papel crucial na promoção do uso responsável de medicamentos, torna-se necessário examinar a relação entre a automedicação e esses estudantes. Este estudo descri-

tivo, com abordagem quantitativa, analisou a ocorrência da automedicação entre universitárias do segundo (2º) ao décimo (10º) semestres do curso de Psicologia de uma instituição privada de ensino superior localizada em um município da Zona da Mata Mineira, em Minas Gerais.

Os resultados indicaram que 74,6% das entrevistadas se automedicam, e 75% delas são dependentes de algum medicamento. Os medicamentos mais utilizados são analgésicos/antialérgicos (90,5%), seguidos por antidepressivos (27%). Quanto à orientação para a automedicação, 71,4% relataram se basear em costumes, enquanto 22,2% afirmaram ser influenciadas por familiares.

Conclui-se que os dados revelam uma alta prevalência da prática de automedicação entre as estudantes, em consonância com os padrões observados em outras pesquisas. Contudo, considerando que o contexto envolve futuros profissionais da área da saúde, esperava-se uma frequência menor desse comportamento, bem como uma abordagem mais cautelosa em relação ao uso de medicamentos.

**Palavras-chave:** Automedicação; Estudantes; Medicamentos; Psicologia; Saúde.

# 3

## SELF-MEDICATION AMONG PSYCHOLOGY STUDENTS: A LOOK AT PRACTICES, CHALLENGES AND IMPACTS ON THE TRAINING OF HEALTH PROFESSIONALS.

### ABSTRACT

Self-medication refers to the practice of taking medications without the advice or supervision of a qualified healthcare professional. Misuse of medications affects students' health by contributing to increased resistance of viruses and bacteria, diminishing the effectiveness of drugs, and in some cases, leading to addiction. Since healthcare students are key participants in the health system and play a crucial role in promoting the responsible use of medications, it is important to examine the relationship between self-medication and these students. This descriptive study with a quantitative approach investigates the occurrence of self-medication among female psychology students from the second (2nd) to the tenth (10th) semesters at a private higher education institution in a municipality in the Zona da Mata region of Minas Gerais, Brazil. Among the respondents, 74.6% reported practicing self-medication, and 75% are dependent on some form of medication. The most commonly used drugs are pain relievers and antihistamines (90.5%), followed by antidepressants (27%). Regarding the motivation behind self-medication, 71.4% do so out of habit, while 22.2% are influenced by family members. The data indicate a high prevalence of self-medication among students, consistent with trends observed in other studies. Surprisingly, given their healthcare background, one might have expected a lower frequency of this behavior, accompanied by a more cautious approach.

**Keywords:** Self-medication; Students; Medicines; Psychology; Health.

## 1 INTRODUÇÃO

A ingestão de substâncias medicamentosas sem aconselhamento ou supervisão de um profissional de saúde qualificado é considerada automedicação (Paulo; Zanini, 1998). Os me-

dicamentos são de suma importância na cura, alívio ou controle de sintomas, mas seu uso sem prescrição médica tem se tornado cada vez mais comum e pode trazer uma série de prejuízos para os usuários se realizado de forma inadequada.

De acordo com Almeida et al. (2012) e Matos et al. (2018), vários estudos que avaliam a automedicação constataram alguns fatores que influenciam um indivíduo a realizar essa prática, como: dificuldade de acesso a serviços médicos devido a atrasos e preços das consultas; a limitação do poder prescritivo; a indução do uso de medicamentos por conhecidos ou funcionários de farmácia; a reutilização de receitas médicas por conta da repetição de sintomas anteriores; a falta de disponibilidade para procurar especialistas em saúde; a livre comercialização de medicamentos e propagandas na mídia, que dão a impressão de que os medicamentos são produtos que não provocam prejuízo à saúde. Isso pode ser observado melhor em uma pesquisa realizada pelo ICTQ – Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação para o mercado farmacêutico –, que apontou que os maiores prescritores desses fármacos são a própria família, balconistas das farmácias e amigos, ou seja, em sua maioria, leigos sobre o assunto em questão. Além disso, a referida pesquisa mostrou quais são os fármacos mais utilizados, sendo eles para o alívio de dores de cabeça, febres, resfriados, entre outros.

Em países menos desenvolvidos, o acesso a serviços de saúde de qualidade é agravado, dificultando a atenção formal à saúde, e os gastos com a produção e distribuição de medicamentos essenciais são elevados (Fabricant; Hirschhorn, 1987). Corroborando essas análises, o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) aponta que 34% da população brasileira não tem acesso à atenção básica de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com Malik et al. (2020) e Quispe-Cañari et al. (2021), inúmeras consequências podem ocorrer decorrentes da automedicação sem as devidas prescrições, como: efeitos secundários prejudiciais, doenças iatrogênicas e camuflagem de doenças. Além disso, a automedicação pode aumentar os custos tanto para o paciente quanto para o sistema de saúde. É importante observar que erros na dosagem dos medicamentos também podem levar ao vício em drogas e à resistência aos antibióticos.

Uma das principais causas de intoxicação no país é o uso de medicamentos sem consulta a um profissional médico. Isso ocorre devido à falta de consciência sobre os danos potenciais que essas substâncias podem causar. Por isso, os medicamentos são considerados os principais agentes tóxicos responsáveis por casos de envenenamento humano no país (Lessa; Bochner, 2008). A intoxicação por uso inadequado de medicamentos é a mais perigosa. Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (2020), aproximadamente 30 mil casos de internação resultantes de intoxicação são registrados no Brasil. Além disso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) indica que cerca de 18% das mortes por intoxicação no Brasil podem ser relacionadas à automedicação.

As consequências do uso inadequado de medicamentos têm sido cada vez mais discutidas. Apesar disso, muitas pessoas, mesmo sabendo dos malefícios, continuam se automedicando. Isso é evidenciado na pesquisa divulgada em 2014 pelo Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade

(ICTQ), que mostrou que 76,4% dos brasileiros admitem se automedicar, e que 61,4% das pessoas que se automedicam estão conscientes dos riscos dessa prática.

Segundo Tomasi et al. (2007), o perigo desse hábito está relacionado ao nível de escolaridade e informação das pessoas que utilizam esses medicamentos, mas também ao fácil acesso ao sistema de saúde. Portanto, os motivos para que essa prática continue podem estar relacionados à necessidade e ao anseio de obter alívio dos sintomas de forma imediata, muitas vezes com a instrução de pessoas leigas sobre o assunto, mas também devido ao amplo acesso à internet e às propagandas que induzem a automedicação, além da falta de regulamentação e fiscalização nos locais responsáveis pela venda desses fármacos. De acordo com Junior (2009), a ANVISA é responsável por regulamentar e fiscalizar a propaganda e venda desses medicamentos que podem ser utilizados sem prescrição médica, mas a falta de orientação para as pessoas que adquirem esses produtos pode fazer com que os consumam de forma inadequada e prejudicial.

O ato de se automedicar não é apenas comum entre a população em geral, mas também entre universitários. Alguns estudos mostram que essa prática tem sido recorrente entre indivíduos com maior nível de informação. Na perspectiva de Souza e Sena (2017), é justamente o poder desse conhecimento que gera maior confiança para praticar a automedicação. Os fatores que contribuem para a experiência dos acadêmicos incluem altas cargas de trabalho, maior acesso à informação, interação com outros acadêmicos, influência familiar, elementos psicossociais e ajustes a um novo modo de vida (Rosa et al., 2019).

No documentário norte-americano *Take Your Pills* (2018), é amplamente discutida a competitividade e a alta demanda por resultados, tanto na vida acadêmica quanto no trabalho, que levam as pessoas a ficarem cada vez mais exaustas e optarem por remédios como Ritalina e Adderall para alcançar maior produtividade. Esses remédios, inicialmente prescritos para pessoas com transtornos de atenção e hiperatividade (TDAH), tiveram um aumento no número de usuários por estimularem a atividade mental, aumentarem a concentração e reduzirem a sonolência, proporcionando maior produtividade. No documentário, grande parte dos casos tinha esse mesmo objetivo. No entanto, apenas duas pessoas entrevistadas realmente precisavam das medicações para controle do TDAH.

De acordo com Tognoli et al. (2019), estudos sobre a prática de automedicação entre universitários da área da saúde têm como hipótese encontrar resultados que demonstrem comportamentos condizentes com a formação profissional adquirida, evidenciando hábitos que promovam a conscientização sobre o uso correto e prudente de medicamentos.

Portanto, este artigo tem como objetivo identificar a conduta dos futuros profissionais de Psicologia em relação à automedicação, considerando que são responsáveis por orientar seus pacientes sobre os perigos dessa prática.

## 2 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa em uma instituição de ensino superior privada de um município do estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, localizada na Zona da Mata Mineira.

Segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo explicar as características de uma população ou fenômeno. Já as pesquisas quantitativas consideram que tudo pode ser quantificado, ou seja, que informações podem ser geradas a partir de números para, assim, classificá-las e analisá-las (Gil, 2002).

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, baseado no questionário elaborado e validado por Freitas, Marques e Duarte (2017).

A população foi composta por estudantes mulheres do curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior privada, totalizando 165 alunas. A amostra foi estabelecida seguindo procedimentos estatísticos, utilizando como parâmetro de determinação a fórmula elaborada por Levine, Berenson e Stefan (2000), com uma margem de erro de 5%.

Fórmula >>> 
$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p \cdot q}$$

**BASE DE DADOS**

?	n = tamanho da amostra;
1,0	$\sigma$ = nível de confiança escolhido, expresso em números de desvio-padrão;
50,0%	p = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica;
50,0%	q = porcentagem complementar;
<u>165,0</u>	N = tamanho da população; e
5,0%	e = erro máximo permitido.

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p \cdot q} \rightarrow n = \frac{41,3}{0,7} \rightarrow n = 62,5$$

Dessa forma, seguindo os parâmetros da fórmula, obteve-se um total de 63 respondentes, composto por universitárias de diferentes períodos. Para tanto, o questionário foi estruturado utilizando o Google Forms e disponibilizado às respondentes por meio de um link, garantindo o anonimato das participantes.

Os dados coletados foram analisados de forma quantitativa em planilhas do Excel®, utilizando-se medidas estatísticas, como média e moda, para a análise dos resultados.s.

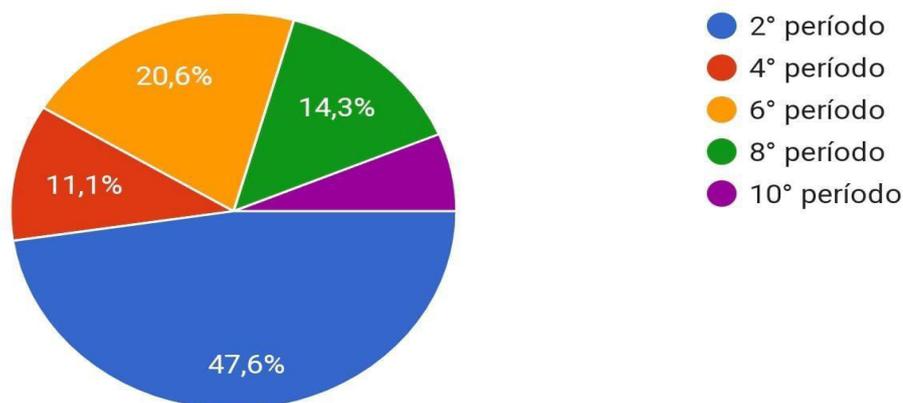
## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados e após a aplicação dos parâmetros estatísticos, tem-se que a pesquisa foi composta por 63 estudantes de Psicologia do gênero feminino, matriculadas em uma instituição de ensino superior privada localizada em um município do estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, na Zona da Mata Mineira. O questionário foi enviado para estudantes de todos os períodos do curso de graduação, com perguntas relacionadas à automedicação. Para a construção

da pesquisa, utilizou-se o método descritivo de abordagem quantitativa, com o objetivo de adquirir informações quantificáveis de uma amostra da população.

O perfil da amostra pode ser sintetizado nos seguintes dados: 30 (47,6%) das respondentes estão no segundo período do curso, 7 (11,1%) no quarto período, 13 (20,6%) no sexto período, 9 (14,3%) no oitavo período e 4 (6,3%) no décimo período, como ilustrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1-** Período do curso de Psicologia das entrevistadas.



Fonte: Dados de pesquisa (2023)

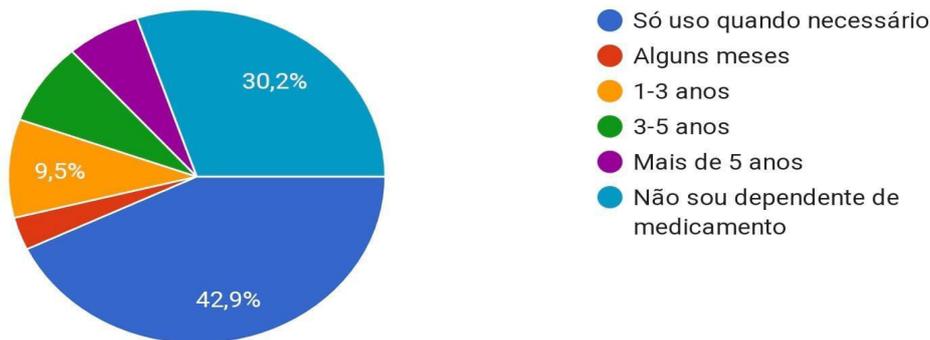
Sobre a prática da automedicação, 47 respondentes (76,6%) afirmaram realizar essa prática, enquanto 16 (25,4%) negaram. O alto número de pessoas que utilizam fármacos por conta própria pode ser justificado pela existência de medicamentos que não necessitam de prescrição médica (Melo; Teixeira; Manica, 2007). Ainda, segundo Arrais et al. (2005), esse comportamento de algumas mulheres pode ser compreendido pela pressão que muitas delas sofrem de médicos e da mídia em relação a problemas específicos em várias fases de sua vida, como, por exemplo, nos períodos menstruais e na menopausa.

No que diz respeito ao conhecimento dos danos que a automedicação pode provocar à saúde, 58 respondentes (92,1%) afirmaram estar cientes, enquanto 5 (7,9%) disseram não ter conhecimento. A automedicação incorreta pode ocasionar Reação Adversa a Medicamento (RAM). De acordo com Romeu et al. (2011, p. 6), citando a Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de Reação Adversa a Medicamento refere-se a “qualquer resposta prejudicial ou indesejável e não intencional que ocorre com medicamentos em doses usualmente empregadas para profilaxia, diagnóstico, tratamento de doença ou para modificação de funções fisiológicas”.

Em relação à dependência, a maioria das estudantes, 46 (73%), declarou não ser dependente de nenhum medicamento, enquanto 17 (27%) afirmaram ser dependentes.

Sobre o tempo de uso desses fármacos, conforme ilustrado no Gráfico 2, 27 respondentes (42,9%) afirmaram utilizar medicamentos apenas quando necessário, 2 (3,2%) relataram estar usando medicamentos há alguns meses, 6 (9,5%) há 1-3 anos, 5 (7,9%) há 3-5 anos, 4 (6,3%) há mais de cinco anos, e 19 (39,2%) estudantes afirmaram não ser dependentes de nenhum medicamento.

**Gráfico 2** - Tempo de uso do medicamento por universitárias do curso de psicologia



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Sobre a compra ou uso de medicamentos com ou sem prescrição médica, 32 (50,8%) estudantes afirmaram que utilizam medicamentos com receita, enquanto 31 (49,2%) relataram utilizá-los sem receita. Quanto à utilização de receitas novas ou reutilizadas, 57 (90,5%) respondentes afirmaram utilizar receitas novas, enquanto 6 (9,5%) disseram reutilizar receitas antigas. Aquino (2008) resalta que o consumo de fármacos tem relação direta com tradições culturais e práticas instintivas, muitas vezes sem qualquer base racional, devido, entre outros fatores, à fácil disponibilidade de medicamentos, independentemente da classe social.

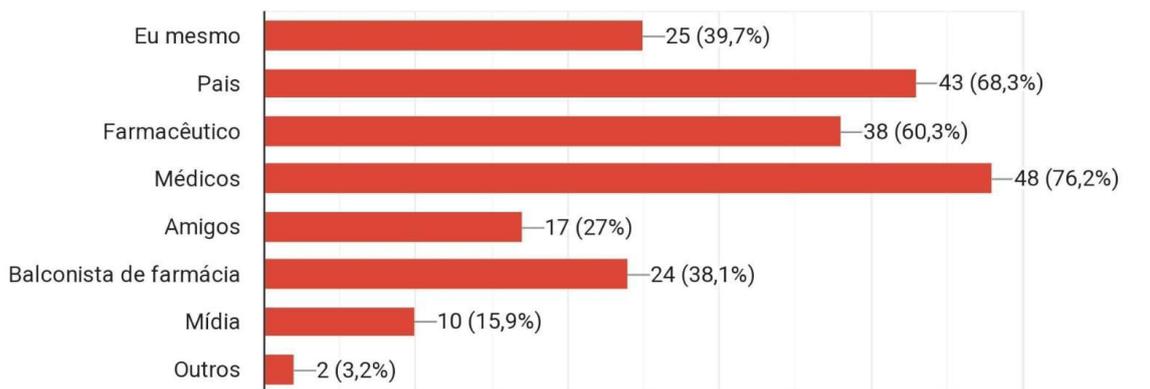
No que diz respeito aos efeitos colaterais, 33 respondentes (52,4%) relataram tê-los experimentado ao se automedicarem, enquanto 30 (47,6%) afirmaram não sentir nada. De acordo com a Pfizer (2023), todo medicamento pode causar efeitos colaterais e, se tomado incorretamente, pode ser mais prejudicial do que benéfico para o corpo.

Das estudantes que praticaram a automedicação, 50 (84,7%) afirmaram que seus problemas foram resolvidos, enquanto 9 (15,3%) disseram que não obtiveram a solução desejada. Isso reforça a importância da prescrição médica por profissionais qualificados, já que orientar os pacientes sobre o uso correto dos medicamentos é essencial para o sucesso do tratamento. A falta de orientação é apontada como uma das principais causas do uso inadequado de medicamentos (Oenning; Oliveira; Blatt, 2011).

Quanto à indicação de medicamentos, os resultados, conforme ilustrado no Gráfico 3, apontam que os médicos são os maiores responsáveis por orientar o consumo de medicamentos (76,2%), seguidos pelos pais (68,3%). Outros indicados incluem farmacêuticos (60,3%), a própria pessoa (39,7%), balconistas de farmácias (38,1%), amigos (27%), mídia (15,9%) e outros (3,2%). Observa-se que muitos seguem as orientações médicas, o que não configura automedicação. Entretanto, o ato de reutilizar receitas pode indicar uma decisão própria, alinhando-se aos conceitos de automedicação.

Conforme publicado por Jaramillo et al. (2005), o setor privado é o principal responsável por fornecer fármacos à população brasileira. Naves et al. (2010) destacam que, na maioria dos casos, o comércio de medicamentos em farmácias e drogarias está sob o controle de pessoas leigas no assunto, como proprietários e balconistas de farmácias.

**Gráfico 3** – Relação do aconselhamento para se automedicar pelas estudantes de Psicologia.



**Observação:** O questionário permitia mais de uma resposta na questão.

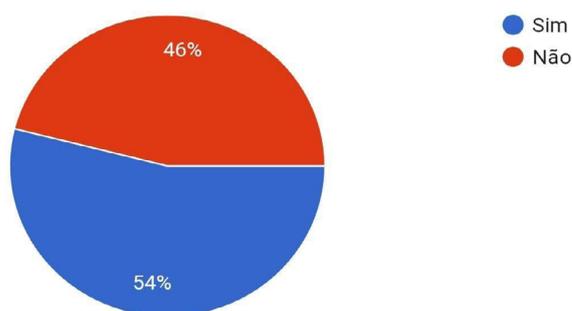
Fonte: Dados de pesquisa (2023)

De acordo com Zamuner (2006), alguns fatores favorecem a prática da automedicação e podem prejudicar a eficiência dos remédios, como a falta de cuidados com a farmácia caseira e a segurança no uso de medicamentos. Isso pode aumentar o risco de intoxicação por ingestão acidental, facilitar a ocorrência de erros na escolha dos medicamentos e, ainda, levar à perda da eficiência dos fármacos devido ao mau armazenamento ou ao vencimento.

De acordo com Filho et al. (2002), a maior disponibilidade de produtos no mercado gera uma maior familiaridade do usuário leigo com os medicamentos. Essa disponibilidade induz o pensamento de que os fármacos são inofensivos, fazendo com que as pessoas consumam, de forma consciente ou não, medicamentos de maneira indiscriminada, o que pode acarretar consequências negativas decorrentes de efeitos adversos no organismo.

Os dados sistematizados no Gráfico 4 indicam o uso simultâneo de remédios prescritos por médicos e remédios consumidos por conta própria pelas entrevistadas. Nele, 54% das participantes relataram que fazem esse uso simultâneo, enquanto 46% afirmaram que não utilizam medicamentos de forma simultânea. Essa divisão reflete uma prática comum entre muitos pacientes, que pode envolver automedicação associada ao uso de prescrições médicas.

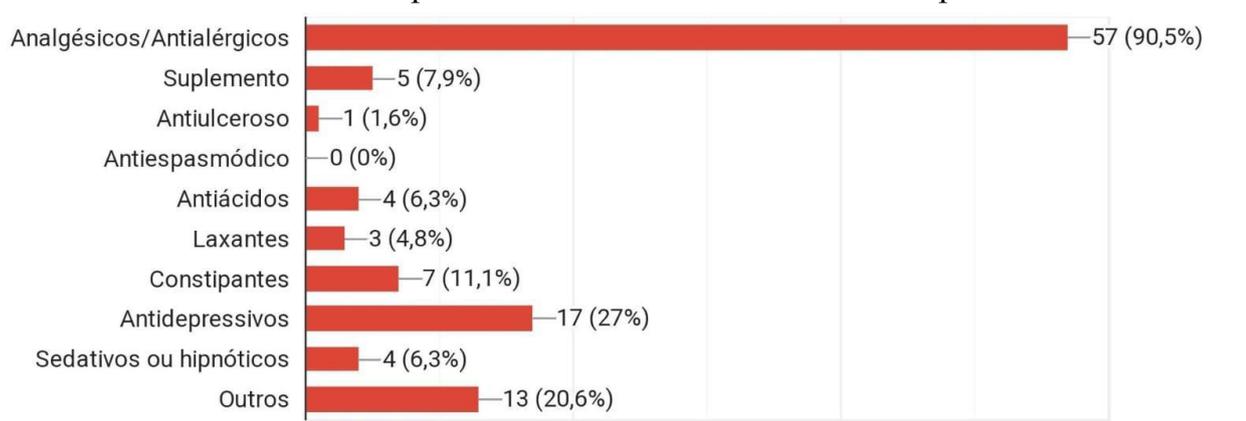
**Gráfico 4** – O uso simultâneo de medicamentos prescritos pelo médico e por conta própria



Fonte: Dados de pesquisa (2023)

Os achados da pesquisa indicam que os medicamentos mais utilizados são os analgésicos/antialérgicos, representando 90,5% da amostra, corroborando os resultados obtidos na pesquisa de Freitas, Marques e Duarte (2017), na qual 87,7% dos entrevistados afirmaram que esses medicamentos são os mais utilizados. Aquino, Barros e Silva (2010) ressaltam que o uso recorrente de analgésicos e antialérgicos representa uma prática que transmite a ideia de que essas substâncias não causam danos à saúde. No entanto, é necessária cautela, pois o mesmo remédio que alivia pode ocasionar efeitos colaterais perigosos. O antidepressivo foi o segundo medicamento mais apontado na pesquisa (27% da amostra), seguido por outros medicamentos (20,6% da amostra).a).

**Gráfico 5 -** Tipos de medicamentos mais utilizados pelas estudantes



**Observação:** O questionário permitia mais de uma resposta na questão.

Fonte: Dados de pesquisa (2023)

Quando questionadas sobre as dificuldades para a compra de medicamentos, 82,5% das respondentes negaram ter alguma dificuldade, enquanto 17,5% relataram ter enfrentado problemas para adquiri-los. Esses dados reforçam o ponto já discutido sobre a facilidade de compra de medicamentos isentos de prescrição médica, ou seja, de venda livre, facilmente encontrados em farmácias e drogarias e sem tarjas (Marinho; Meirelles, 2021).

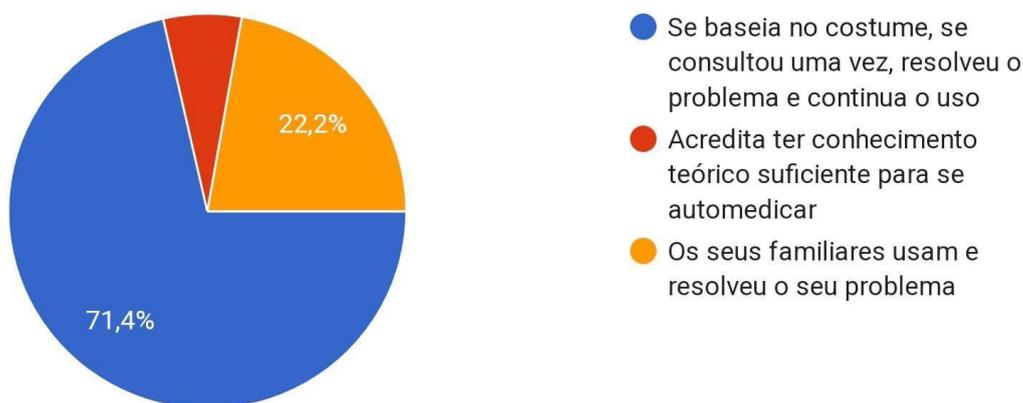
As respostas registradas sobre a disponibilidade de medicamentos indicaram que 76% da amostra pesquisada sempre têm medicamentos em casa, 20,6% não os possuem em casa, mas sempre compram quando necessário, e 6,3% das respondentes afirmaram que não têm medicamentos em casa, mas, quando necessário, procuram uma unidade de saúde para obter a receita. O alto número de fármacos disponíveis em casa pode, por vezes, constituir um "arsenal terapêutico", o que também é considerado um fator de risco (Ferreira et al., 2005). Os autores apontam que essas farmácias caseiras podem aumentar os riscos de intoxicação por mau uso, além de prejudicar a eficiência e a segurança na administração desses medicamentos.

No que diz respeito à orientação para se automedicar, conforme o Gráfico 6, 71,4% das respondentes relataram que se baseiam no costume, pois já se consultaram uma vez, e o remédio indicado resolveu o problema, motivo pelo qual continuam o uso por conta própria. Além disso, 22,2% das entrevistadas afirmaram que algum membro do grupo familiar já utilizou o medicamento e, como

ele resolveu o problema, elas também optaram por usá-lo. Por fim, 6,3% da amostra disseram acreditar ter conhecimento teórico suficiente para se automedicar.

Esses resultados confirmam os achados do estudo de Freitas, Marques e Duarte (2017), em que, de forma similar, foi observado que a maioria dos estudantes se baseia em prescrições anteriores para praticar a automedicação.

**Gráfico 6** – Disponibilidade de medicamentos em casa pelas estudantes



Fonte: Dados de pesquisa (2023)

De forma geral, 82,5% da amostra pesquisada afirmaram que as pessoas próximas a elas se automedicam, enquanto 17,5% disseram que seus conhecidos não realizam essa prática. No que se refere à influência das redes sociais na utilização de medicamentos, cerca de 18 pessoas (28,6% da amostra) afirmaram que elas influenciam, enquanto 41 pessoas (71,4% dos respondentes) negaram essa influência.

É perceptível que as redes sociais têm tido influência na prática da automedicação; porém, as respondentes divergem dos achados da pesquisa desenvolvida por Queiroz et al. (2022), que aponta uma grande influência da mídia no uso indiscriminado de medicamentos. Segundo o estudo, a mídia minimiza os efeitos colaterais e enfatiza os benefícios, sendo, em alguns casos, o único meio de informação acessado pelos pacientes.

Sobre o conhecimento dos efeitos adversos, 77,8% da amostra pesquisada afirmaram que leem a bula e sabem sobre os efeitos, enquanto 22,2% dos respondentes negaram esse conhecimento. Os resultados obtidos corroboram os achados do estudo realizado por Chaves (2019), no qual a maioria dos participantes entrevistados relatou ler a bula antes de ingerir um medicamento. Entre eles, as mulheres são as mais bem informadas: cerca de 84% leem a bula para se informar sobre os efeitos adversos.os.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados permitem inferir que, apesar do conhecimento dos danos que a prática da automedicação pode causar, ela ainda é amplamente praticada por essas estudantes. Esses achados

contradizem a hipótese inicial, pois, sendo estudantes da área da saúde, esperava-se que o uso incorreto de medicamentos fosse menor e mais controlado. Isso leva a considerar que o conhecimento pode induzir as universitárias a fazerem uso inadequado de tais remédios. Esse comportamento ignora que, apesar de o medicamento oferecer alívio temporário, seu uso incorreto pode representar riscos significativos à saúde.

Um importante achado é a questão das influências que levam essas pessoas a praticarem a automedicação, sendo elas: familiares, balconistas de farmácias, amigos, propagandas nas mídias sociais e a reutilização de receitas, que incentivam ou dão continuidade a essa prática.

A automedicação é um fenômeno complexo com várias consequências. É de suma importância reconhecer que a busca por orientação profissional resulta em um tratamento mais adequado e seguro. A promoção de educação e conscientização sobre os riscos da automedicação são passos cruciais para garantir o bem-estar e a segurança de todos. Portanto, evitar a automedicação contribui para uma conduta mais saudável e segura em relação aos cuidados com a saúde.

Para uma melhor compreensão desse comportamento rotineiro entre universitários, sugere-se que este estudo seja ampliado para outros cursos e que os resultados sejam propagados e discutidos em diferentes espaços das instituições. Assim, a conscientização sobre essa prática poderá ser avaliada e debatida como um risco à saúde física e mental dos jovens.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. *et al.* Levantamento do uso de medicamentos por estudantes do ensino médio em duas escolas de Porto Alegre, RS, Brasil. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 18, n. 1, p. 215–230, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/XwgThPpw9TxLr8JLNwbhCFD/?lang=pt#>>. Acesso em 20 nov. 2023.

AQUINO, D. S. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 733–736, abr. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/ZqY8ZMrdQnVZNtdLNjQsFvM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 03 nov. 2023.

AQUINO, D. S.; BARROS J. A. C.; SILVA, M. D. P. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, Recife, p. 2533-2538, 2010. <Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kB6LHkhwPXqzbz-7QtmHJHQvz/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em 04 nov. 2023.

ARRAIS, P. S. D. *et al.* Prevalência e fatores determinantes do consumo de medicamentos no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cad Saude Publica** 21(6):1737-46, 2005. DOI:10.1590/S0102-311X200500060002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/ZPk5Z5K4P8Cctx6P3LZT4N/?lang=pt#>>. Acesso em 15 nov. 2023.

CHAVES, G. **Maioria dos brasileiros diz seguir prescrição médica e até ler bulas**. 2019. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/saude/maioria-dos-brasileiros-diz-seguir-prescricao-medica-e-ate-ler-bulas>>. Acesso em 03 dez. 2023.

FABRICANT, S.; HIRSCHHORN, N. Deranged distribution, perverse prescription unprotected use: the irrationality of pharmaceuticals in the developing world. **Health Policy and Planning**, Oxford, v. 2, n. 3, p. 204-213, 1987.

FERREIRA, W. A. *et al.* Avaliação de Farmácia Caseira no Município de Divinópolis (MG) por Estudantes do Curso de Farmácia da Unifenas. **Rev. Infarma**, v.17, nº 7/9, 2005. Disponível em: <<https://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/267>>. Acesso em 15 nov. 2023.

FILHO, A. I. de L.; UCHOA, E.; GUERRA, H. L.; FIRMO, J. O. A.; LIMA-COSTA, M. F. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do Bambuí. **Revista Saúde Pública**, v.36, n.1, p.55-62, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rsp/2002.v36n1/55-62/pt>>. Acesso em 15 nov. 2023.

FREITAS, V. P.; MARQUES, M. S.; DUARTE, S. F. P. Automedicação em Universitários do curso de Graduação da área de Saúde em uma Instituição de Ensino Superior Privada em Vitória da Conquista. Id on Line **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, 2017, vol.12, n.39, p.25-37. ISSN: 1981-1179. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/938>>. Acesso em 01 dez. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ICTQ. **Pesquisa – Automedicação no Brasil (2018)**. Disponível em: <<https://ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil-2018>>. Acesso em 20 nov. 2023.

JARAMILLO, N. M. *et al.* Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados. In: **Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados**. 2005. p. 260-260. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-442275>>. Acesso em 30 nov. 2023.

JUNIOR, T. S. F.. Competência da Anvisa e a regulamentação da propaganda. **Revista de Direito Administrativo**, v. 251, p. 215-232, 2009.

LESSA, M. de A.; BOCHNER, R.. Análise das internações hospitalares de crianças menores de um ano relacionadas a intoxicações e efeitos adversos de medicamentos no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, p. 660-674, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rbepid/2008.v11n4/660-674/pt>>. Acesso em 20 nov. 2023.

LEVINE, D. M., BERENSON, M. L.; STEFAN, D. **Estatística: Teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MALIK, M. *et al.* Automedicação durante a pandemia de Covid-19: desafios e oportunidades. **Drugs Ther Perspect** 36 , 565–567, 2020. Disponível em: <<https://rdu.be/dR3q0>>. Acesso em 15 dez. 2023.

MARINHO, L. N. S.; MEIRELLES, L. M. A. Os Riscos Associados ao Uso de Medicamentos Isentos de Prescrição. **Revista Saúde Multidisciplinar**, Mineiros, v. 1, n. 9, p. 09-14, mar. 2021. Disponível em: <<http://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/144>>. Acesso em 20 nov. 2023.

MATOS, J. F. *et al.* Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 76–83, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/65DK5G5dCrhCsWJZgWXBsmF/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em 20 nov. 2023.

MELO, E. B.; TEIXEIRA, J. J. V.; MANICA, G. C. M. Histórico das tentativas de liberação da venda de medicamentos em estabelecimentos leigos no Brasil a partir da implantação do Plano Real. **Cien. Saúde Colet**. 12(5): 1333-1339, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/gqxWXYtS7YNDN75NhJh5ps/#>>. Acesso em 02 dez. 2023.

NAVES, J. O. S. *et al.* Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1751–1762, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/FPDPyz65X6qTGNMHFwrnb8R/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 03 dez. 2023.

OENNING, D.; OLIVEIRA, B. V.; BLATT, C. R. Conhecimento dos pacientes sobre os medicamentos prescritos após consulta médica e dispensação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3277–3283, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/jDKk6tc4DMnpy9wnM97XnHk/>>. Acesso em 25 nov. 2023.

PAULO, L. G.; ZANINI, A. C. Automedicação no Brasil. **Rev. Assoc. Méd. Bras.**, v.34, n.2, p. 69-75, 1998. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-64037>>. Acesso em 20 nov. 2023.

PFIZER. **Os riscos da automedicação**. 2023 Disponível em: <<https://www.pfizer.com.br/noticias/ultimas-noticias/os-riscos-da-automedicacao>>. Acesso em 03 dez. 2023.

QUEIROZ, S. L. et al. A influência da mídia sobre a automedicação e o papel do farmacêutico para promover o uso racional de medicamento. **Saúde & Ciência em Ação**, v. 8, n. 1, p. 130-145, 2022. Disponível em: <<https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICS/article/view/982>>. Acesso em 03 dez. 2023.

QUISPE-CAÑARI, J. F. *et al.* Self-medication practices during the COVID-19 pandemic among the adult population in Peru: A cross-sectional survey. **Saudi Pharmaceutical journal**, v. 29, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33519270/>>. Acesso em 03 dez. 2023.

ROMEU, G. A. *et al.* Notificação de reações adversas em um hospital sentinela de Fortaleza-Ceará. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://rbfhss.emnuvens.com.br/sbrafh/article/view/91>> Acesso em 30 nov. 2023.

ROSA, A. L. N. *et al.* Eventos produtores de estresse emocional mais comuns na população de estudantes do curso de medicina. **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro: Itaperuna, v. 5, n. 5, 26 p.; dez. 2019. Disponível em: <<http://reinpec.cc/index.php/reinpec/article/view/454>>. Acesso em 30 nov. 2023.

**Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas**: dados de intoxicação: dados nacionais. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2020c2009 [citado 16 mar 2021]. Disponível em: <<https://sinitox.iciet.fiocruz.br/dados-nacionais>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SOUSA, L. A.; SENA, C. F. A. Automedicação entre universitários dos cursos de graduação na área da saúde na FCV-Sete Lagoas: influência do conhecimento acadêmico. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, 5, 1-21, 2017. Disponível em: <<http://jornalold.faculadecienciasdavid.com.br/index.php/RBCV/article/view/115>>. Acesso em 10 dez. 2023.

TAKE YOUR PILLS. Alison Klayman, 2018. 87 minutos.

TOGNOLI, T. A. *et al.* Automedicação entre acadêmicos de medicina de Fernandópolis – São Paulo. **Journal of Health & Biological Sciences**, 4, 382-386, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/2571>>. Acesso em 10 dez. 2023.

TOMASI, E. *et al.* Condições de trabalho e automedicação em profissionais da rede básica de saúde da zona urbana de Pelotas, RS. **Rev Bras Epidemiol** 2007; 10(1):66-74. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/ZShXR-Qdrw5mQYLYY99fQgrR/?format=html#>>. Acesso em 10 dez. 2023.

ZAMUNER, C. P.; Prefeitura do Município de Tietê Secretaria Municipal de Saúde Vigilância Sanitária e Epidemiológica. Cuidado com os medicamentos. Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.tiete.sp.gov.br/default.asp?CID=62>>. Acesso em: 30 nov. 2023

# 4

## A CULPA ENTRE A MÃE E A MULHER: NAVEGANDO ENTRE AS CULPAS E AS ESCOLHAS NAS NARRATIVAS MATERNAS

▶ **Vitória Emanuely Gomes Martinez**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
Emanuelyvitoria988@gmail.com

▶ **Keila Gabriela Rosa Ferreira**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
keila88vas@gmail.com

▶ **Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio**

Mestre em Hemoterapia, Docente no Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
thiara@sempre.unifacig.edu.br

### RESUMO

O artigo explora a complexidade da maternidade, destacando as culpas e pressões que recaem sobre as mulheres, intensificadas durante a pandemia de COVID-19. As mães enfrentam o desafio de equilibrar os papéis familiares e profissionais, sendo frequentemente submetidas a expectativas sociais e culturais irreais, como a busca pela “maternidade ideal”. No ambiente acadêmico, a pressão por produtividade agrava ainda mais essa carga.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, utilizando a História Oral para coletar narrativas de três mulheres em diferentes contextos. Esses relatos revelam sentimentos de culpa, frustração e sobrecarga emocional, associados à criação dos filhos e ao cumprimento de padrões sociais. As mães refletem sobre a dificuldade de equilibrar a vida pessoal e profissional, enfrentando tanto as exigências sociais quanto sua própria autoexigência.

A análise utiliza teorias que abordam a construção da identidade e a autoeficácia, destacando a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte à maternidade. O estudo conclui que, apesar das pressões, a maternidade é uma jornada de aprendizado e amor incondicional, na qual cada mãe cria sua própria trajetória em meio a desafios e conquistas.

**Palavras-chave:** Culpa; Mãe; Mulher.

# 4

## GUILT BETWEEN MOTHERHOOD AND WOMANHOOD: NAVIGATING GUILT AND CHOICES IN MATERNAL NARRATIVES

### ABSTRACT

The article delves into the complexities of motherhood, highlighting the guilt and pressures that women face, which have been intensified during the COVID-19 pandemic. Mothers struggle to balance family and professional roles, often subjected to unrealistic social and cultural expectations, such as the pursuit of the “ideal motherhood.” In the academic environment, the pressure for productivity further exacerbates this burden. The research adopts a qualitative approach, using Oral History to collect narratives from three women in different contexts. These accounts reveal feelings of guilt, frustration, and emotional overload associated with raising children and meeting social standards. The mothers reflect on the difficulty of balancing personal and professional life, facing both social demands and their own self-imposed expectations. The analysis employs theories addressing identity construction and self-efficacy, emphasizing the need for public policies that support motherhood. The study concludes that despite the pressures, motherhood is a journey of learning and unconditional love, where each mother creates her own path amidst challenges and achievements.

**Keywords:** Guilty; Mother; Woman;.

### 1 INTRODUÇÃO

A maternidade, em sua complexidade, tem sido palco de diversas discussões, especialmente no que diz respeito às culpas e pressões que recaem sobre as mulheres. Em meio à busca por equilibrar as exigências de ser mãe e a autonomia individual, as narrativas maternas são marcadas por uma constante tensão entre as escolhas pessoais e as responsabilidades impostas pela sociedade. Estudos recentes destacam que, durante a pandemia de COVID-19, essa carga

foi exacerbada para muitas mulheres, revelando a sobrecarga emocional e os desafios de conciliar múltiplos papéis, tanto no âmbito familiar quanto no profissional (Cardoso et al., 2021).

No ambiente acadêmico, por exemplo, mulheres que se dividem entre a maternidade e a produção científica enfrentam desafios que vão além da esfera doméstica, lidando com a cobrança por produtividade e as limitações impostas pelas instituições, que nem sempre oferecem suporte adequado (Bitencourt, 2013). Isso reflete um cenário em que a mulher é constantemente desafiada a desempenhar com excelência ambos os papéis, resultando em sentimentos de culpa que permeiam suas escolhas cotidianas.

Esses cenários demonstram que as decisões tomadas pelas mulheres ao longo de suas trajetórias maternas não são apenas individuais, mas também profundamente influenciadas por normas sociais e pela ausência de políticas públicas que as apoiem. Como afirmam Cardoso et al. (2021), a saúde materna e as decisões no puerpério exigem atenção especial, dado o impacto significativo que essas escolhas podem ter tanto para as mães quanto para seus filhos, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, nasce a culpa materna, um tema amplamente discutido na literatura científica contemporânea, visto que a maternidade, em diferentes contextos, impõe desafios emocionais profundos às mulheres. Esse sentimento, muitas vezes associado a expectativas sociais e pessoais irrealistas, coloca as mães em um ciclo de autocrítica constante, gerando impactos sobre sua saúde mental e bem-estar. Segundo Oliveira, Lima e Silva (2020), as mães frequentemente experimentam sentimentos de culpa por não conseguirem atender a todas as demandas impostas, seja no cuidado com os filhos ou em sua vida profissional, o que acaba por reforçar a dualidade entre a mulher e a mãe.

A culpa materna está diretamente ligada à pressão pela “maternidade ideal”, constantemente reforçada por normas sociais e culturais que exaltam o papel da mulher como principal cuidadora. Essa imposição resulta em uma carga emocional significativa, pois as mulheres internalizam expectativas de perfeição impossíveis de serem alcançadas, sentindo-se sobrecarregadas. Esse cenário é agravado pela falta de políticas públicas adequadas que forneçam suporte efetivo à maternidade, tanto no ambiente profissional quanto no cuidado com a saúde mental das mães (Meruane, 2020).

Adicionalmente, o sentimento de culpa materna não se limita às decisões profissionais. Ele também envolve escolhas relativas à criação dos filhos, como a alimentação, a educação e o tempo de qualidade dedicado à interação com a criança. As mães frequentemente experimentam sentimentos de inadequação por não conseguirem atender perfeitamente a essas demandas, reforçando a ideia de insuficiência e o peso das expectativas sociais em relação ao papel materno (Meruane, 2020).

Sendo assim, o presente artigo visa explorar a complexidade da maternidade, analisando as atuais pressões sociais e expectativas impostas às mulheres. O objetivo é oferecer uma compreensão das experiências maternas, destacando os desafios, a busca por autoaceitação e a influência do ambiente social.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo emprega uma abordagem de pesquisa qualitativa descritiva, concretizada por meio de um survey. Para a coleta de dados, utilizou-se a História Oral como estratégia para buscar informações que atendessem ao objetivo do estudo. A escolha dessa metodologia visou capturar narrativas ricas e contextualizadas sobre as experiências maternas. A História Oral, conforme proposta por Thompson (2002), permite uma compreensão mais profunda das vivências individuais, enfatizando o papel ativo do entrevistado na construção do conhecimento.

A decisão pelo método survey, conforme descrito por Babbie (2016), possibilita a coleta sistemática de dados em uma amostra representativa, contribuindo para a generalização dos resultados. Ao adotar a História Oral como técnica, seguiu-se a perspectiva de Portelli et al. (1997), que destaca sua utilidade na preservação das vozes individuais e na revelação de aspectos subjetivos que podem escapar a métodos mais estruturados. A seleção de participantes por conveniência é respaldada por Fontana e Frey (2005), que reconhecem a validade desse método em estudos exploratórios e descritivos. O método descritivo, segundo Gil (1994, p. 46), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Para a presente pesquisa, foram coletados dados de três mulheres de diferentes idades, contextos sociais e aspectos culturais, que se encaixam na proposta do estudo.

As entrevistas foram conduzidas de forma narrativa e aberta, permitindo que as participantes compartilhassem suas histórias de maneira livre e espontânea. Foi solicitado que as mães relatassem diferentes aspectos da maternidade, desde a gestação até a educação dos filhos, incluindo a culpa e os desafios enfrentados por cada uma delas ao longo desse período.

Os critérios da análise foram definidos com base nos objetivos do artigo: uma mãe que trabalha fora e quase não fica em casa, uma dona de casa e outra que trabalha e cuida do filho com transtorno do espectro autista (TEA) enquanto administra as tarefas do lar. Com consentimento informado, todas as participantes foram previamente informadas sobre o propósito da pesquisa e concordaram em participar de forma consciente.

A validação das descobertas foi realizada por meio da triangulação, comparando e contrastando os diferentes relatos fornecidos por cada participante. A consistência das narrativas foi verificada em conjunto para garantir a autenticidade dos resultados.

## 3 ANÁLISE DE DADOS.

A abordagem das mães em relação ao suporte emocional encontra respaldo na teoria dos sistemas familiares (Minuchin, 1985), que considera a família como uma unidade interdependente. A influência do ambiente social nas escolhas maternas é discutida à luz da teoria das representações

sociais (Moscovici, 2001), que explora como as ideias compartilhadas na sociedade moldam as percepções individuais. O impacto nas áreas de lazer e no equilíbrio entre trabalho e família é analisado sob a perspectiva da teoria do conflito entre papéis (Goode, 1960 apud Cabeções, 2017), que destaca as tensões enfrentadas por mulheres que desempenham múltiplos papéis sociais.

A culpa na maternidade é um tema comum, mas muito complexo. As mães passam a enxergar o mundo sob uma nova perspectiva, marcada por exigências próprias, padrões sociais, comparações com outras mães, a busca pelo equilíbrio entre trabalho e família e a autoaceitação. Elas enfrentam processos inéditos a cada nova fase de desenvolvimento dos filhos. Por isso, em alguns casos, as mulheres podem vivenciar recidivas psicológicas como consequência, sendo, na maioria das vezes, imperceptíveis.

As normas sociais impostas fazem operar uma série de mecanismos psicológicos que vão desde a culpa ao medo para que esses ideais maternos sejam incorporados pelas mulheres. A construção social do ideal materno no ocidente advém da própria transformação dos conceitos e ideais da criança e família, transformação que se tem documentado desde o início no século XVI e arrastou-se lentamente pelos séculos (Tourinho, 2006, p. 01).

A ideia de culpar uma única pessoa por todos os erros que os filhos cometem, ou por aquilo que a sociedade acredita ser errado, é conduzida pelo que vem sendo ensinado desde os séculos passados. Cada entrevistada demonstrou seus sentimentos sobre o período da gestação, onde se pode caracterizar que, para cada mãe, há uma emoção diferente. Além das oscilações de humor, das dores e da sensação de impossibilidade em realizar algumas atividades rotineiras, muitas mães relatam que essas mudanças ocorrem de maneira assustadora, com tudo acontecendo rápido ou fora de sua realidade. Nem todas as gestantes sentem ou têm os mesmos sintomas, mas sabe-se que as mudanças hormonais são comprovadas.

A gravidez é um período marcado por significativas mudanças na vida da mulher, abrangendo transformações nos papéis que ela desempenha. Durante essa fase, a mulher passa pela transição de filha para mãe, o que pode evocar vivências passadas e exigir ajustes em seu relacionamento conjugal, nas condições socioeconômicas e nas atividades profissionais. Essas mudanças tendem a ser mais intensas em gestantes de primeira viagem, embora também afetem de maneira significativa as múltiparas. As transformações envolvem aspectos biológicos, somáticos, psicológicos e sociais, que impactam a mulher de maneira abrangente (Piccinini et al., 2008).

Uma das mães participantes da pesquisa descreveu a gestação como uma grande surpresa, marcada por uma mistura de emoções e expectativas sobre como sua vida mudaria a partir dessa descoberta. Para outra mãe, a gestação foi a realização de um dos maiores sonhos, já que seu grande desejo sempre foi ser mãe, estando plenamente preparada para conduzir a vida de um filho. Em contraste, outra participante revelou que inicialmente não teve reação à notícia da gravidez, sendo a aceitação um processo que ocorreu ao longo da gestação.

Esses relatos demonstram que cada mulher processa a gravidez de maneira singular, trazendo suas próprias perspectivas e sentimentos, o que também influencia como enfrentam o sentimento de culpa em diferentes etapas do processo de criação e educação de seus filhos.

As preocupações relatadas pelas entrevistadas incluem questões sobre a educação dos filhos,

o significado da maternidade e a realização pessoal, bem como as crenças de como devem criar seus filhos. Todas as mães, em suas declarações, enfatizaram o significado da palavra “mãe” como sinônimo de cuidado, compaixão, proteção, amor e zelo. amor e zelo.

Hoje me sinto tranquila quando olho para trás e vejo que tudo que eu poderia fazer como mãe, referente ao tratamento, educação e desenvolvimento dele, eu fiz dentro das minhas possibilidades. Ainda continuo fazendo tudo que posso (Entrevistada 1).

Me sinto realizada como mãe. Desde criança, sempre pedi a Deus a oportunidade de ter uma família e filhos (Entrevistada 2).

Minha maior preocupação como mãe é se realmente fiz tudo que poderia fazer. Se eu falhei em alguma coisa. Se eu morrer, quem cuidará do meu filho que tem o diagnóstico (Entrevistada 1).

Não me sinto culpada pelos erros cometidos pelo meu filho, mas me preocupo com o que pode acontecer (Entrevistada 3).

Eu acredito que o padrão da sociedade não é o mesmo que eu crio para meu filho. Hoje em dia, as pessoas não querem saber de amar ao próximo, cada um pensando em si e satisfazer suas necessidades, mesmo que isso signifique passar por cima da educação, criação, respeito e crenças (Entrevistada 3).

A maioria das mães tem grande dificuldade em aceitar falhas. Apesar de reconhecerem que estas são inevitáveis, algumas expressaram frustração por não conseguirem chegar ao final do dia com tudo em ordem, revelando uma autocrítica em relação às suas responsabilidades. Algumas admitiram ter se comparado a outras mães em determinados momentos.

Já sim! Hoje em dia não (Entrevistada 2).

A pressão social e as expectativas impostas pela sociedade contribuem significativamente para a autoexigência das mães, que se sentem pressionadas a seguir padrões que, muitas vezes, não condizem com sua própria realidade. A desigualdade social foi destacada por várias mães entrevistadas, que apontaram que a sociedade não segue um padrão uniforme de valores e comportamentos. Uma das entrevistadas, por exemplo, afirmou:

Eu acredito que não, porque hoje as pessoas não querem saber de amar o próximo. Cada um pensa em si e em satisfazer suas necessidades, mesmo que isso signifique passar por cima da educação, criação, respeito e crença.

As mães relataram a dificuldade de transmitir valores em um ambiente que frequentemente não reflete seus princípios. A correria do cotidiano foi apontada como uma preocupação comum entre as entrevistadas, que destacaram o desafio de equilibrar todas as áreas de suas vidas, o que resulta em angústia e sobrecarga emocional. A entrevistada 1 mencionou:

Sim, porque cuido dos afazeres de casa sozinha e ajudo nas tarefas escolares e nas colheitas da lavoura.

Por outro lado, a entrevistada 3 declarou:

Não me sinto sobrecarregada, mas frustrada por não conseguir chegar ao final do dia com tudo em ordem.

Além disso, a vida social e os momentos de lazer foram identificados como áreas que podem ser negativamente impactadas pela necessidade de equilibrar trabalho e família, evidenciando a pressão constante que essas mães enfrentam para gerenciar suas responsabilidades diárias.

As entrevistadas compartilharam uma variedade de emoções, incluindo medo, preocupação, insegurança e culpa, mas enfatizaram que sempre se esforçam ao máximo para educar e proteger seus filhos. Elas acreditam que suas idealizações não se baseiam nos padrões impostos pela sociedade, mas sim em seus próprios ideais e crenças. Esse processo gera dúvidas sobre se estão fazendo as escolhas corretas, tanto em relação aos seus próprios padrões quanto ao que a sociedade espera delas.

Em relação à autoexigência, as mães reconhecem que todos são exigentes em diversas áreas da vida. No entanto, elas refletem que, ao se tornarem mães, essas exigências se ampliam, especialmente no que diz respeito à criação dos filhos. Existe uma preocupação constante de que, se falharem em algum aspecto, isso possa ir de encontro aos princípios que desejam transmitir. Assim, as mães se cobram cada vez mais para “atingir suas perfeições impostas por elas mesmas”, convencidas de que, se alcançarem essa perfeição, seus filhos se tornarão adultos bem estruturados. Essa autoexigência surge da crença de que estão fazendo o melhor para a educação de seus filhos, e certos aspectos dessa pressão levam as mães a se sentirem ansiosas em relação às suas falhas.

A entrevistada 2 destaca que encontra refúgio em sua fé, afirmando:

Com certeza! Sempre falhamos! Mas, com a ajuda de Deus, vamos vencendo e aprendendo. Hoje tenho meu coração em paz!

Ela foi capaz de superar falhas e desafios, encontrando paz interior e aceitação. No entanto, algumas mães expressaram a preocupação com a possibilidade de falhar em áreas relacionadas à educação dos filhos, reconhecendo que sempre há algo que poderiam ter feito de forma diferente. A entrevistada 2 também ressaltou a importância do diálogo, mencionando que

Conversar com meu marido, mãe, pai, irmãs, sogro e sogra me ajuda. Hoje eles são meus suportes emocionais, mas não consigo compartilhar tudo.

Esses relatos indicam que, embora contem com uma rede de apoio familiar, muitas mães sen-

tem que a ajuda profissional poderia ser de grande valor. Profissionais especializados poderiam fornecer o suporte necessário para que essas mulheres compreendessem melhor as transformações pelas quais passam, tanto elas quanto suas famílias. A pressão por alcançar a perfeição na criação dos filhos é evidente em diversos relatos. A entrevistada 1, por exemplo, destacou essa busca ao afirmar:

Sempre tentei ensinar o certo para eles, assim como eu fiz minhas escolhas, e não foi culpa da minha mãe. Eles também terão a oportunidade de escolher o certo.

Esse desejo contínuo de oferecer o melhor em termos de educação, desenvolvimento e cuidado reflete a intensa pressão que muitas mães enfrentam ao desempenhar seus papéis parentais, tentando equilibrar suas próprias expectativas com as demandas impostas pela sociedade.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo, pode-se reconhecer a importância da metodologia adotada na compreensão da complexidade da maternidade. A História Oral, ao destacar as vozes individuais, proporciona uma visão autêntica e contextualizada das experiências maternas. A análise teórica fundamenta a compreensão dos resultados, contribuindo para uma interpretação robusta e significativa.

Um estudo conduzido por Moreira (2010) destaca que a pressão sobre as mulheres para se destacarem em diversas funções é influenciada pelas expectativas sociais. Ela ressalta que, desde o nascimento, as mulheres são condicionadas culturalmente a serem principalmente cuidadoras, o que resulta na sensação de culpa ao optarem por outros caminhos. A autora sugere que a promoção de relações mais igualitárias e a partilha de responsabilidades podem atenuar esse fardo. A psicóloga aponta que a culpabilização é enraizada na cultura, condicionando as mulheres a assumirem predominantemente o papel de cuidadoras. Ela enfatiza que a promoção de relações mais igualitárias e a partilha efetiva de responsabilidades entre homens e mulheres são essenciais para aliviar essa carga emocional.

À medida que se analisaram as narrativas tocantes, é impossível não sentir a reverberação do amor materno que permeia cada palavra compartilhada. A maternidade, como desvendada por essas mulheres extraordinárias, é uma sinfonia única, onde cada nota representa um ato de coragem, paciência e dedicação.

Neste universo de experiências diversas, fica claro que não há uma fórmula única para a maternidade. Cada mãe é uma artista, pintando sua tela única com pinceladas de amor incondicional, enfrentando desafios e celebrando vitórias que moldam o destino de seus filhos. As preocupações, as noites sem dormir, os momentos de dúvida – tudo isso é entrelaçado com risos, abraços e um vínculo indestrutível que transcende o tempo e as circunstâncias.

A maternidade é um compromisso que vai além do físico; é uma jornada de alma para alma.

Ao refletir sobre essas histórias, surge a compreensão de que ser mãe não é apenas uma responsabilidade, mas também uma oportunidade única de influenciar o futuro, de ser a luz na escuridão e o alicerce em meio às tempestades. É uma jornada de aprendizado constante, onde as mães não apenas ensinam, mas também aprendem com a inocência, a curiosidade e a resiliência de seus filhos.

Assim, ao finalizar a presente pesquisa, é imperativo lembrar que a maternidade não é apenas sobre criar crianças; é sobre criar futuros, moldar almas e construir um legado eterno de amor. Que essas histórias ecoem como um tributo à beleza, força e magia que habitam o coração de toda mãe, iluminando vidas e inspirando gerações.

## REFERÊNCIAS

BABBIE, E. **The practice of social research**. Cengage Learning, 2016.

BITENCOURT, S. M. **Maternidade e carreira: reflexões de acadêmicas na fase de doutorado**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

CABEÇÕES, A. M. L.. **O papel mediador do burnout na relação entre o conflito trabalho-família e o bem-estar**. 2017. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/32857>>. Acesso em 05 dez. 2023.

CARDOSO, P. C.; SOUSA, T. M.; ROCHA, D. S.; MENEZES, L. R. D.; SANTOS, L. C. A saúde materno-infantil no contexto da pandemia de COVID-19: evidências, recomendações e desafios. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, n. Sup. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100011>>. Acesso em 30 nov. 2023.

FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview. **The Sage handbook of qualitative research**, v. 3, n. 1, p. 695-727, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed São Paulo: Atlas, 1994.

MERUANE, L. Armadilhas da culpabilização materna. **Revista Estudos Feministas**. 28 (2). 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n265236>>. Acesso em 03 out. 2024.

MINUCHIN, P. Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. **Child development**, p. 289-302, 1985.

MOREIRA, G. A.. A influência da nova mulher consumidora nas estratégias de marketing das organizações: análise Volkswagen. Trabalho de Conclusão de Curso. Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília.

lia-DF, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/1130>>. Acesso em 03 out. 2024.

MOSCOVICI, S.. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

OLIVEIRA, M. M.; LIMA, R. A.; SILVA, A. L. A maternidade e a culpa: uma análise sobre a saúde mental de mulheres no pós-parto. **Revista Brasileira de Psicologia da Saúde**, v. 32, n. 2, p. 129-145, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0265>>. Acesso em 30 nov. 2023.

PICCININI, C. A. *et al.* Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo** [online]. 2008, v. 13, n. 1 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100008>>. Acesso em 23 nov. 2023.

PORTELLI, A. *et al.* O que faz a história oral diferente. Projeto História. **Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5, 2002. Disponível em: < <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>>. Acesso em: 1 out. 2024.

# 5

## AUTOCONCEITO E AUTOIMAGEM DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

- ▶ **Bianca de Souza Araújo**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310190@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Letícia Aguiar Pereira**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310054@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Maria Alice coelho Sales**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310100@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Samili Agostinho Gonçalves**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310412@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Márcio Rocha Damasceno**  
Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Docente no Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
marciorocha@sempre.unifacig.edu.br

## RESUMO

Este trabalho explora a elaboração do autoconceito e da autoimagem de uma mulher que enfrenta diferentes formas de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é abordada de forma ampla, não se limitando apenas a questões financeiras, mas compreendida como um conceito multifacetado. Utilizando o método de pesquisa descritiva, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, com abordagem qualitativa.

O estudo destaca as diversas vulnerabilidades enfrentadas por essa mulher e como essas condições influenciam diretamente a formação e a consolidação do seu autoconceito e autoimagem. Além disso, analisa-se a interseção de múltiplas vulnerabilidades, que frequentemente colocam os indivíduos em situações de risco.

O trabalho também aborda a conexão entre os padrões estabelecidos pela mídia e o problema da comparação, destacando como a ausência de oportunidades em relação a outros grupos e a pressão por ideais de corpo e estilo de vida afetam essa mulher vulnerável. Esses fatores levam a sentimentos de frustração e inferioridade, que impactam diretamente sua autoimagem e autoconceito.

**Palavras-chave:** Autoconceito; Autoimagem; Mulheres; Redes Sociais; Vulnerabilidade Social.

# 5

## WOMEN'S SELF-PERCEPTION AND SELF-IMAGE AND THE SITUATION OF SOCIAL VULNERABILITY

### ABSTRACT

This work examines the development of self-concept and self-image in a woman facing various forms of vulnerability. Vulnerability is discussed broadly, encompassing not only financial issues but also as a multifaceted concept. Utilizing a descriptive research method, data were collected through semi-structured interviews based on qualitative criteria. The study highlights the diverse vulnerabilities experienced by this woman and how these conditions directly influence the formation and consolidation of her self-concept and self-image. Furthermore, it analyzes the intersection of multiple vulnerabilities, often placing individuals in precarious situations. The study also explores the link between media-imposed standards and the issue of comparison, emphasizing how the lack of opportunities compared to other groups, along with the pressure to conform to body and lifestyle ideals, affects this vulnerable woman. This leads to feelings of frustration and inferiority, which directly influence her self-image and self-concept.

**Keywords:** Self-concept; Self-image; Women; Social Media; Social Vulnerability.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a temática da elaboração do autoconceito e da autoimagem de mulheres que enfrentam situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, é necessário entender a vulnerabilidade não apenas como uma questão econômica, mas como algo que abrange outras nuances da vida cotidiana.

Scott et al. (2018) afirmam que o termo vulnerabilidade social vem sendo empregado em diversos estudos, assumindo múltiplas conotações, especialmente nas áreas relacionadas à saúde e à assistência social. Guareschi et al. (2007) conceituam vulnerabilidade social como

um estado de desvantagem, quando comparado às condições de promoção e garantia de direitos de uma parte da população. Pontuam ainda que o conceito não se restringe à categoria econômica, passando por organizações políticas de raça, orientação sexual, gênero e etnia.

Scott et al. (2018) também destacam que o termo vulnerabilidade social está intimamente ligado a grupos e/ou indivíduos fragilizados, seja juridicamente ou politicamente, que de alguma forma necessitam de suporte para que seus direitos enquanto cidadãos sejam prestados e garantidos.

Para esses autores, o indivíduo identificado como vulnerável carrega consigo a ideia de fraqueza ou desvantagem, independentemente do critério utilizado, como renda, acesso a serviços, qualidade de vida, educação ou saúde, entre outros.

Pedersen e Silva (2013), apud Scott et al. (2018), relatam que o conceito de vulnerabilidade social tem sido utilizado para caracterizar uma parcela cada vez maior da sociedade, composta por grupos em situação desfavorável e prejudicada em comparação com outros grupos.

Dessa forma, pode-se aplicar o conceito de vulnerabilidade social a pessoas que vivenciam situações conflitantes em seu cotidiano, associando o termo a fatores negativos que impactam diretamente suas vidas.

O presente trabalho objetiva analisar, de forma detalhada, as diversas vulnerabilidades sociais que afetam as mulheres, utilizando referenciais teóricos e a literatura científica sobre o tema. Por meio dessa análise, busca-se identificar como essas vulnerabilidades — sejam de natureza econômica, social, psicológica ou física — impactam a formação do autoconceito e da autoimagem. Além disso, o estudo discute a influência dos padrões midiáticos e a questão do comparativismo, destacando como essas dinâmicas geram sentimentos de frustração e inferioridade em mulheres vulneráveis, impactando profundamente sua autoimagem e seu autoconceito.

Com base na fala de Maria, foco da pesquisa, observa-se que as esferas de vulnerabilidade social por ela enfrentadas impactam diretamente a construção de seu autoconceito e sua autoimagem, ambos conceitos amplamente discutidos por autores como Santos e Rodrigues (2023). O autoconceito, entendido como a percepção que o indivíduo tem de si mesmo, e a autoimagem, que se refere à maneira como a pessoa enxerga seu corpo e sua identidade, são frequentemente moldados pelas condições adversas e pela exclusão social, influenciando profundamente a forma como Maria vivencia e interpreta a realidade ao seu redor.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico que baseou a escrita deste trabalho iniciou com a definição do tipo de pesquisa, classificada como descritiva, pois trata-se de um modelo de pesquisa cujo objetivo principal é descrever determinada porção da sociedade, um fenômeno ou a relação entre variáveis, como apontado por Gil (1999).

Para Selltitz, Wrightsman e Cook (1965), uma pesquisa descritiva tem o intuito de delinear um fenômeno ou situação de forma detalhada, permitindo identificar com precisão as peculiaridades de

um grupo, de um indivíduo ou de uma situação. Essa abordagem também possibilita compreender a correlação entre eventos citados, pois, de acordo com Oliveira (2011), permite conhecer determinado grupo social, entendendo suas características, valores e déficits.

A pesquisa, desta forma, é descritiva, buscando detalhar e compreender o processo de elaboração do autoconceito e da autoimagem de mulheres em situações de vulnerabilidade social. O objetivo é explorar como essas vulnerabilidades sociais, incluindo fatores econômicos, culturais e psicológicos, influenciam diretamente a percepção e construção da identidade pessoal dessas mulheres.

No que se refere à técnica utilizada, adotou-se a técnica de levantamento, ou survey, que, em tradução direta, significa "pesquisar". Esse método visa coletar dados e informações a partir das características e opiniões de determinados grupos e/ou indivíduos. Silva et al. (2019) caracterizam o método survey como um formato de coleta de dados baseado nas características e opiniões de grupos específicos.

Os autores também destacam que o método survey busca informações diretamente de um grupo de interesse, com o objetivo de coletar dados sobre esse grupo. Além disso, apontam que essa técnica é especialmente útil em pesquisas exploratórias e descritivas (Silva et al., 2019).

Em relação à unidade de análise, optou-se por relatar a situação de uma mulher inserida em um contexto de vulnerabilidade. Como citado por Guareschi et al. (2007), essas pessoas encontram-se em uma posição de desvantagem em comparação com as condições de promoção e garantia de direitos. Scott et al. (2018) concordam e acrescentam que o conceito de vulnerabilidade é bastante amplo, podendo abranger questões relacionadas a renda, serviços, qualidade de vida, educação, saúde, entre outros aspectos.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, tendo em vista que esse modelo permite que as entrevistadas se expressem de forma mais leve e condizente com sua realidade. Nesse formato, cria-se um roteiro inicial, mas também se abre espaço para que o entrevistado aprofunde o tema de maneira natural, tornando a entrevista mais "flexível". Triviños (1987) afirma que a entrevista semiestruturada favorece a descrição, explicação e compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade.

Quanto aos critérios utilizados para a análise de dados, adotou-se um modelo qualitativo, pois esse método permite coletar e analisar dados com o objetivo de entender experiências. Para tanto, utilizou-se a proposta da análise de conteúdo de Bardin (2016), que possibilita uma interpretação mais aprofundada e sistemática das informações obtidas, contribuindo significativamente para a compreensão das vulnerabilidades sociais que afetam o autoconceito e a autoimagem das mulheres.

## 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

### 3.1 A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NA ELABORAÇÃO DO AUTO-CONCEITO E DA AUTOIMAGEM

Por meio das leituras de trabalhos elaborados sobre a temática, percebe-se que os termos autoconceito, autoimagem e até mesmo vulnerabilidades sociais frequentemente se interseccionam com o uso intensificado das redes sociais, entrando em choque com as chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As redes sociais, de forma geral, estabeleceram e continuam estabelecendo cotidianamente uma padronização estética e a propagação de vidas perfeitas, que são compartilhadas com extrema rapidez. Em apenas um clique, o usuário tem acesso a uma infinidade de informações.

Dessa forma, o uso das redes sociais se mostra de suma importância para este trabalho, uma vez que essas plataformas agem como uma faca de dois gumes: ora fornecendo informações que, se bem filtradas, geram conhecimento e ampliam a visão de mundo da sociedade; ora podendo se tornar nocivas para aqueles que as consomem, ao gerarem um sentimento comparativo entre a vida real e o que é visto nas redes.

Boyd e Ellison (2007 apud Santos e Rodrigues, 2023) conceituam redes sociais como sistemas que permitem a construção de imagem e a exposição do indivíduo por meio de um perfil ou página pessoal. Assim, correlacionar redes sociais com autoestima e autoimagem torna-se quase automático, pois as pessoas se avaliam a partir do que pode ser visualizado nessas plataformas. Ao projetar sua realidade em um ideal de corpo e vida apresentado nas redes, muitos enfrentam dificuldades para aceitar sua própria realidade e aparência, o que pode empobrecer a conceitualização e aceitação da própria autoimagem e autoconceito (Santos, 2016).

Santos e Rodrigues (2023) relatam que as redes sociais permitem a comunicação com indivíduos de todo o mundo, mas nem todos os recursos apresentados por essas plataformas são benéficos. Segundo os autores, elas apresentam conteúdos que estimulam a exploração excessiva da imagem e o consumismo, contribuindo para a criação de padrões de vida e status que muitas pessoas consideram inalcançáveis. Esse constante confronto com padrões elevados gera conflitos individuais, impactando diretamente a saúde mental dos usuários (Santos; Rodrigues, 2023).

Diante dessas análises e do padrão de vida ideal imposto pelas redes sociais, vê-se a necessidade de abordar o tema deste trabalho, que visa promover um debate demonstrando como essas plataformas impactam no processo de fortalecimento (ou não) do autoconceito e da autoimagem em mulheres que enfrentam situações de vulnerabilidade.

### 3.2 AUTOCONCEITO, AUTOIMAGEM E VULNERABILIDADE SOCIAL

Para discorrer sobre tais pontos, é necessário que, antes, se estabeleça uma definição para os conceitos. Pode-se afirmar, após a leitura de diferentes autores, que autoconceito e autoimagem se

juntam com autorreforço e autoeficácia na formação dos pilares da autoestima.

Em uma perspectiva geral, pode-se definir autoconceito como a somatória das interações sociais e o modo como o sujeito se percebe em relação à descrição que outras pessoas fazem dele. Ou seja, é possível afirmar que, para a elaboração do autoconceito, leva-se em conta a resposta que recebemos da sociedade a partir da pré-avaliação de nosso estado de ser e de nossas vivências, conforme apontado por Mendes et al. (2012). Tal descrição também é abordada por Bandura (1986, apud Guimarães, 2012), que define autoconceito como a visão que o indivíduo possui de si mesmo, formada com base na sua experiência de mundo, ou seja, pelas trocas realizadas, e que permite sua observação e avaliação frente às interações vivenciadas.

Para Santos e Rodrigues (2023), o autoconceito é caracterizado pela maneira como uma pessoa pensa sobre si mesma. Dessa forma, ela decide como deseja ser tratada, compreende seus limites e exigências, e tem a consciência de que pode escolher se amar ou não.

Já o conceito de autoimagem pode ser compreendido como sendo a percepção de maior influência interna e particular. Este termo abrange todos os aspectos da vida do indivíduo e influencia diretamente a maneira como ele se relaciona consigo mesmo. Em outras palavras, é a forma como a pessoa se vê, não apenas fisicamente, mas também emocional, social e cognitivamente, além dos diversos papéis sociais que desempenha (Franco et al., 2021). Ainda de acordo com os autores, reduzir autoimagem a somente aspectos físicos é uma maneira reducionista de abordar a questão. Tal definição é corroborada por Sparmer, Carvalho e Bastos (2022), que identificam autoimagem como sendo a forma como o indivíduo se vê, seja referente à sua forma física ou status social, envolvendo também a possibilidade de a autoimagem ser a junção desses dois fatores. Santos e Rodrigues (2023) conceituam a autoimagem como a percepção que temos do nosso próprio corpo, o que nos permite estabelecer nosso próprio conceito de beleza.

Ampliando os conceitos, Sparmer, Carvalho e Bastos (2022) apontam que, na afirmação da autoimagem, as referências exteriores são incorporadas pelo sujeito. Apesar de ser um termo que vai além da perspectiva física, a insatisfação com o corpo é caracterizada por uma avaliação negativa que se tem sobre si mesmo. Essa avaliação é determinada a partir da diferença entre o real e o tido como ideal. Dentro desse aspecto, é possível evidenciar a problemática do conceito de "ideal", muitas vezes vendido e transmitido pelas mídias sociais, o que pode gerar uma não aceitação de si próprio e, conseqüentemente, uma autoimagem desregulada.

Assim sendo, a autoimagem caracteriza-se como sendo um sentimento de aprovação e/ou negação de si próprio, que avalia o quanto o indivíduo se sente suficiente, capaz, importante e bem-sucedido. Isso nos leva a entender que a autoimagem está diretamente ligada ao processo de formação e fortalecimento da identidade, auxiliando o indivíduo a se posicionar no mundo e frente ao mundo.

Diante do exposto, é possível identificar que as definições de autoconceito e autoimagem frequentemente se entrelaçam com questões sociais e com a maneira como a visão de mundo e de pertença dos indivíduos afetam diretamente a cristalização desses conceitos. Nessa direção, é necessário entender também o conceito de vulnerabilidade social, em situações que evidenciem questões

de autoconceito e autoimagem, uma vez que ambos os conceitos contam também com a visão que o outro tem de cada indivíduo.

A vulnerabilidade social não se define em um conceito único. Scott et al. (2018) relatam em seus estudos que a vulnerabilidade social vem sendo amplamente debatida e inserida em pesquisas desde a década de 1990, principalmente em trabalhos nas áreas de saúde e assistência social. Para Scott et al. (2018, p. 601)

a definição de vulnerabilidade vem sendo discutida mais atrelada ao termo minorias, por se entender que a população considerada vulnerável faz parte de um grupo de menor dominância social. Dessa forma, percebe-se que ser ou não vulnerável está associado à ideia de precariedade de condições de vida.

Em relação a este conceito, Guareschi et al. (2012, p. 20) afirmam que vulnerabilidade social pode ser entendida como “uma posição de desvantagem frente ao acesso às condições de promoção e garantia dos direitos de cidadania de determinadas populações”. Apontam, ainda, que vulnerabilidade social não se limita apenas a questões econômicas, mas também perpassa por questões políticas de raça, orientação sexual, gênero, etnia, entre outras.

Cruz, Felicissimo e Macaé (2021) reforçam a ideia de que vulnerabilidade social não deve ser compreendida apenas através de déficits financeiros, mas também a partir da restrição e/ou dificuldade de acesso à educação, saúde, uso de drogas, gravidez precoce, negligência e/ou abandono afetivo, cultural, socioeconômico, ingresso precoce no mercado de trabalho, entre outros fatores.

Para Moraes, Raffaelli e Koller (2012), o conceito de vulnerabilidade está ligado a pessoas que vivem em situações conflitivas no seu dia a dia. Ou seja, vulnerabilidade social pode estar associada a fatores de risco que afetam negativamente a vida diária das pessoas. Considera-se que fatores de risco envolvem condições que provocam efeitos negativos ou indesejáveis e que, eventualmente, podem comprometer a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento do indivíduo.

Paulino e Lopes (2010) definem comportamento de risco como ações ou atividades que conduzem o indivíduo a enfrentar situações adversas ao seu desenvolvimento psicossocial, podendo gerar ou agravar danos e/ou doenças àqueles que passam por essas condições.

### 3.3 VULNERABILIDADES SOCIAIS ENFRENTADAS POR MULHERES

Scott et al. (2018) divide o termo vulnerabilidade social em três esferas, sendo elas: vulnerabilidade social como exposição a riscos; vulnerabilidade social baseada em aspectos demográficos e/ou socioeconômicos; e vulnerabilidade social a partir de uma noção multidimensional. Os achados desses estudos possibilitam identificar que as mulheres enfrentam diversos tipos de vulnerabilidades, não apenas sociais, mas também emocionais e psicológicas, todas influenciando diretamente na construção de seu autoconceito e de sua autoimagem, podendo, assim, impactar questões ligadas à sua autoestima.

Dentre as várias vulnerabilidades às quais as mulheres estão sujeitas, destacam-se aquelas relacio-

nadas a: questões de gênero, saúde, raça, território, regionalidade, renda e escolaridade.

A partir das vulnerabilidades encontradas no âmbito do estudo apresentado, evidencia-se que todas as mulheres se identificam com algum tipo apresentado por Scott et al. (2018) e que, muitas vezes, estão diretamente ligadas às questões de classe. Ao serem analisados os três pontos apresentados pelo autor e seus colaboradores, é possível identificar que eles se interseccionam, demonstrando que as vulnerabilidades estão relacionadas às oportunidades, que frequentemente resultam em desigualdades sociais e em processos de exclusão ou manutenção de violência nas relações.

Dessa forma, foi possível observar que as condições econômicas e a facilidade de acesso aos serviços básicos — como saneamento, saúde, educação, informação e cultura — estão diretamente implicadas nesse contexto.etc.

## 4. PESQUISA E RESULTADOS

Neste estudo, adotou-se o relato de vida de uma mulher que, para fins deste trabalho, será denominada Maria e que se encontra dentro do conceito de vulnerabilidade analisado.

Maria é uma mulher de 45 anos, residente em uma cidade do interior do Espírito Santo, em uma área considerada periférica, marcada pela falta de saneamento básico e por um alto índice de criminalidade. Ela mora com sua filha de 19 anos, que apresenta diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, além de algumas comorbidades, como pressão alta, diabetes, colesterol, intolerância à lactose e outras questões.

Maria relata que enfrenta muitas dificuldades, especialmente financeiras. Devido às necessidades da filha, ela não pode trabalhar, pois a filha precisa de seus cuidados durante grande parte do dia. O benefício recebido pela filha não é suficiente para cobrir as necessidades básicas da família, considerando os gastos elevados. Maria também menciona a ausência de uma rede de apoio (como o CRAS e a APAE) e o abandono familiar vivenciado por ela e pela filha.

Maria também aponta o julgamento da sociedade como uma dificuldade cotidiana. A pouca escolaridade que lhe foi ofertada na juventude contribui para agravar suas dificuldades. Quando indagada sobre autoconceito, após receber uma explicação sobre o termo, ela se descreveu como “uma mulher forte, trabalhadora, coração forte e generoso, bondosa e uma boa mãe, mas às vezes fraca, pois se deixa levar pelas dificuldades que a cercam”. Em relação à autoimagem, Maria relata que gosta de seus dentes, mas, devido às questões financeiras, não pode se vestir bem e não se acha bonita.

Para Maria, as dificuldades enfrentadas afetam diretamente o fortalecimento de sua autoimagem, especialmente a falta de recursos financeiros. Ela acrescenta: “Eu tinha vontade de me arrumar também um pouco, arrumar meus dentes, que vai passar mais um ano e não consegui por não ter condições, e eu deixo de me arrumar para tentar ajudar e arrumar minha filha”. Ela relata ainda que, mesmo fazendo o possível para sustentar a filha, vive sob constantes ameaças de perder a guarda dela. Segundo Maria, isso ocorre devido às vulnerabilidades que a cercam.

A fala de Maria se alinha aos achados de Scott et al. (2018), que apontam que a vulnerabilidade

vai além do aspecto social, envolvendo também aspectos emocionais e psicológicos que impactam diretamente o autoconceito e a autoimagem, como pode ser observado nos diferentes aspectos apresentados por Maria.

Percebe-se, pela fala de Maria, que, apesar de não expressar de forma clara, há um sentimento de tristeza por não conseguir corresponder à imagem tida como padrão pela sociedade ou pelo grupo social ao qual pertence. Esse aspecto é evidente quando ela se refere “aos seus dentes”. Outro ponto é o autoconceito que ela tem: “Ela não se acha bonita”. O fato de a beleza estar “em alta”, retratada pelas imagens divulgadas pela mídia, e o comparativismo são aspectos relevantes em sua rotina.

Maria, vivendo em um contexto de vulnerabilidade, demonstra sentimentos de impotência, frustração e inferioridade. Esses sentimentos são exteriorizados em seu tom de voz, em sua postura, em seu olhar e na forma como expressa seus pensamentos. Entende-se que tais sentimentos estão presentes não apenas em suas falas, mas também em seu corpo, que expressa, grita e concretiza seu autoconceito e sua autoimagem.

Dessa forma, percebe-se que a falta de oportunidades e todo o contexto de vida de Maria a fazem sentir-se, considerando o cenário fantasioso imposto pela mídia, “um ser fora do mundo”.

Quanto ao aspecto da vulnerabilidade, a fala de Maria permeia todas as esferas: a vulnerabilidade social como exposição a riscos, quando cita o alto índice de criminalidade enfrentado por ela devido ao local onde reside; a vulnerabilidade social baseada em aspectos demográficos e/ou socioeconômicos, quando descreve sua moradia como uma região periférica com falta de saneamento básico; e, por último, a vulnerabilidade social a partir de uma noção multidimensional, ao colocar como sua maior vulnerabilidade o baixo poder aquisitivo, a falta de escolaridade e outros fatores que se encaixam nessa esfera.

Nessa perspectiva, pela fala de Maria, é possível perceber que as esferas de vulnerabilidade social enfrentadas por ela afetam diretamente a significação de seu autoconceito e de sua autoimagem, moldando, em muitos momentos, sua forma de ver e vivenciar a realidade em que vive.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de buscas bibliográficas, foi possível classificar a vulnerabilidade social em três esferas: vulnerabilidade social como exposição a riscos; vulnerabilidade social baseada em aspectos demográficos e/ou socioeconômicos; e vulnerabilidade social a partir de uma noção multidimensional, como aponta Scott et al. (2018). Por meio do relato do caso, foi possível identificar as esferas de vulnerabilidades sociais descritas por Scott et al. (2018).

Sobre essas variáveis, Faria et al. (2021) trazem como exemplo que a qualidade de vida e o bem-estar de um indivíduo são influenciados por diversos fatores, como sua inserção no mercado de trabalho, a qualidade de suas relações sociais, os serviços disponíveis para ele e as formas de proteção oferecidas pelo Estado. Afirmam ainda, em seus estudos, que existe uma multiplicidade de fatores que se entrelaçam na perspectiva de vulnerabilidade social, como as condições socioeco-

nômicas, o acesso a serviços, a cultura e as relações sociais, entre outros.

O relato de vida de Maria corrobora a análise de Faria et al. (2021), demonstrando que a vulnerabilidade social vivida por ela é entrelaçada por diferentes fios que criam uma teia que a impede de se enxergar como uma mulher com todas as suas potencialidades e forças. O centro da teia é tomado pelos padrões tidos como únicos e reforçados de forma intensa por todas as redes sociais. Ressalta-se que o olhar de Maria sobre si mesma é de crítica e incapacidade, mesclado com frustração e tristeza.

Os achados encontrados ao ouvir Maria permitem compreender que a situação de vulnerabilidade vivida por ela tem um impacto profundo em seu autoconceito e autoimagem. A constante exposição a condições adversas, como a pobreza e a falta de acesso a recursos básicos, faz com que Maria desenvolva uma visão negativa de si mesma. Ela se percebe como alguém sem valor e incapaz de mudar sua realidade, o que reforça sentimentos de inadequação e baixa autoestima. A falta de apoio social e emocional agrava ainda mais essa percepção, fazendo com que Maria acredite que não possui as ferramentas necessárias para melhorar sua aparência ou sua situação de vida.

Além disso, a autoimagem de Maria é diretamente afetada pela falta de oportunidades e pela exclusão social. A ausência de acesso a cuidados de saúde, educação e outros serviços essenciais contribui para que ela se sinta desamparada e sem perspectivas de futuro. Essa sensação de impotência e desespero é refletida em sua aparência física, que ela considera feia e sem possibilidade de melhora. A internalização dessas crenças negativas cria um ciclo vicioso, no qual a percepção de sua própria imagem deteriora ainda mais sua autoestima e seu autoconceito, perpetuando a vulnerabilidade em que se encontra.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

CRUZ, D. C.; FELICISSIMO, F. B.; MACAÉ, F. C. S. DE. A importância da autoestima em adolescentes que estão em contexto de vulnerabilidade social. **Revista Visões**, 2021. Disponível em: <[https://fsma.edu.br/visoes/edicoes-anteriores/docs/9/Edicao\\_9\\_artigo\\_2.pdf](https://fsma.edu.br/visoes/edicoes-anteriores/docs/9/Edicao_9_artigo_2.pdf)>. Acesso em 23 nov. 2023.

FARIA, G. N. *et al.* **Adolescência e vulnerabilidades sociais: demandas para profissionais de psicologia na prática clínica** – in: VII Seminário Científico do UNIFACIG, VI Jornada de Iniciação Científica do UNIFACIG, Manhuaçu, 2021. Disponível em: <<https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semia-riocientifico/article/view/2922>>. Acesso em 20 out. 2023.

FRANCO, B. Z. *et al.* A autoimagem da mulher e como essa questão perpassa as gerações – **Revista Longevidade**, SÃO PAULO, 2021. Disponível em: <<https://revistalongevidade.com.br/antigos/index.php/revistaportal/article/view/907>>. Acesso em 10 out. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, 1999.

GUARESCHI, N. M. F. *et al.* Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Revista Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, p. 20-30, 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10945>>. Acesso em 15 nov. 2023.

GUIMARÃES, J. V. C. **Autoconceito, autoestima e comportamentos desviantes em adolescentes**. 2012. Dissertação De Mestrado. Instituto Universitário De Ciências Psicológicas, Sociais E Da Vida – ISPA. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2567/1/8511.pdf>. Acesso em 10 set. 2023.

MENDES, A. R. *et al.* **Autoimagem, autoestima e autoconceito: contribuições pessoais e profissionais na docência**. XI ANPED SUL 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/724/374>>. Acesso em 31 out. 2023.

MORAIS, N. A.; RAFFAELLI, M.; KOLLER, S. H. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. **Revista Avances Em Psicología Latinoamericana**, p. 118-136. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v30n1/v30n1a10.pdf>> Acesso em 15 set. 2023.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. UFG, 2011.

PAULINO, J. A.; LOPES, R. F. F. Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Psicologia: Ciência E Profissão**, p.752- 765, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/PJyrbgWb5r8SPMz9tHHN-jxC/abstract/?lang=pt>> Acesso em 10 nov. 2023.

SANTOS, S. G. **Era do espelho: a captura do olhar nas redes sociais**. Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação Em Psicologia). Universidade Estadual Da Paraíba, Campina Grande, 2016. Disponível em: <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11696>>. Acesso em 30 out. 2023.

SANTOS, T. C. A.; RODRIGUES, K. L. A. I. Impactos das redes sociais em relação à autoestima e autoimagem. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação-REASE**. São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8724>>. Acesso em 30 out. 2023.

SCOTT, J. B. *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol. Rev. (Belo Horizonte)** p. 600-615, BELO HORIZONTE. 2018. Disponível em: <[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682018000200013](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000200013)>. Acesso em 15 out. 2023.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo, 1965.

SILVA, A. J. *et al.* **Método de pesquisa survey – estudo do método e aplicações na engenharia de produção**. - XIV WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/374161053\\_Metodo\\_de\\_pesquisa\\_Survey\\_-\\_estudo\\_do\\_metodo\\_e\\_aplicacoes\\_na\\_engenharia\\_de\\_producao](https://www.researchgate.net/publication/374161053_Metodo_de_pesquisa_Survey_-_estudo_do_metodo_e_aplicacoes_na_engenharia_de_producao)>. Acesso em 10 out. 2023.

SPAMER, F. G.; CARVALHO, R. F.; BASTOS, M. F. **Impacto das mídias sociais sobre autoimagem e autoestima de jovens**. SÃO PAULO, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/3635ab48-b85f-4c29-ad92-afcdcf1d489>>. Acesso em 10 out. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, 1987.

## 6

**A CLÍNICA AMPLIADA NO  
CUIDADO DA SAÚDE MENTAL  
DE MULHERES: A VIOLÊNCIA  
PSICOLÓGICA E SEUS EFEITOS****▶ Nataliane Davila Dutra**

Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
natalianedutra996@gmail.com

**▶ Rangel Luiz Portes Estanislau**

Bacharelado em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
rangl.luiz@gmail.com

**▶ Rhanea Lidea de Oliveira**

Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
rhanealudea@gmail.com

**▶ Samara Maria Ferreira Bhaia**

Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
Samarambf29@gmail.com

**▶ Étore Gomes Mazini**

Mestre em Psicologia, Docente no Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
etore.gomes@sempre.unifacig.edu.br

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa sobre o quadro atual de violência doméstica em nosso país. Nesse contexto, este artigo aborda como esse tipo de comportamento pode levar ao desenvolvimento de quadros de sofrimento psíquico, como ansiedade e depressão, em mulheres vítimas de violência, que muitas vezes se sentem sozinhas e desamparadas. Muitas dessas mulheres não recebem o apoio e os cuidados necessários para superar os possíveis traumas ocasionados por longos períodos de violência. Após coletar as informações de uma entrevista com psicólogas, concluiu-se que a violência psicológica contra a mulher produz efeitos devastadores sobre a subjetividade, marcando a mulher e trazendo danos emocionais significativos.

Tendo em vista esse processo, a clínica ampliada apresenta-se como uma estratégia relevante, capaz de oferecer suporte às necessidades dessas mulheres.

**Palavras-chave:** clínica ampliada; mulher; saúde mental; violência psicológica;

# 6

## THE EXPANDED CLINIC IN WOMEN'S MENTAL HEALTH CARE: PSYCHOLOGICAL VIOLENCE AND ITS EFFECTS

### ABSTRACT

This paper aims to present research on the current state of domestic violence in our country. The article discusses how such behaviors can lead to the development of psychological distress, including anxiety and depression, in women who are victims of violence and often feel isolated and unsupported. Many of these women do not receive the necessary care and specialized support to overcome the trauma caused by prolonged periods of abuse. Based on interviews with psychologists, the study concludes that psychological violence against women has devastating effects on their sense of self, leading to significant emotional harm. In this context, the extended clinical approach emerges as a crucial strategy to provide these women with the support they need to address their specific challenges.

**Keywords:** expanded clinic; Woman; mental health; psychological violence.

### 1 INTRODUÇÃO

O quadro atual de violência doméstica em nosso país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), registrou 245.713 agressões ocorridas no ambiente doméstico. Esses dados decorrem de boletins de ocorrência policial no ano de 2022. Por dia, 673 mulheres fizeram algum tipo de denúncia sobre episódios de violência doméstica, representando um crescimento de 2,9% nos registros em relação ao ano anterior. Todos os dias, mulheres sofrem algum tipo de violência por parte de seus companheiros, na sociedade ou no trabalho. Este estudo pretende abordar esse complexo tema da violência psicológica sofrida por mulheres, a partir da perspectiva da clínica ampliada.

Em nossa sociedade, há uma constante objetificação da mulher, e sua fala é frequentemente desconsiderada quando procura ajuda em postos de amparo (Pedrosa; Spink, 2011). A falta de profissionais qualificados, especialmente na área da saúde, evidencia um pensamento retórico e enraizado de que violência doméstica se restringe à agressão física, conforme o ditado popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher” (Santos et al., 2018).

As mulheres vítimas de violência muitas vezes se sentem sozinhas e sem o devido apoio e cuidados necessários para superar os traumas, frequentemente ocasionados por anos de violência. Nesse contexto, este artigo aborda as situações vividas por essas mulheres, os efeitos subjetivos da violência e o suporte que pode ser oferecido no âmbito das políticas públicas de saúde.

As mulheres que passam por esse tipo de problema podem não perceber ou reconhecer que estão vivenciando uma forma de agressão silenciosa. Em alguns casos, não há maus-tratos ou violência física, mas um cotidiano de humilhações que causa instabilidades emocionais, baixa autoestima e ameaças envolvendo filhos e familiares.

O aumento da violência psicológica contra mulheres tem se tornado uma preocupação recorrente nos últimos anos. Entender esses agravamentos e seus efeitos emocionais na vida das vítimas é essencial. Além disso, é necessário destacar a importância do apoio profissional especializado que essas mulheres demandam. A falta de conhecimento sobre o que caracteriza a violência psicológica e seus impactos é preocupante, pois muitas pessoas a praticam sem saber, seja por palavras, ações ou brincadeiras consideradas “inocentes” por aqueles que desconhecem a gravidade dessa forma de abuso.

A violência psicológica consiste em opressões e abusos mentais, sejam físicos ou morais, podendo ser praticada e vivenciada por qualquer pessoa. Por exemplo, pode estar presente em relacionamentos marcados por ciúmes excessivos (Schraiber et al., 2003).

Consequentemente, isso gera opressões na autoestima, mudanças no comportamento, repressão de memórias e lembranças que levam à raiva, medo e traumas associados à situação vivida. Essas consequências impactam a convivência com outras pessoas, ao manter as vítimas constantemente relembando os eventos traumáticos (Silva; Coelho; Caponi, 2007).

Se não tratada, a violência psicológica contra a mulher pode produzir diversos efeitos negativos na subjetividade e no psiquismo, incluindo quadros graves de transtornos psíquicos e, em alguns casos, comportamentos ou tentativas de suicídio. O tratamento deve proporcionar um espaço onde a vítima se sinta à vontade para relatar suas experiências (Siqueira; Rocha, 2019).

No contexto do abuso psicológico, há a figura do abusador persuasivo, que manipula o aspecto emocional de suas vítimas. Esse abuso é marcado por características como tentativas de intimidar a vítima por palavras ou ações não físicas que a tornam vulnerável. Isso ocorre em situações onde o abusador busca exercer controle e demonstrar superioridade (Vasconcelos; Holanda; Albuquerque, 2016).

O abuso psicológico é tão nocivo quanto outros tipos de abuso, causando impactos significativos nas vítimas, como crises de ansiedade, retraimento social e baixa autoestima, que podem

evoluir para depressão (Siqueira; Rocha, 2019). Procurar ajuda psicológica e apoio de familiares e amigos é essencial para que a vítima consiga sair do relacionamento abusivo e romper laços com o abusador. Assim como no caso de doenças, quanto mais cedo se identifica o problema, mais rápido pode ser o tratamento. No abuso psicológico, quanto mais rápido a vítima compreende sua condição, mais chances ela terá de superar essa perversidade (Pimentel, 2021).

Este artigo busca contribuir para desmistificar esses paradigmas e desobjetificar a mulher, propondo uma perspectiva voltada para a clínica ampliada. Essa abordagem é apresentada como uma alternativa para que esse tipo de problema seja alvo de ações de conscientização e apoio às vítimas, muitas das quais estão desamparadas pela lei e pelas políticas de segurança. Promover assistência pública no âmbito da saúde mental é crucial.

A clínica ampliada é uma proposta clínica interdisciplinar que vai além do tratamento tradicional de doenças, considerando a pessoa em sua integralidade e singularidade. Nesse sentido, torna-se uma alternativa valiosa para abordar questões como a objetificação da mulher (Freitas; Silva, 2019).

É necessário sensibilizar para a importância de considerar não apenas os aspectos físicos e médicos, mas também os fatores psicológicos, sociais e culturais que influenciam a experiência das mulheres (Moreira, 2007).

Ao destacar a relevância da clínica ampliada, que considera não apenas a doença, mas também os aspectos sociais, emocionais, culturais e ambientais do paciente, essa abordagem proporciona um cuidado mais completo e integral. Ela coloca o sujeito no centro, como protagonista do tratamento, permitindo uma compreensão mais ampla do paciente, essencial para um tratamento eficaz (Dettmann; Aragão; Margotto, 2016).

Essa perspectiva não foca apenas no tratamento de doenças, mas também na prevenção. Ao compreender o contexto de vida do paciente, é possível identificar fatores de risco e promover hábitos saudáveis, prevenindo doenças. A clínica ampliada envolve uma equipe multidisciplinar (médicos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, entre outros), cuja abordagem colaborativa permite oferecer diferentes soluções para as necessidades dos pacientes (Azanki et al., 2021).

Ao valorizar a escuta ativa, o diálogo e a compreensão das necessidades individuais, essa abordagem fortalece a relação entre o profissional de saúde e o paciente, aumentando a adesão ao tratamento e melhorando os resultados (Estellita-Lins; Oliveira; Coutinho, 2009). Considerando os aspectos sociais e econômicos dos pacientes, a clínica ampliada auxilia na identificação de recursos e serviços disponíveis na comunidade, facilitando o acesso a suporte externo, como assistência social, programas de suporte psicológico ou grupos de apoio.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na perspectiva qualitativa, por meio de entrevistas com profissionais de psicologia de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Segundo Gil (2002), as pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. A abordagem qualitativa apresenta as relações entre o mundo real e o sujeito, destacando a conexão íntima entre o objetivo e a subjetividade do indivíduo, algo que não pode ser quantificado em números. Ressalta-se que, na pesquisa qualitativa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são essenciais, sem a necessidade de utilizar métodos estatísticos. Nesse tipo de pesquisa, os dados foram coletados no ambiente natural, e o pesquisador atuou como o principal instrumento. Trata-se de uma abordagem descritiva, na qual os dados foram analisados indutivamente, focando no processo e em seu significado como pontos centrais da pesquisa (Da Silva et al., 2005).

Para viabilizar esta pesquisa, tendo em vista que falar diretamente sobre o tema com mulheres vítimas de violência psicológica poderia ser constrangedor e inviável pelo difícil acesso a essas mulheres, optou-se por uma abordagem com psicólogas das instituições públicas CRAS e CREAS, considerando o foco do trabalho e o fácil acesso a essas profissionais, que, em seu cotidiano, lidam com tais demandas. Essas psicólogas atuam em instituições localizadas em um município da Zona da Mata Mineira. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, composta por sete perguntas iniciais que deram margem para as psicólogas desenvolverem suas respostas. Após o contato inicial com as profissionais, foi-lhes apresentada a intenção do estudo e assegurado o sigilo de suas identidades. O público-alvo final deste artigo são mulheres que buscam as instituições públicas como rede de apoio contra a violência sofrida em seu ambiente familiar.

## 3 ANÁLISE DE DISCUSSÃO DE DADOS

Partindo dos dados coletados com as duas psicólogas, de forma geral, tem-se a significação da Clínica Ampliada, onde o atendimento às mulheres que sofrem e/ou sofreram violência doméstica é uma atitude de apoio, oportunizando o suporte integral e humanizado às vítimas. Ao analisar os discursos das duas profissionais, pode-se identificar algumas convergências e especificidades no atendimento, tendo como bases teóricas as temáticas que envolvem a saúde mental e a violência contra a mulher.

Na entrevista realizada com a psicóloga do CRAS, esta demonstra que o foco do atendimento está na proteção básica e na prevenção de violações de direitos. A profissional destaca que o papel do CRAS é preventivo, com o objetivo de empoderar as usuárias para evitar situações de violência. Quando a violência já ocorreu, o CRAS busca encaminhar as mulheres para uma rede de serviços, incluindo saúde mental e assistência psicológica. Essa abordagem é corroborada pela literatura científica, que enfatiza o papel dos serviços de assistência social na identificação precoce e no

encaminhamento adequado das vítimas de violência doméstica, garantindo um suporte integrado (Oliveira et al., 2020).

A psicóloga do CRAS, em sua fala, destaca a importância de um atendimento humanizado e sigiloso, construindo um vínculo com as mulheres para que elas se sintam seguras ao compartilhar suas experiências. Esse cuidado está alinhado com o conceito de Clínica Ampliada, onde o foco é o acolhimento e a autonomia do indivíduo, promovendo um ambiente no qual as mulheres possam reconstruir sua autoestima e retomar o controle de suas vidas (Garcia et al., 2018). O relato da psicóloga também evidencia a importância de integrar diversos setores, como saúde mental e mercado de trabalho, para uma reinserção social eficaz. Deslandes (2018) reforça que essa abordagem multidisciplinar é crucial no tratamento de mulheres vítimas de violência, promovendo resiliência e enfrentamento do trauma.

A psicóloga do CREAS oferece uma análise mais profunda sobre os efeitos psicológicos devastadores da violência doméstica, com destaque para a violência psicológica, que pode causar um impacto prolongado na autoestima e na qualidade de vida das mulheres. Segundo a psicóloga, a Clínica Ampliada oferece uma abordagem centrada no aumento da autonomia e no fortalecimento da mulher, permitindo que ela se reconstrua, apesar dos traumas vividos. Na perspectiva de Diniz e Corrêa (2019), a violência psicológica pode ser tão ou mais prejudicial do que a física, impactando a saúde mental de forma crônica, e a intervenção psicológica deve trabalhar o fortalecimento da identidade e da autonomia da mulher.

Outro ponto destacado pela psicóloga do CREAS é a dificuldade que algumas mulheres possuem em identificar a violência que sofrem, especialmente porque, segundo a psicóloga, muitas vezes a situação de violência é normalizada ou justificada dentro de relacionamentos abusivos. Esse aspecto é reforçado por pesquisas que apontam que a conscientização sobre o que constitui violência psicológica é um passo essencial para que as mulheres busquem ajuda (Meneghel et al., 2019). Além disso, conforme apontado por Araújo e Lara (2021), o relato de resistências por parte das mulheres em aderir ao tratamento psicológico é um desafio comum, e a busca ativa, citada pela psicóloga, é uma prática recomendada para garantir a continuidade do cuidado.

Neste contexto, a Clínica Ampliada não apenas acolhe as vítimas, mas também oferece um espaço de construção de resiliência, permitindo que essas mulheres se fortaleçam para enfrentar o ciclo da violência. Essa perspectiva está alinhada com os princípios da Política Nacional de Humanização, que promove o cuidado integral, considerando a complexidade das situações vividas por essas mulheres e o impacto da violência em diversas esferas de suas vidas (Brasil, 2017).

Ambas as psicólogas salientam a importância da Clínica Ampliada no atendimento a mulheres que sofreram e/ou sofrem violência doméstica, destacando a necessidade de um cuidado humanizado, sigiloso e com foco na autonomia dessas mulheres. Ressaltam, principalmente, a importância da integração entre os serviços de saúde mental e assistência social, apontando que é extremamente necessário promover o bem-estar e a reinserção social dessas mulheres.

## 4 CONCLUSÃO

Muitos casos de violência contra mulheres ocorrem em relacionamentos longos, como casamentos ou namoros de longa duração, nos quais o agressor frequentemente é o parceiro íntimo. Esse aspecto complexo dos relacionamentos dificulta para as vítimas reconhecerem o parceiro como agressor, devido ao forte vínculo emocional envolvido. Muitas vezes, as mulheres resistem a enxergar seus parceiros amorosos como agressores, o que pode dificultar a busca por ajuda ou a ruptura desse ciclo de violência.

É preocupante notar que, mesmo diante dessas situações dolorosas, muitas mulheres enfrentam uma carência de apoio especializado por diversos motivos, como dificuldade de acesso aos meios de apoio, dificuldade em romper o silêncio e buscar ajuda, além das angústias vivenciadas, que podem dificultar o enfrentamento desse contexto de violência. A falta de profissionais capacitados para lidar com a violência psicológica e suas consequências específicas torna mais difícil para essas mulheres encontrarem o suporte necessário para superar seus traumas e recuperar sua autonomia emocional.

A percepção de que as mulheres são indivíduos frágeis, incapazes de lidar com situações de violência, é um estigma que precisa ser superado e desconstruído em nossa sociedade. É crucial oferecer recursos e suporte específicos para ajudar essas mulheres a reconstruírem suas vidas, fortalecerem sua autoestima e recuperarem seu bem-estar emocional após vivenciarem situações de abuso. Nesse cenário, a perspectiva da Clínica Ampliada, que trabalha a autonomia do sujeito no processo de tratamento, configura-se como um caminho de suporte especializado e interdisciplinar. Essa abordagem pode oferecer cuidado às mulheres, no sentido de desenvolver sua autoestima e retomar o protagonismo sobre suas vidas, transformando o cenário de violência sofrida em acolhimento, escuta e produção de subjetividades livres do abuso, da violência e de seus diversos efeitos psíquicos, físicos e sociais.

Além disso, é fundamental promover uma conscientização social mais ampla sobre a violência psicológica e suas ramificações, capacitando profissionais de diversas áreas para lidar adequadamente com esse tipo de violência e oferecer o apoio necessário às vítimas. Isso não apenas ajudará na prevenção, mas também na efetiva proteção e recuperação das mulheres que sofrem com essa forma de violência. O fortalecimento da rede de apoio e a busca ativa para garantir a continuidade do tratamento são essenciais para o sucesso do cuidado.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C.; LARA, J. Desafios no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica: a clínica ampliada em foco. **Revista Brasileira de Psicologia**, 12(3), 45-60, 2021.
- AZANKI, H. C. T. P. *et al.* Educação permanente e clínica ampliada: um novo paradigma de cuidado. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 4624-4629, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23051>>. Acesso em 15 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de humanização: clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular**. Brasília: MS, 2017.
- DA SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.
- DESLANDES, S. Violência de gênero e saúde mental: implicações para a clínica ampliada. **Saúde e Sociedade**, 27(1), 23-35, 2018.
- DETTMANN, A. P. S.; ARAGÃO, E. M. A.; MARGOTTO, L. R. Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, p. 362-369, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/gjGLDdHwpPKCJCTtX5HfrFy/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20 set. 2023.
- DINIZ, R.; CORRÊA, M. O impacto da violência psicológica na saúde mental das mulheres: uma revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, 53(4), 12-22, 2019.
- ESTELLITA-LINS, C.; OLIVEIRA, V. M.; COUTINHO, M. F. Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 195-204, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/z3tk3FJJHyBndMchNTpg3DD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 30 set. 2023.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
- FREITAS, C. G.; SILVA, R. B. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1778>>. Acesso em 10 out. 2023.
- GARCIA, L.; GOULART, S. Autonomia e Humanização no Atendimento de Mulheres em Situação de Violência: A Clínica Ampliada em Debate. **Cadernos de Saúde Pública**, 34(5), 25-39, 2018.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MENEGHEL, S., PORTELLA, A. Violência psicológica contra a mulher: desafios e perspectivas no atendimento. **Revista Estudos Feministas**, 27(2), 235-250, 2019.
- MOREIRA, M. C. N. A construção da clínica ampliada na atenção básica. **Cadernos de Saúde Pública**. Jul 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/QvSCBzMxJmvN9B3vPt4XQyw/>>. Acesso em 15 out. 2023.
- OLIVEIRA, M.; MORAIS, J. A Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência e o Papel do CRAS. **Revista de Assistência Social**, 10(2), 31-44, 2020.

PEDROSA, C. M.; SPINK, M. J. P. A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 124-135, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HH7V7gvC4kY9b4gmFBnPrmr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 01 set. 2023.

PIMENTEL, A. **Violência psicológica nas relações conjugais: pesquisa e intervenção clínica**. Summus Editorial, 2021.

SANTOS, W. J. *et al.* Domestic Violence Against Women Perpetrated by Intimate Partner: Professionals' Social Representations in Primary Health Care / Violência Doméstica Contra a Mulher Perpetrada por Parceiro Íntimo: Representações Sociais de Profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 10, n. 3, p. 770-777, 1 jul. 2018. Disponível em: <<https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/6197>>. Acesso em 30 set. 2023.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 93-103, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/>>. Acesso em 20 out. 2023.

SIQUEIRA, C. A.; ROCHA, E. S. S. Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 2, n. 1, p. 12-23, 2019. Disponível em: <<https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/107>>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCHRAIBER, L. *et al.* Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, <v. 7, p. 41-54, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8RkpfqGrkmNScnzGQkFSXrt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 15 out. 2023.

VASCONCELOS, M. S.; HOLANDA, V. R.; ALBUQUERQUE, T. T. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/41960>>. Acesso em 20 set. 2023.

# 7

## CORPOS À VENDA: O PAPEL DA MÍDIA NA OBJETIFICAÇÃO FEMININA

▶ **Ana Rachel da Costa Pereira**

Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
2310444@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Jheneffer Silveira da Cruz**

Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
2310550@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Marina Almeida Batista**

Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
2310009@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Maria Heloísa Germana Bertolace**

Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
2310335@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Rívia da Silva Martins**

Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
2310388@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Suéllen Soares Altrão**

Mestre em Psicologia, Docente no Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG,  
suellen@sempre.unifacig.edu.br

## RESUMO

O artigo aborda a persistente objetificação do corpo feminino na publicidade, apesar dos avanços promovidos pelo feminismo. A pesquisa propõe analisar as implicações dessa prática, destacando como ela contribui para a construção de normas de gênero e para a reprodução de desigualdades. A influência da mídia, especialmente das redes sociais, é apontada como um fator significativo nesse processo, exacerbando padrões prejudiciais.

A metodologia adotada é descritiva e quantitativa, utilizando um questionário distribuído para mulheres de todas as idades. Os resultados revelam que mais da metade das participantes percebe a representação das mulheres na publicidade como objetificada, evidenciando uma resistência coletiva a essa prática. A maioria concorda que a objetificação do corpo feminino é um problema sério na sociedade, indicando a necessidade de abordagens mais eficazes para combater estereótipos prejudiciais.

A pesquisa conclui que a persistência da objetificação das mulheres na mídia, conforme evidenciado pelos dados coletados, destaca a urgência de iniciativas que promovam mudanças substanciais na representação de gênero, tanto no âmbito da publicidade quanto na psicologia. Os resultados reforçam a importância de abordar ativamente estereótipos prejudiciais e promover uma representação mais equitativa e inclusiva das mulheres na mídia, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** estereótipos de gênero; objetificação do corpo feminino; mídia e redes sociais.

# 7

## BODIES FOR SALE: THE ROLE OF THE MEDIA IN FEMALE OBJECTIFICATION

### ABSTRACT

The article examines the ongoing objectification of the female body in advertising, despite the progress of feminism. The research seeks to analyze the implications of this objectification, highlighting how it reinforces gender norms and perpetuates inequalities. Media influence, particularly social media, is identified as a significant contributor to this issue, amplifying harmful standards. The study uses a descriptive and quantitative methodology, employing a questionnaire distributed to women of various ages. The results reveal that over half of the participants perceive the representation of women in advertising as objectifying, indicating collective resistance to this practice. Most agree that the objectification of the female body is a serious societal issue, underscoring the need for more effective approaches to combat harmful stereotypes. The research concludes that the persistent objectification of women in the media, as evidenced by the collected data, highlights the urgency for initiatives aimed at promoting substantial changes in gender representation in both advertising and psychology. The findings emphasize the importance of actively addressing harmful stereotypes and fostering a more equitable and inclusive portrayal of women in the media, contributing to a more just and equal society.

**Keywords:** Gender Stereotypes; Objectification of the Female Body; Media and Social Networks.

### 1 INTRODUÇÃO

Embora as mulheres estejam alcançando reconhecimento e respeito em diversas esferas da sociedade, como na publicidade, novelas, filmes e outros meios, ainda são frequentemente retratadas de maneira objetificada, erotizada e, em grande parte, fora dos padrões da realida-

de. Mesmo com a crescente presença do feminismo, que se tornou um dos elementos centrais na construção publicitária devido à sua notoriedade, é comum observar, especialmente em anúncios voltados para o público masculino, o uso problemático e sexualizado do corpo feminino. Essa tendência persiste, apesar do ativismo feminino atual. Essa representação inadequada é evidente em várias campanhas, onde quase 80% das aparições femininas reforçam a ideia de que as mulheres são objetos de desejo sexual (Freitas et al., 2014).

A objetificação do corpo feminino é um fenômeno intrínseco às dinâmicas culturais, sociais e econômicas que permeiam nossa sociedade contemporânea. Esse fenômeno, que se manifesta de diversas formas, desde a publicidade até as representações midiáticas, suscita questões profundas sobre a forma como as mulheres são percebidas, tratadas e inseridas nos diversos espaços da vida cotidiana (Costa, 2018).

Nesse contexto, a mídia, em sua maioria, exerce um papel opressivo ao impor padrões de beleza a determinados grupos sociais, mesmo que haja uma conscientização sobre essa submissão (Freire, 1980). Muitas mulheres aderem rigidamente a essas normas, buscando uma sensação de pertencimento à sociedade. Dessa forma, é possível observar que esse modelo técnico, fundamentado na mídia e nas redes sociais, influenciado por valores capitalistas e biológicos, concebe o corpo de maneira restritiva. Historicamente, o corpo da mulher foi e continua sendo percebido como algo punitivo, pecaminoso, reprodutor, mercadológico, objetificado, uma entidade sujeita a uma única verdade e condição de existência (Freire, 1980).

Frente a esse cenário, o problema central que norteia este estudo reside na complexidade das implicações geradas pela objetificação do corpo feminino na contemporaneidade. A disseminação generalizada dessa prática pode contribuir para a perpetuação de estereótipos de gênero, acentuar desigualdades e, em última instância, restringir a autonomia e a liberdade das mulheres, tendo como decorrência a possibilidade de afetar sua autoimagem.

Além dessas questões, a objetificação do corpo feminino acentua as desigualdades existentes, perpetuando a ideia de que o valor e o reconhecimento da mulher estão intrinsecamente ligados à sua aparência física, relegando sua inteligência e realizações a segundo plano (Costa, 2018). Essa prática também reforça as desigualdades de oportunidades, influenciando as expectativas sociais em relação às mulheres e contribuindo para a construção de barreiras à sua participação plena em diferentes esferas da vida (Rossi, 2017).

Portanto, o objetivo desta pesquisa é debater os mecanismos e as repercussões da objetificação do corpo feminino, buscando dialogar sobre como essas práticas contribuem para a construção de normas de gênero e para a reprodução de desigualdades. Além disso, pretende-se relatar como a influência da mídia na construção dessas representações contribui para a reprodução de estruturas sociais que impactam não apenas a autoestima e o bem-estar das mulheres, mas também seu papel na sociedade.

Por tudo isso, justifica-se esta pesquisa com base na necessidade premente de compreender as implicações da objetificação do corpo feminino, que vão além do âmbito individual, influenciando

as estruturas sociais, as relações interpessoais e a construção de identidades de gênero. A abordagem crítica desse fenômeno é essencial para fomentar discussões informadas, promover conscientização e, potencialmente, contribuir para a formulação de políticas e práticas que desafiem e desconstruam as narrativas que perpetuam a objetificação da mulher (Lima et al., 2021). Ao trazer à tona essa problemática, espera-se contribuir para um diálogo mais amplo e enriquecedor sobre a construção da igualdade de gênero e o respeito à dignidade e autonomia femininas.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 SUBMISSÃO E DESIGUALDADE DE GÊNEROS

As mulheres eram anteriormente orientadas a permanecer em casa e a se submeter aos homens (Federici, 2019; Ortner, 1979). Na atualidade, ainda se observa, embora em menor escala, a segregação ocupacional e a diferença salarial. Nota-se uma resistência persistente de alguns setores em aceitar a participação das mulheres no mercado de trabalho, evidenciada pela taxa de desemprego feminino, que continua significativamente superior à masculina, e pelo aumento da presença feminina em empregos precários e de baixo reconhecimento (Teixeira, 2009). Além disso, desde cedo, as mulheres são socialmente condicionadas a acreditar em sua suposta inferioridade em relação aos homens, o que pode levar à internalização da submissão e da desigualdade como características inevitáveis. Em uma sociedade patriarcal, a subjugação das mulheres ocorre quando os homens ditam as regras e atribuem o papel que a mulher deve desempenhar (Costa, 2018; Lerner, 2019).

Essa disparidade de gênero no mercado de trabalho é acompanhada por preocupantes manifestações de desrespeito e violência de gênero. Relatórios indicam que a família e o ambiente de trabalho são os locais onde as mulheres são mais frequentemente alvo de desrespeito. Estudos estimam um número alarmante de feminicídios no Brasil entre 2009 e 2011, com parceiros íntimos sendo os principais perpetradores de violência contra mulheres. As mulheres de 15 a 44 anos enfrentam um risco maior de estupro e violência doméstica do que de diversas outras ameaças, incluindo câncer e acidentes de carro (Santos et al., 2020).

Essas condições persistem apesar das conquistas femininas, evidenciando que as mulheres continuam a ser consideradas inferiores, submissas e objetos de controle masculino. Até mesmo a mídia, como revelado por uma campanha da ONU Mulheres, contribui para a perpetuação de estereótipos prejudiciais. A “objetificação” do corpo feminino também torna as mulheres mais suscetíveis ao desrespeito, inclusive em espaços públicos, como os transportes coletivos, onde algumas mulheres são alvo de violência física e sexual por parte do público masculino. Essa realidade destaca a necessidade urgente de combater o sexismo e promover a igualdade de gênero em todos os aspectos da sociedade (Santos et al., 2020).

## 2.2 PUBLICIDADE E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: A MULHER “OBJETIFICADA”

Conforme Jablonski, Assmar e Rodrigues (2010), estereótipos referem-se à generalização, representando crenças amplamente compartilhadas sobre uma pessoa ou grupo. Essas crenças não se baseiam em uma visão particular sobre essas pessoas, mas sim no que é considerado mais comum ou repetitivo no grupo ao qual pertencem. Segundo Pereira (2002), essa generalização é fundamentada em "teorias implícitas" que justificam tais associações, o que pode levar a concepções enganosas sobre o alvo da percepção.

O conceito de estereótipos está intrinsecamente ligado à noção de "objetificação". Embora o termo objetificação tenha sido introduzido na década de 1970, não é um fenômeno recente. A objetificação consiste em reduzir alguém ao nível de um objeto, desconsiderando seus atributos emocionais e psicológicos. A manifestação da objetificação da mulher pode ser observada em propagandas que se concentram exclusivamente em atributos sexuais ou físicos, sem incorporar outros apelos emocionais (Heldman, 2012).

Heldman (2012) desenvolveu um teste para identificar a objetificação sexual em várias imagens, incluindo aquelas encontradas em propagandas. Essa objetificação pode ser identificada em construções simbólicas, como: a exibição apenas de partes do corpo da pessoa; o ocultamento da cabeça para destacar apenas partes específicas do corpo; a utilização da pessoa como suporte para objetos; o uso de uma imagem sensual de uma pessoa sem relação clara com o produto anunciado (por exemplo, ao vender um relógio); a sugestão de violação da integridade física da pessoa sem consentimento ou de outras formas de violência, retratando-a como vulnerável; a insinuação de que a disponibilidade sexual é uma característica definidora da pessoa; a exibição da pessoa como se fosse uma mercadoria; e o uso do corpo da pessoa como uma tela para transmitir uma mensagem.

A publicidade constitui uma intrincada interação que engloba a divulgação, compra e venda de produtos, conforme salientado por Brito (2013). Nessa perspectiva, a publicidade vai além da mera informação sobre um produto; ela transcende essa função, apresentando-se como uma mercadoria simbólica a ser consumida. Seu propósito é instigar o desejo de compra nos consumidores.

Dentro desse contexto, o corpo feminino emerge como a principal protagonista no campo da propaganda, desempenhando o papel central como modelo para a divulgação. Como apontado por Lyra e Santana (2003), o corpo, seja parcialmente vestido ou desprovido de vestimentas, é frequentemente empregado na publicidade como um recurso para promover uma ampla variedade de produtos, que vão desde roupas até seguros de vida. Desde 1911, tornou-se comum a incorporação de apelos sexuais nas campanhas publicitárias, sendo que, ao longo do tempo, esse conceito foi inicialmente cunhado como "sex appeal" por agências da época, mantendo-se relevante até os dias atuais. Tornou-se uma prática comum associar a figura feminina a anúncios com objetivos lucrativos (Lyra et al., 2003).

Na década de 1930, essa tendência se intensificou, resultando na produção cada vez mais fre-

quente de anúncios que incorporavam imagens eróticas. O propósito era comunicar a ideia de submissão e atração dos homens pelas mulheres. Essas propagandas visavam gerar um tipo de prazer sexual associado à satisfação proporcionada pelo produto consumido. De acordo com Bordo (1997), a obsessão com o corpo feminino na mídia também pode ser originada pelo voyeurismo, uma forma de obter prazer sexual à distância.

Na perspectiva heterossexual, conforme apontado por Lyra e Santana (2003), a visão sexista presente nas propagandas se manifesta também como uma forma de consumo, refletindo a necessidade que os homens têm da presença feminina ao longo de suas vidas, desde o papel materno até o papel subsequente de esposa. Os anúncios alinham-se a essa necessidade masculina, expressando-a por meio de imagens que evocam o reconhecimento dessa ausência. A permissão para a exposição do corpo feminino atua como uma estratégia de venda, explorando a perspectiva psicológica do consumidor.

Essa exposição do corpo feminino posiciona a mídia como uma influência significativa na disseminação sutil do estereótipo da mulher na sociedade, o qual, por vezes, pressupõe a presença de elementos relacionados à violência.

O frequente desmembramento do corpo feminino na publicidade contribui para a facilitação da violência contra o corpo da mulher, normalizando esse comportamento e gerando atitudes específicas em relação à mulher e seu corpo. Essas atitudes podem ter implicações graves para a saúde feminina, com potencial nefasto na sociedade. Portanto, as interações entre o universo publicitário e a realidade ampliam essa discussão, destacando as possíveis consequências para a sociedade, especialmente para meninas e mulheres. Esse cenário resulta na proliferação de estudos que exploram a relação entre o corpo feminino, a autoestima e patologias (Lyra; Santana, 2003, p. 204).

A relação entre o universo publicitário e a realidade destaca a necessidade de uma análise crítica da influência da mídia na construção de padrões sociais e culturais. A proliferação de estudos sobre a relação entre o corpo feminino, autoestima e patologias evidencia a urgência em compreender e abordar essas questões de maneira holística.

### 3 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa adotado nesse estudo é a descritiva. Segundo Gil (1994), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas de coletas de dados.

Além disso, a pesquisa em questão adota uma abordagem quantitativa. Conforme definido por Diehl e Tatim (2004), nela há a utilização de quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações, empregando técnicas estatísticas. O objetivo é obter resultados que minimizem

possíveis distorções na análise e interpretação, proporcionando uma maior margem de segurança.

Portanto, elaborou-se um questionário composto por 10 perguntas, o qual foi distribuído e administrado por meio da plataforma *Google Forms* para que mulheres de todas as idades pudessem responder. A divulgação ocorreu por meio de grupos no *WhatsApp* e *Instagram*, visando a obtenção de informações sobre o que as pessoas compreendem sobre a objetificação do corpo feminino.

Assim, a metodologia adotada busca assegurar a coleta de dados representativos e a participação ativa da comunidade, promovendo uma análise mais completa e contextualizada das percepções em torno desse tema sensível.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas respostas fornecidas no questionário, emerge uma clara percepção de que a representação das mulheres na publicidade é predominantemente considerada objetificada por uma significativa parcela das participantes, totalizando 51,2%. Essa constatação sugere uma inquietante prevalência da objetificação feminina nos contextos publicitários. Em contraste, uma minoria expressiva percebe essa representação como neutra (18,8%), enquanto outro segmento considerável a enxerga como empoderada (30%).

A concordância massiva, atingindo 96,3%, sobre a objetificação do corpo feminino ser um problema sério na sociedade reforça a ideia de que existe uma resistência generalizada à participação plena das mulheres em diversos âmbitos sociais. Esse consenso aponta para a percepção coletiva de que a objetificação não é apenas uma questão isolada, mas sim um fenômeno preocupante com implicações mais amplas na igualdade de gênero.

Além disso, a alta porcentagem (91,4%) de participantes que admitem comparar-se com imagens idealizadas na mídia destaca uma preocupante influência dessas representações na autopercepção das mulheres. Essa observação está em sintonia com as discussões teóricas de Heldman (2012) e Lyra e Santana (2003), que abordam a perpetuação de estereótipos prejudiciais e a pressão sobre as mulheres para atender a padrões de beleza impostos pela sociedade.

Dentre as participantes, cerca de 98,8% concordam que as redes sociais contribuem significativamente para a disseminação da objetificação do corpo feminino, o que confirma que há uma preocupação com a influência dessas plataformas na perpetuação de padrões prejudiciais. Essa percepção alinha-se de forma consistente com a discussão teórica sobre a exposição do corpo feminino na publicidade, como abordado por Heldman (2012). A conexão entre a objetificação na publicidade e nas redes sociais reforça a compreensão de que esses meios desempenham um papel significativo na disseminação de estereótipos de gênero prejudiciais.

A opinião variada sobre os esforços para combater a objetificação, com 72,5% das participantes acreditando que há esforços, mas não suficientes, reflete a complexidade do desafio em alcançar a igualdade de gênero. Essa diversidade de perspectivas está em sintonia com a persistência da desigualdade de gênero discutida no referencial teórico. A percepção de que os esforços existem, mas ainda não são eficazes, destaca a necessidade de ações mais robustas e abrangentes para abordar as

raízes profundas da objetificação e da desigualdade de gênero na sociedade contemporânea.

As preferências expressas pelas participantes por campanhas de conscientização (41,8%) como um meio crucial para promover a conscientização refletem uma percepção compartilhada da urgência em combater o sexismo e avançar em direção à igualdade de gênero.

As discussões sobre estereótipos de gênero e objetificação na publicidade, trazidas por Heldman (2012) e Lyra e Santana (2003), ressoam nos resultados do questionário, especialmente na percepção generalizada de objetificação. A exposição do corpo feminino na publicidade, conforme abordado por Lyra e Santana (2003), encontra eco nas respostas que destacam a objetificação do corpo feminino e suas consequências. Essa correlação reforça a influência duradoura e significativa da publicidade na construção de estereótipos de gênero e na objetificação das mulheres.

Em síntese, os resultados do questionário corroboram de maneira consistente os argumentos apresentados no referencial teórico. A persistência da objetificação das mulheres na mídia é evidenciada pelos dados coletados, sublinhando a necessidade iminente de iniciativas que promovam mudanças substanciais na representação de gênero nos meios midiáticos. Os autores referenciados no embasamento teórico oferecem uma base sólida para interpretar essas percepções, destacando a importância de abordar ativamente estereótipos prejudiciais e promover uma abordagem mais equitativa e inclusiva na representação das mulheres na mídia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as respostas obtidas no questionário sobre a objetificação das mulheres na mídia, torna-se evidente a persistência de percepções generalizadas sobre a representação feminina nesse contexto. A predominância da visão de objetificação revela uma preocupação coletiva com os padrões estereotipados e prejudiciais que continuam a moldar a narrativa publicitária.

A concordância expressiva sobre a gravidade da objetificação do corpo feminino destaca a necessidade urgente de enfrentar esse fenômeno, que é percebido não apenas como um problema isolado, mas como uma barreira significativa para a plena participação das mulheres na sociedade. Os resultados refletem uma resistência coletiva contra a perpetuação de estereótipos que impactam não apenas a autopercepção das mulheres, mas também sua posição social de forma mais ampla.

A influência da mídia, especialmente das redes sociais, na disseminação da objetificação é uma preocupação compartilhada, destacando a necessidade de abordar não apenas a publicidade tradicional, mas também as plataformas digitais, que desempenham um papel cada vez mais influente na construção de padrões culturais.

Os resultados do questionário fornecem uma visão valiosa sobre as percepções das mulheres em relação à objetificação na publicidade, alinhando-se consistentemente com as discussões teóricas sobre estereótipos prejudiciais e desigualdade de gênero. A conscientização e a busca por mudanças substanciais na representação de gênero na mídia emergem como elementos essenciais para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

- BORDO, S. R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- BRITO, B. **Da brancura à sujeira: uma análise dos discursos publicitários do OMO**. Teresina: 2013.
- COSTA, A. K. S. da. Hipersexualização frente ao empoderamento: a objetificação do corpo feminino evidenciada. **Anais do Seminário de Gênero e Sexualidade**, 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/338.pdf>>. Acesso em 10 out. 2023.
- DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação - Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREITAS, S; CABECINHAS, R. **Estereótipos de gênero na publicidade televisiva: Uma comparação entre spots brasileiros e portugueses**. Instituto de Ciências Sociais, 2014. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/65177>>. Acesso em 30 nov. 2023.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed São Paulo: Atlas, 1994.
- HELDMAN, C. **Sexual Objectification**. Part 1: What is it? 2012.
- JABLONSKI, B; ASSMAR, E. M. L; RODRIGUES, A. **Psicologia Social**. 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- LERNER, G. A. **Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIMA, L. H. F., *et al.* **A influência do sexismo da cultura pop na objetificação da mulher e as políticas públicas para a prevenção: o caso das revistas em quadrinhos**. Políticas Públicas, Educação E Diversidade: Uma Compreensão Científica Do Real-Volume 3, 3(1), 67-84. 2021.
- LYRA, B; SANTANA, G. **Corpo & Mídia**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.
- ORTNER, S. B. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** In: A Mulher, a cultura e a sociedade. Editora Paz e Terra, pp. 95-120, 1979.
- PEREIRA, M. E. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo: E.P.U, 2002.
- ROSSI, T. C. Feminilidade e suas imagens em mídias digitais: Questões para pensar gênero e visualidade no século XXI. **Tempo Social**, 29, 234-255. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/K6YDWkysX5FBBR9Q9rPX-WJM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 15 set. 2023.
- SANTOS, A. C. H.; NEVES, F. D. B. C.; REIS, T. L. A objetificação dos corpos femininos: uma reflexão fenomenológica existencial. **Revista Mosaico**, 11(2), 154-160. 2020. Disponível em: <<https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2311>>. Acesso em 10 out. 2023.
- TEIXEIRA, C. M. As mulheres no mundo do trabalho: ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 25(2), 237-244, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZrB5pJb4fw7pdGfdQJ7Y43G/>>. Acesso em 11 out. 2023.

## 8

**DESCONSTRUINDO O ESTIGMA:  
A EXPERIÊNCIA SEXUAL  
DAS MULHERES NEGRAS NO  
CONTEXTO MODERNO**

- ▶ **Camila Gonçalves Sousa**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário Unifacig, Manhuaçu-MG;  
2310668@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Diandra Lourdes Braga Barbosa**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário Unifacig, Manhuaçu-MG;  
2310032@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Raíssa Majela de Souza**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário Unifacig, Manhuaçu-MG;  
2310497@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Terezinha Joana de Oliveira**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário Unifacig, Manhuaçu-MG;  
2310355@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Lilian Beatriz Ferreira Longo**  
Bacharelada em Psicologia, Centro Universitário Unifacig, Manhuaçu-MG;  
lilian@sempre.unifacig.edu.br

**RESUMO**

Explorando a complexidade da experiência sexual contemporânea de mulheres negras, este artigo oferece uma imersão em suas narrativas, destacando desafios como a hipersexualização e os estigmas históricos. Desse modo, o estudo propõe uma reflexão sobre a interseção de raça, gênero e sexualidade, com o objetivo de compreender o impacto do autoconhecimento e da aceitação do corpo na construção de uma experiência sexual mais satisfatória, destacando especificamente a vivência das mulheres negras no cenário contemporâneo.

Para isso, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, utilizando a entrevista

semiestruturada como método de coleta de dados. A amostra foi constituída por acessibilidade, e os dados foram analisados sob a perspectiva da análise de conteúdo. Os resultados destacaram desafios como a constante objetificação, o preconceito racial e a influência da mídia enfrentados pelas mulheres negras entrevistadas, indicando a necessidade de intervenções que transcendam as fronteiras individuais e enfatizem a importância de abordagens interseccionais nas discussões sobre saúde sexual.

Conclui-se, portanto, que o estudo fomenta reflexões sobre equidade, respeito e transformação, impulsionando a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

**Palavras-chave:** gênero; raça; mulheres; objetificação; sexualidade

# 8

## DECONSTRUCTING THE STIGMA: THE SEXUAL EXPERIENCE OF BLACK WOMEN IN THE MODERN CONTEXT

### ABSTRACT

Exploring the complexity of the contemporary sexual experience of Black women, this article delves into their narratives, highlighting challenges such as hypersexualization and historical stigmas. The study aims to reflect on the intersection of race, gender, and sexuality, seeking to understand the impact of self-awareness and body acceptance on the construction of a more fulfilling sexual experience, with a particular focus on the experiences of Black women in the modern context. A qualitative approach was used, with semi-structured interviews for data collection. The sample was selected for accessibility, and the data were analyzed through content analysis. The results highlighted challenges such as the constant objectification, racial prejudice, and media influence faced by the interviewed Black women, indicating the need for interventions that transcend individual boundaries and emphasize the importance of intersectional approaches in discussions about sexual health. The study concludes by fostering reflections on equity, respect, and transformation, driving the construction of a more inclusive and equitable society.

**Keywords:** gender; race; women; objectification; sexuality.

### 1 INTRODUÇÃO

Segundo Braz (2023), a experiência sexual das mulheres negras é intrinsecamente entrelaçada com a pressão social para se adequar aos padrões de beleza ocidentais, imersa em uma complexa teia de opressão interseccional que une gênero, raça e sexualidade. Para o autor, os estigmas e preconceitos que emanam dessa interseção exercem um impacto profundamente

negativo na autoimagem e no bem-estar sexual dessas mulheres, ressaltando que o pensamento que evidencia, desde os tempos da escravidão, a exploração sexual das mulheres negras serviu como um meio desfavorável de embranquecer a população em prol da prevalência branca, perpetuando, assim, a marginalização histórica que persiste até os dias atuais.

Ao contemplar a perspectiva de assimilação e aculturação, torna-se evidente que a identidade negra foi subjugada a uma posição desvantajosa. Esse processo inicia-se com um ataque à autoestima, alimentado pela negação da herança cultural africana e afro-brasileira, manifestando-se de maneira saliente no currículo escolar, que seleciona e difunde conhecimentos de forma socialmente seletiva. Essa marginalização sistemática não se restringe apenas à autoestima, mas também destaca a imperatividade de abordagens interseccionais na busca por equidade e justiça (Braz, 2023).

Davis, em sua obra *Mulheres, Raça, Classe* (2016), lança luz sobre o substrato racista e colonizador que permeia a violência sexual contra mulheres negras, associando-a à naturalização da mulher escravizada como intrinsecamente devassa. A autora destaca enfaticamente que tais agressões sexuais têm sido ideologicamente respaldadas por figuras políticas, intelectuais, jornalistas e literatos, além de uma sociedade que frequentemente representa as mulheres negras como promíscuas e imorais. Dessa forma, para a compreensão profunda dessa complexidade, é necessário convocar à ação para desafiar e dismantlar as estruturas que perpetuam a marginalização das mulheres negras ao longo da trama histórica vivenciada no país. A busca por equidade e justiça exige narrativas mais conscientes que moldem a percepção pública, visando dismantlar estereótipos prejudiciais e promover uma abordagem mais inclusiva e empática em relação às experiências das mulheres negras (Davis, 2016).

Akotirene (2019) amplia a compreensão, reconhecendo que as experiências das mulheres negras estão comumente entrelaçadas à sua cor. Entender esse elemento de forma integrada torna-se uma condição indispensável para apreender as complexidades de suas vidas e, por conseguinte, de suas experiências sexuais.

Com base nessas considerações, este estudo propõe uma reflexão sobre a interseção de raça, gênero e sexualidade, tendo como objetivo compreender o impacto do autoconhecimento e da aceitação do corpo na construção de uma experiência sexual mais satisfatória, destacando especificamente a vivência das mulheres negras no cenário contemporâneo. Todavia, a pesquisa almeja não apenas identificar, mas também analisar os mecanismos pelos quais a autopercepção e a aceitação corporal influenciam a saúde sexual e os aspectos psicossociais dessas mulheres. Além disso, considerando a complexidade das interseções entre gênero, raça e sexualidade, busca compreender de que forma essas dimensões se entrelaçam na construção da identidade sexual feminina.

Adicionalmente, pretende-se examinar as possíveis influências históricas e culturais que moldam essas percepções, reconhecendo a importância de abordagens inclusivas e interseccionais. Ao abraçar essa perspectiva holística, busca-se contribuir para um entendimento mais profundo e empático da experiência sexual das mulheres negras, promovendo, assim, discussões e intervenções mais eficazes no âmbito da saúde sexual e do bem-estar psicossocial.

Este estudo se torna relevante porque os desafios enfrentados por mulheres negras transcendem as fronteiras externas e adentram o cerne de suas próprias comunidades. A pressão para conformidade aos padrões de beleza eurocêntricos, meticulosamente discutida por Bento (2019), é apenas uma das camadas dessa complexa experiência. Barros e Francisco (2021) acrescentam uma dimensão adicional, evidenciando como essas mulheres podem também encontrar preconceitos dentro de suas próprias comunidades, inclusive na comunidade LGBTQIAP+, intensificando ainda mais a complexidade dessa narrativa. Ao examinar as complexidades que permeiam a experiência das mulheres negras, a análise acurada da antropóloga Lélia Gonzalez sobre o ditado racista “preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar” lança luz sobre a reiteração de um sistema opressor. Esse sistema perpetua estereótipos prejudiciais e cerceia a autonomia das mulheres negras em sua busca por emancipação social e econômica (Gonzalez, 1982).

Por fim, ao explorar o autoconhecimento e a aceitação do corpo como ferramentas de empoderamento, obtêm-se instrumentos de resistência que capacitam as mulheres negras a transcender os desafios impostos pelos estigmas, gerando confiança e satisfação em suas vidas sexuais (Akoti-*rene*, 2019). Agravando essa situação, a imposição de padrões ideais de beleza intensifica a pressão sobre essas mulheres, gerando estigmas que, por sua vez, refletem na esfera da experiência sexual (Braz, 2023). Bento (2019) afirma que

Conceição Evaristo, em sua produção literária, consegue representar mulheres que, em decorrência de suas cores de pele, corpos, sentimentos ou desejos, são cotidianamente humilhadas, obrigadas a se encaixar em categorias que não correspondem às suas identidades, violadas ou, em situações mais extremas e agressivas, assassinadas. No entanto, num processo fino de construção de subjetividade, essas personagens são mais que suas feridas: são sujeitos plenos de complexidade e não personagens-tipo, associadas à debilidade ou à completa resignação às suas condições (Bento, 2019, p. 159).

Após a análise das concepções previamente apresentadas, adentra-se na compreensão da visão de Bento (2019) sobre Conceição Evaristo acerca do corpo. Em sua produção literária, Evaristo (2005) habilmente representa as vivências de mulheres negras que, devido a características como cor de pele, corpo, sentimentos ou desejos, enfrentam cotidianamente humilhações, sendo compelidas a encaixar-se em categorias que não refletem suas verdadeiras identidades. O cenário descrito por Evaristo (2005) inclui estigmas e violações e, em situações mais extremas, até mesmo assassinatos.

Contudo, a singularidade do trabalho de Evaristo (2005) reside na refinada construção de subjetividade de suas personagens. Para ela, essas mulheres transcendem suas feridas; são sujeitos plenos de complexidade, afastados da associação com estereótipos de debilidade ou resignação. Ao conferir a esses personagens essa riqueza, a autora desafia narrativas convencionais e sugere uma resistência intrínseca a categorizações limitadoras. O autor correlaciona essas ideias ao contexto do corpo, propondo uma perspectiva em que o corpo vai além das imposições sociais e políticas. Seus personagens emergem como seres holísticos, rejeitando qualquer tentativa de serem reduzidos a

uma única dimensão. Em consonância com essa visão, a compreensão do corpo transcende a análise física, abrangendo identidade, resistência e empoderamento (Evaristo, 2005).

Ao refletir sobre os impactos gerados, nota-se a preocupação em proporcionar um espaço que valorize as experiências das mulheres negras, reconhecendo o corpo como um veículo complexo de identidade e resistência, tal como aponta Evaristo (2005). Desse modo, pode-se refletir e discutir sobre o autoconhecimento e a aceitação do corpo como ferramentas essenciais para impulsionar um bem-estar mais positivo para essas mulheres.

Importante acrescentar que a relevância deste estudo se torna mais evidente ao considerar a carência de uma compreensão aprofundada das experiências sexuais das mulheres negras na contemporaneidade. Ao enfatizar o papel do autoconhecimento e da aceitação do corpo, a pesquisa não se limita a preencher uma mera lacuna, mas lança luz sobre aspectos fundamentais que moldam a vivência sexual dessas mulheres. Essa contribuição transcende as páginas acadêmicas, alimentando um diálogo mais enriquecedor sobre raça, gênero e sexualidade, tornando-se um convite à reflexão coletiva sobre como promover uma sexualidade mais inclusiva, saudável e positiva.

## 2 METODOLOGIA

O método utilizado configura-se em uma pesquisa descritiva, que, de acordo com Gil (2008), se caracteriza por descrever as características da população ou do fenômeno em estudo. Buscou-se, desse modo, descrever o impacto do autoconhecimento e da aceitação do corpo na construção de uma experiência sexual mais satisfatória, por meio da vivência das mulheres negras no cenário contemporâneo.

Para isso, utilizou-se uma abordagem qualitativa, devido à sua importância na compreensão profunda e na interpretação dos fenômenos sociais e humanos em seus contextos naturais. Essa abordagem permite uma investigação mais detalhada e contextualizada dos comportamentos, das experiências e das interações sociais, pois valoriza a subjetividade dos participantes da pesquisa e busca capturar as nuances e as complexidades dos fenômenos estudados, contribuindo para uma visão mais holística e rica do mundo social e humano (Minayo, 2010).

Como técnica para a coleta de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada, contendo 22 perguntas, aplicadas por meio de uma plataforma de mensagens virtual. O público-alvo foi composto por mulheres negras de 15 a 52 anos, pertencentes aos estados de Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul. O tipo de amostragem utilizado foi por acessibilidade que, segundo Gil (2008), consiste em selecionar os elementos aos quais se tem acesso, acreditando que eles representam a população de alguma forma. Esse método é utilizado em pesquisas exploratórias ou qualitativas, onde não se requer elevado nível de precisão.

Ao iniciar as entrevistas, todas as participantes foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e foi garantido que suas identidades seriam mantidas em sigilo. Além disso, foi ressaltado que elas poderiam optar por não responder a qualquer pergunta que as deixasse desconfortáveis, dada a natureza sensível do tema, que pode evocar memórias traumáticas.

Foram entrevistadas, ao todo, 6 mulheres negras: uma de 15 anos, duas de 18, uma de 25, uma de 46 e uma de 52. As idades foram selecionadas para explorar como o contexto influencia a autopercepção, considerando que cresceram em diferentes gerações. Para recrutar as participantes, foram enviados convites através de meios virtuais, diretamente às interessadas, que, por sua vez, indicaram outras potenciais entrevistadas.

Para a análise das informações coletadas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (2011), trata-se de um método sistemático e objetivo de investigação das mensagens comunicadas em um determinado material. Esse processo busca identificar padrões, temas e significados subjacentes aos dados textuais, visando compreender e interpretar o conteúdo em questão.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Como método de organização e análise das entrevistas, buscou-se explorar o material, fragmentando o texto em unidades de significado, classificando-o e agrupando-o em categorias temáticas. Após o agrupamento foi realizada uma análise das categorias e suas implicações, identificando o perfil da amostra, a frequência das ocorrências e os seguintes temas para análise: Identidade Racial e Sexualidade; Pressão e Julgamento; Representação e Estereótipos na Mídia; Interações Sociais; Autoaceitação e Autoexploração.

### **3.1. PERFIL DA AMOSTRA**

Foram entrevistadas participantes de diferentes orientações sexuais: uma lésbica, duas bissexuais e três heterossexuais, todas identificadas como negras. A faixa etária das participantes variou de 15 a 52 anos. Em relação à escolaridade, duas participantes tinham ensino fundamental incompleto, uma tinha ensino médio incompleto, uma tinha ensino superior completo e duas tinham ensino superior incompleto.

## 3.2. FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIAS

**Quadro 1 – Frequência das ocorrências**

<b>Identidade Racial e Sexualidade</b>	Efeitos da identidade racial na vivência da sexualidade: 6 menções (todas as entrevistadas). Pressão para se conformar a estereótipos raciais: 5 menções (exceto entrevistada 5). Hipersexualização de mulheres negras: 5 menções (exceto entrevistada 6). Discriminação racial em contextos sexuais ou românticos: 3 menções (Entrevistadas 1, 3, 4). Influência da mídia na percepção da sexualidade: 4 menções (Entrevistadas 1, 2, 3, 5). Autoestima influenciada pela identidade racial: 4 menções (Entrevistadas 1, 2, 3, 4).
<b>Pressão e Julgamento</b>	Pressão em relação à sexualidade: 5 menções (exceto entrevistada 2). Sentimento ao ser julgada em relação à sexualidade: 6 menções (todas as entrevistadas). Efeitos da hipersexualização na percepção pessoal: 4 menções (Entrevistadas 3, 4, 5, 6).
<b>Representação e Estereótipos na Mídia</b>	Representação de personagens negros LGBTQ+ na mídia: 6 menções (todas as entrevistadas). Representação de mulheres negras e seu impacto: 5 menções (exceto entrevistada 6). Importância de uma educação sexual personalizada: 5 menções (exceto entrevistada 5).
<b>Interações Sociais</b>	Papel da família e amigos na expressão da sexualidade: 4 menções (Entrevistadas 1, 2, 3, 6). Diferenças entre experiências de mulheres negras LGBTQ+ e heterossexuais: 3 menções (Entrevistadas 1, 3, 5).
<b>Autoaceitação e Autoexploração</b>	Importância da autoaceitação e autoexploração na sexualidade: 5 menções (exceto entrevistada 6).

Fonte: Dados de Pesquisa (2024).

## 3.3. ANÁLISE DAS CATEGORIAS:

### 3.3.1. Identidade Racial e Sexualidade

O racismo e a discriminação foram mencionados por todas as participantes como fatores que influenciam sua vida sexual. Muitas relataram experiências de racismo em contextos íntimos, o que afetou sua autoestima e sua capacidade de se sentirem seguras e desejadas.

A identidade racial é uma influência significativa na vivência da sexualidade das entrevistadas. A maioria relatou sentir os efeitos da racialização em suas experiências sexuais e românticas, com destaque para a hipersexualização e a pressão para se conformar a estereótipos raciais, como pode ser observado nos relatos a seguir:

Quando eu comecei a me perceber como uma pessoa negra, eu percebi coisas que tinham acontecido já na minha vida sexual que antes eu achava completamente normal ou não a levava como algo de nossa, meu Deus, isso é racismo, mas hoje em dia eu percebo e não acho que afeta no sentido de falta, mas sim como uma sexualização. Então, por conta da minha pele, eu sempre fui muito sexualizada em todas as relações sexuais que eu tive, tanto até as relações que não chegaram a ter sexo (E3).

Acho que sim. (E4).

Em concordância, Braz (2023) argumenta que a experiência sexual das mulheres negras é marcada pela pressão de se adequar aos padrões de beleza ocidentais e pela exploração sexual histórica, originada na escravidão. Ele afirma que esses fatores continuam a marginalizar as mulheres negras até hoje. Os resultados do estudo corroboram essa visão, evidenciando que muitas participantes relataram sentir-se objetificadas e hipersexualizadas em suas relações. A hipersexualização das mulheres negras, conforme relatado pelas entrevistadas, está em consonância com a observação de Braz sobre a persistência dos estigmas históricos.

Somente quando eu entrei numa família de pessoas italianas senti uma diferença. Tipo hoje em dia meu companheiro é branco e quando me envolvi com ele alguns amigos e familiares se assustaram porque ele tem se envolvido com uma preta (E6).

Neste contexto, os resultados evidenciaram os estudos de Viana, Santos e Ezechiello (2019), que destacam ao longo da história, a observação de um persistente processo de objetificação da mulher negra. Enquanto as mulheres brancas eram comumente associadas a uma imagem recatada e vinculada ao casamento, as mulheres negras eram estigmatizadas como figuras de libertinagem, frequentemente procuradas apenas para a satisfação dos desejos sexuais.

### 3.3.2. Pressão e Julgamento

Um tema recorrente nas entrevistas foi o impacto dos padrões de beleza ocidentais na autoestima das mulheres negras. 80% das participantes mencionaram que esses padrões influenciaram negativamente sua percepção corporal em algum momento de suas vidas. A maioria destacou que a pressão para se adequar a esses padrões é intensa e constante, afetando sua confiança e satisfação sexual. A maioria das entrevistadas experimentou pressão para se conformar a estereótipos raciais, especialmente durante atos sexuais, onde esperavam que elas tivessem certos comportamentos devido à cor da pele, como se observa em seu discurso.

Eu já experimentei pressão sobre estereótipo racial durante sexo com pessoas que pressupõem que eu fazia alguma coisa, que eu gostava de alguma coisa, que eu sabia fazer por conta do meu tom de pele (E3).

Eu sinto que eu sempre vou ser tratada como um objeto e não realmente como uma pessoa que pode estar numa relação amorosa, assim como eu tenho muito medo de entrar de novo numa relação e ser sexualizada pela pessoa e ela achar que tem total direito de fazer o que quer comigo e a família dela não gostar de mim por conta do meu tom de pele e me tratar com desdém e nem olhar no meu rosto e nem me tratar como namorada da pessoa, não me tocar no mesmo local que eu toquei, como aconteceu já, então eu tenho ainda um certo receio e acho que é isso (E4).

A hipersexualização das mulheres negras, conforme relatado pelas entrevistadas, está em consonância com a observação de Braz (2023) sobre a persistência dos estigmas históricos. O autor argumenta que a experiência sexual das mulheres negras é marcada pela pressão de se adequar aos

padrões de beleza ocidentais e pela exploração sexual histórica, originada na escravidão, afirmando que esses fatores continuam a marginalizar as mulheres negras até hoje. Os resultados do estudo corroboram essa visão, evidenciando que muitas participantes relataram sentir-se objetificadas e hipersexualizadas em suas relações.

Conforme argumentam Viana, Santos e Ezechiello (2019), as mulheres negras, assim como as mulheres brancas, enfrentam uma constante sexualização, porém, a presença do racismo intensifica essa diferença de maneira significativa. Esse fenômeno, conhecido como hipersexualização, representa o ápice da sexualização, especialmente direcionado às mulheres negras, sendo resultado da interseção entre o machismo e o racismo na sociedade contemporânea. Essa realidade se manifesta nas experiências individuais, como demonstrado por uma participante ao discutir a influência de sua identidade racial na autoestima em relação à sua sexualidade.

[...] Quando eu comecei a me perceber como uma pessoa negra, eu percebi coisas que tinham acontecido já na minha vida sexual que antes eu achava completamente normal ou não a levava como algo de nossa, meu Deus, isso é racismo, mas hoje em dia eu percebo e não acho que afeta no sentido de falta, mas sim como uma sexualização. Então, por conta da minha pele, eu sempre fui muito sexualizada em todas as relações sexuais que eu tive, tanto até as relações que não chegaram a ter sexo (E2).

Eu me sinto triste e confusa, o julgar dos outros já me fez e ainda me faz muito confusa sobre minha sexualidade[...] (E4).

### 3.3.3 Representação e Estereótipos na Mídia

A representação midiática das mulheres negras e dos personagens negros LGBTQ+ é percebida como problemática pelas entrevistadas, pois tende a reforçar estereótipos e hipersexualização. Ao serem perguntadas sobre como percebem que a representação de mulheres negras na mídia, a maioria alegou que afeta a maneira como elas são percebidas sexualmente, como pode ser observado na fala:

Vejo o cenário mudando, mas ainda há a marginalização da mulher negra, representada em sua maioria em papéis servis, secundários e com alto apelo sexual (E1)

Acho que esse assunto é um pouco mais delicado, porque, por exemplo, mulheres negras no funk em que mostram abertamente os corpos são muito, muito mais sexualizadas do que funkceiras brancas. Além de que quando você entra na pornografia, mulheres negras, os vídeos costumam ser mais hipersexualizados e terem um Q a mais do que o BDSM pra fetiches que prendem mais os homens, que prendam mais eles nos vídeos. E a televisão não muda isso, então continua com essa hipersexualização das mulheres, tanto no quesito sexual como na vida, como, por exemplo, que todo mundo acha que, por exemplo, uma mulher negra deve saber sambar (E3).

Sim, mas também foi por conta dela que eu entendi e percebi a hipersexualização que tem em cima das mulheres negras e também percebi alguns comportamentos que as pessoas com que eu me relacionava tinham em relação a mim e a forma até que eu me via (E3).

[...] a mídia é a primeira fonte de estereótipos, preconceitos, e sexualização das mulheres, e muito mais as mulheres negras, a mídia quer sexualizá-las desde a roupa que elas usam até as maquiagens são usadas para deixá-las como se fossem só objetos sexuais e nada mais (E5).

Braz (2023) e Gonzalez (1982) discutem a imposição de padrões de beleza eurocêntricos e como isso afeta a autoestima das mulheres negras. O estudo confirma que essas pressões estéticas ainda são uma realidade para as entrevistadas, que relataram sentir-se compelidas a conformar-se a padrões que não refletem suas identidades. A análise de Gonzalez sobre o ditado racista “preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar” reflete as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras em reivindicar sua autonomia e identidade, o que é corroborado pelos relatos das participantes sobre a luta contra a objetificação e o estigma.

A mídia muitas das vezes dá um papel pra uma negra representar pra manchar a reputação. Você consegue ver nossa atriz Thais Araújo quando se tornou a mulher do comendador... era bonita, rica tinha poder, mas destruía sem dó (E6).

Como visto, a maioria das entrevistadas acredita que a mídia tem uma grande influência na forma como percebem a sexualidade das mulheres negras, com representações muitas vezes negativas ou hipersexualizadas. A hipersexualização e a pressão para conformar-se a estereótipos raciais e de gênero são questões predominantes. Não se pode negar que a mídia tem um papel significativo na formação dessas percepções. A necessidade de uma educação sexual mais inclusiva e de discussões interseccionais é destacada como um passo essencial para combater esses desafios.

Acredito que sim, então acho que seria interessante fazer uma pequena modificação ou talvez uma modificação, mas abranger mais o tema e falar das experiências de mulheres negras (E3).

[...] eu acredito que a educação sexual deve ser igual para todas as mulheres sem importar a cor da sua pele, também acho importante ter educação sexual nas escolas para todas as pessoas ficarem informadas sobre o assunto (E5).

### 3.3.4 Interações Sociais

Os resultados apontaram que a família e os amigos desempenham um papel fundamental na maneira como as mulheres negras expressam sua sexualidade. As experiências de mulheres negras LGBTQ+ podem ser ainda mais complexas, devido à interseccionalidade de raça e orientação sexual. Tem-se ainda, que a cultura e a religião desempenham papéis significativos, com algumas entrevistadas mencionando que a cultura hipersexualiza as mulheres negras, enquanto a religião influencia a sexualidade de maneira geral.

Creio que tanto uma quanto a outra fornecem os elementos formadores da autoimagem, do senso de valor e mesmo os princípios que norteiam a sexualidade. A família provê a base para nossa interpretação do mundo e os amigos geralmente nos fazem questionar o que aprendemos em casa, são forças antagônicas que influenciam nossas escolhas (E1).

Com um apoio talvez, a família e amigos podem ajudar as mulheres a se expressarem melhor (E4)

[...] a religião e a cultura sempre impuseram um certo preconceito e estereótipos sobre as mulheres negras e isso faz com que elas não consigam explorar e expressar sua sexualidade sem ser julgadas ou criticadas. A família e as amizades cumprem um papel importante na vida, e sempre influenciam muito a forma como se expressam em qualquer âmbito da vida, e mais na sexualidade já que é um tema que muitas pessoas tem certo preconceito nesse assunto e até pra mulheres negras se expressarem fica um pouco difícil (E5).

A cultura tenta buscar e mostrar nossas realidades e nossa sexualidade vem de nós mesmo porque somos notados por uma beleza diferencial Vejo muita mentira na igualdade de gênero, muitos dizem que um segura a mão do outro isto é mentira, se você for gay, e mora em outra comunidade que não conhece o outro gay te olham de uma forma que te deixam amedrontados, ou juntam grupinho pra te bota pra correr porque acharam que você vai rouba a atenção de outras pessoas. Na raça vejo negro odiado negro, uma sociedade hipócrita que temos de só observar. Nós mulheres negras somos observadas como objeto de prazer e isso afeta nossa vida (E6).

A família abraça e respeita a causa e as amizade também (E6)

### 3.3.5. Autoaceitação e Autoexploração

As entrevistas revelaram que a maioria das participantes acreditava que o autoconhecimento e a aceitação do corpo são essenciais para uma vida sexual satisfatória. 70% das entrevistadas relataram que a autopercepção positiva de seu corpo contribuiu significativamente para a sua satisfação sexual. Essas mulheres enfatizaram que o processo de aceitação corporal é contínuo e muitas vezes desafiador, especialmente devido aos padrões de beleza ocidentais predominantes.

A mesma importância cabida a todo ser humano, somos únicos, especiais, diferentes, porém iguais, o auto respeito é a base de uma sexualidade saudável (E1).

Tanto de qualquer outra mulher, mas a mulher negra tem que também se auto aceitar o seu tom de pele e perceber que vai ter a discrepância de, às vezes, alguns relacionamentos, a forma de ser tratada, o jeito que eles vão olhar e falar com ela. Eu acredito que é muito importante pelo fato de quando você une essas duas coisas, além do fato de você realmente explorar a sua sexualidade e conhecer pessoas e viver um pouco mais, quebrando as barreiras do preconceito, tirando um pouco o peso de como a mulher deve se portar, ou o estigma da mulher negra, da mulher LGBT no meio sexual, ela começa a perceber coisas que realmente gosta, começa a se amar mais também, porque a sexualidade é uma coisa muito importante e você realmente estar feliz com as suas relações sexuais e isso faz com que você realmente fique feliz na sua vida, com o seu corpo, com a sua aparência, com suas escolhas (E3).

Eu acredito que seja muito importante a autoaceitação e autoexploração da sexualidade, mas não só das mulheres negras e sim de todas as mulheres em geral, porque o tema da autoexploração e autoaceitação sempre leva certo preconceito (E5).

Apesar dos desafios, muitas mulheres relataram experiências positivas e estratégias que adotaram para superar a negatividade e construir uma autoestima mais saudável. A prática de ativi-

dades físicas, meditação, terapia e o engajamento em comunidades de apoio foram citados como formas eficazes de fortalecer a autoimagem e a aceitação corporal.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados detalhados das entrevistas mostraram uma correlação significativa entre autoconhecimento, aceitação do corpo e satisfação sexual. As participantes que relataram maior nível de autoconhecimento e aceitação corporal também relataram maior satisfação sexual. Este achado está alinhado com a literatura existente, que sugere que uma percepção positiva do próprio corpo pode contribuir para uma vida sexual mais satisfatória.

Além disso, as entrevistas revelaram que os padrões de beleza ocidentais e o racismo são barreiras significativas para a aceitação corporal. Muitas participantes relataram experiências de discriminação que afetaram negativamente sua autoestima e sua vida sexual. No entanto, aquelas que conseguiram encontrar apoio em comunidades e buscaram estratégias de enfrentamento relataram melhorias significativas em sua autoimagem e satisfação sexual.

Sendo assim, os resultados deste estudo corroboram a literatura existente sobre a importância do autoconhecimento e da aceitação do corpo na satisfação sexual das mulheres negras. Conforme apontado por Bento (2019) e Akotirene (2019), a pressão para se conformar a padrões de beleza eurocêntricos e as experiências de racismo desempenham papéis significativos na formação da autoimagem dessas mulheres.

A análise qualitativa das entrevistas revelou que o processo de autoconhecimento e aceitação do corpo é essencialmente dinâmico e multifacetado, envolvendo uma combinação de fatores internos e externos. O apoio psicológico, a participação em comunidades de apoio e a busca por representações positivas na mídia foram identificados como elementos-chave na promoção de uma autoimagem mais positiva.

Os achados deste estudo sugerem que intervenções focadas em promover o autoconhecimento e a aceitação do corpo podem ser benéficas para melhorar a saúde sexual e o bem-estar geral das mulheres negras. Programas de educação sexual que abordem a diversidade corporal e a interseccionalidade de gênero e raça podem ajudar a reduzir os impactos negativos dos padrões de beleza ocidentais e do racismo.

Além disso, a criação de espaços seguros onde as mulheres negras possam compartilhar suas experiências e receber apoio emocional é crucial. Tais espaços podem ser facilitados por profissionais de saúde mental capacitados para lidar com questões de interseccionalidade e discriminação. Neste contexto, este estudo destacou a complexa relação entre autoconhecimento, aceitação do corpo e satisfação sexual entre mulheres negras, evidenciando como esses aspectos são influenciados por padrões de beleza ocidentais e experiências de racismo. As narrativas das participantes sublinharam a importância de abordagens interseccionais e inclusivas na promoção da saúde sexual e do bem-estar dessas mulheres.

Futuras pesquisas podem explorar com mais profundidade como diferentes contextos culturais

e socioeconômicos influenciam a experiência sexual das mulheres negras, bem como avaliar a eficácia de intervenções específicas destinadas a melhorar a autoestima e a aceitação corporal. Ao promover uma compreensão mais abrangente e empática dessas experiências, espera-se contribuir para a construção de um ambiente mais justo e acolhedor para todas as mulheres.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade\\_\(Feminismos\\_Plurais\)\\_-\\_Carla\\_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359)>. Acesso em 14 mai. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, N. M.; FRANCISCO, M. C. Saúde Mental e Aquilombamento: Diálogos entre a Psicologia Africana e a Psicologia Corporal / Mental Health and Aquilombamento: Dialogues between African Psychology and Body Psychology. **Revista Latino-Americana de Psicologia Corporal**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 82–95, 2021. DOI: 10.14295/rlapc.v8i12.124. Disponível em: <<https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/124>>. Acesso em 4 mai. 2024.

BENTO, O. S. S. E foi então que eu me entendi mulher: o olhar negro feminino sobre a opressão interseccional de gênero, raça e sexualidade. **Revista Crioula**, n. 24, p. 156-166, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/162574>>. Acesso em 14 mai. 2024.

BRAZ, P. H. **A reescrita do corpo negro feminino em “Maréia”, de Miriam Alves**. 2023. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023. Disponível em: <<https://ple.uem.br/pedrodissertacao-final.pdf>>. Acesso em 13 maio. 2024.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/revistas/revista01.pdf>> Acesso em 13 mai. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONZALEZ, L. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

VIANA, A. C.; SANTOS, C.; EZECHIELLO, R. A hipersexualização da mulher negra. **Materializando conhecimentos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <[https://www.redeicm.org.br/maededeus/wp-content/uploads/sites/14/2019/10/A-hipersexualiza%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-negra\\_ok.pdf](https://www.redeicm.org.br/maededeus/wp-content/uploads/sites/14/2019/10/A-hipersexualiza%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-negra_ok.pdf)>. Acesso em 14 mai. 2024.

## 9

**IMPACTOS PSICOLÓGICOS  
SOFRIDOS POR MULHERES  
EM UM RELACIONAMENTO  
ABUSIVO**▶ **Emanuele Gomes Alves**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310067@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Larissa de Fátima Pio Bazilio**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310729@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Maria Eduarda Lomeu Fully Huguinin**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310104@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Millena Marques Pereira Oliveira**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310259@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Laura Reichert Dalcin**

Mestre em Psicologia, Docente no Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
lauradalcin9@gmail.com;

**RESUMO**

Relatar as consequências psicológicas na vida de uma mulher que foi abusada é de extrema importância, pois assim é possível alertar e tirar outras mulheres que passam pela mesma situação. Desse modo, o objetivo deste estudo é descrever as características de um relacionamento abusivo, assim como suas consequências psicológicas na percepção das mulheres que vivenciam tal situação. Para isso, realizou-se uma pesquisa com quatro mulheres que sofreram abusos e buscaram ajuda por meio do programa “Chame a Frida”, na Delegacia da Mulher. Posterior às entrevistas, foi identificado como consequências dos abusos: o medo, insegurança, ansiedade, depressão e isolamento. Através do programa “Chame a Frida” pode-se ter um índice maior de denúncias ajudando essas mulheres para que fiquem mais seguras e longe dos abusos.

**Palavras-chave:** Abuso, Agressão; Consequência, Psicológica, Mulher.

## 9

**PSYCHOLOGICAL IMPACTS  
SUFFERED BY WOMEN IN AN  
ABUSE RELATIONSHIP****ABSTRACT**

Reporting the psychological consequences in the life of a woman who has been abused is of utmost importance, as it raises awareness and can help rescue other women facing similar situations. Thus, the aim of this study is to describe the characteristics of an abusive relationship, as well as its psychological consequences from the perspective of women who have experienced such circumstances. For this purpose, research was conducted with four women who suffered abuse and sought help through the “Call Frida” program at the Women’s Police Station. Following the interviews, the identified consequences of the abuse included fear, insecurity, anxiety, depression, and isolation. Through the Call Frida program, there has been an increase in reports, providing these women with greater safety and protection from further abuse.

**Keywords:** Abuse, Aggression; Consequence, Psychological, Woman.

**1 INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como tema as características e impactos psicológicos de um relacionamento abusivo, buscando reconhecê-los e trazê-los à discussão para que toda mulher que sofre esse tipo de relacionamento se sinta acolhida e, principalmente, compreenda os caminhos que deverão ser trilhados para se preservar de alguma forma. Em algumas situações esse tipo de relação se torna comum, e as pessoas envolvidas, tanto vítima quanto abusador, não compreendem a seriedade da manipulação. De acordo com Carvalho-Barreto *et. al.* (2009) muitos

parceiros tendem a culpar a vítima por seus próprios comportamentos inaceitáveis, causando na mulher um sentimento de culpa pela conduta do companheiro, como se elas fossem as responsáveis e tivessem provocado a violência. A definição de um relacionamento abusivo é clara e ampla.

O conceito de relacionamento abusivo está ligado à violência psicológica, emocional e patrimonial em relações afetivas, podendo destacar ciúmes exacerbado, manipulação, ações que diminuem a autoestima ou autonomia do outro, assim como também a violência sexual e física (Santos; Sanchotene, Vaz, 2019).

É possível entender as violências e os abusos sofridos por mulheres como uma herança histórica. Trata-se de um problema que tem ganhado maior visibilidade atualmente, mas que é antigo e devastador, reflexo de uma sociedade patriarcal, machista e excludente. Durante muito tempo, a mulher era restrita a viver exclusivamente para cuidar dos filhos, do marido e das atividades domésticas, sendo privada do direito de estudar e trabalhar, tornando-se submissa e dependente de seu marido. Esses ensinamentos eram passados para elas desde pequenas, quando eram preparadas para o casamento e para serem a "esposa perfeita". Por questões sociais, o divórcio era considerado uma desonra, não sendo apoiado pelas famílias. Assim, as mulheres eram obrigadas a permanecer no casamento, mesmo enfrentando situações de agressões físicas e psicológicas (Leite; Leite, 2015).

O passado ainda reflete na atualidade, visto que muitas mulheres permanecem em relacionamentos, na maioria das vezes, por serem dependentes de seus parceiros, não terem para onde ir ou por alegarem que suas vidas estão centradas na família. Algumas, por não terem estudo, afirmam não saber fazer nada além de cuidar da casa. Um estudo feito por Da Silva et al. (2023) evidencia um perfil social de mulheres vítimas de violência doméstica. Os autores destacam que 1 em cada 5 mulheres entrevistadas possui ensino médio incompleto, são pardas e vivem em bairros periféricos. Esse perfil demonstra que essas mulheres vivem em um estado de vulnerabilidade social, estando mais sujeitas a se envolverem em relações abusivas, o que não exclui a possibilidade de outras mulheres vivenciarem esse tipo de relação.

Relacionamentos abusivos podem fazer parte da vida de qualquer pessoa, independentemente de orientação de gênero. No entanto, devido à predominância de mulheres que passam por isso, foi escolhido neste estudo delimitar a análise da experiência feminina. Segundo Mascarenhas *et al.* (2020), entre 2011 e 2017 foram notificados 454.984 casos de violência contra mulheres, dos quais 62,4% envolviam VIP (violência por parceiro íntimo). Os tipos de violência mais cometidos foram abusos físicos (86,6%), psicológicos (53,1%) e sexuais (4,8%).

Conforme citado por Mascarenhas et al. (2020), um estudo da Organização Mundial da Saúde, realizado entre 2000 e 2003, em dez países, tanto em zonas rurais quanto urbanas, constatou que de 15% a 71% das mulheres entre 15 e 49 anos já sofreram abusos. No Brasil, de acordo com o mesmo estudo, 36,9% das mulheres na zona rural e 28,9% na zona urbana relataram violência por parte de seus parceiros.

Com a finalidade de proteger o público feminino, foram criados programas governamentais, como o SOS Mulher, focado no apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade (SOS MU-

LHER, 2019). Leis como a Lei Maria da Penha representam marcos históricos na proteção de mulheres vítimas de violência. Além disso, existem Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, que possuem uma central de atendimento funcionando 24 horas por dia, todos os dias da semana, para receber relatos, acolher, informar e orientar mulheres em situação de violência (Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA, 2021).

No entanto, mesmo com leis e programas, o trauma de vivenciar esse tipo de relação pode durar a vida toda, e os impactos psicológicos são diversos. É comum que mulheres enfrentem alguns efeitos ainda durante a relação, mas só percebem que estavam em um relacionamento abusivo após romperem o vínculo com seus parceiros. Isso ocorre, entre outros motivos, porque muitas características desse tipo de relação ainda são desconhecidas por muitas mulheres. Além disso, muitas permanecem em situações de abuso por medo e por não saberem a quem recorrer em busca de ajuda. Essa situação poderia ser evitada com informações que alertassem sobre os sinais desse tipo de relacionamento, suas consequências, a rede de apoio existente e os direitos das mulheres.

Nesse cenário, destaca-se a psicologia como uma grande aliada para quem está descobrindo ou saindo de situações de abuso. Um estudo realizado pela jornalista Isabelle Manzini (2022) ressalta a importância da psicoterapia. É comum que as vítimas sintam medo e vergonha do julgamento e, por isso, não consigam conversar sobre o ocorrido com amigos e familiares. Diante disso, o profissional da psicologia exerce uma função crucial, promovendo um espaço acolhedor e sem julgamentos para a superação do trauma.

Diante do cenário apresentado, o objetivo deste estudo é descrever as características de um relacionamento abusivo, assim como suas consequências psicológicas na percepção das mulheres que vivenciam tal situação. Espera-se, a partir disso, que muitas mulheres possam identificar relações de violência e se empoderem de suas próprias vidas, buscando ajuda e proteção..

## 2 METODOLOGIA

Em consonância ao objetivo proposto, a pesquisa classifica-se como qualitativa e descritiva:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (Gil, 2002, p.42).

Alinhado a esta proposta, como instrumento de coleta de dados utilizou-se de entrevistas semiestruturadas. Na perspectiva de Laville e Dione (1999, p.189) “a entrevista semiestruturada é uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento.”

Deste modo, o roteiro de entrevista foi construído contemplando 17 perguntas. No entanto, foi

dado espaço para que as respondentes contassem suas experiências sem constrangimento ou ordem de respostas.

Para o estabelecimento da amostra, optou-se por entrevistar mulheres que já haviam registrado Boletim de Ocorrência na Delegacia das Mulheres, as quais foram convidadas a participar da pesquisa. Desta forma, a amostra foi estabelecida por conveniência. Este tipo de amostra é:

empregada quando se deseja obter informações de maneira rápida e barata. Segundo Aaker et al., 1995, uma vez que esse procedimento consiste em simplesmente contatar unidades convenientes da amostragem, é possível recrutar respondentes tais como estudantes em sala de aula, mulheres no shopping, alguns amigos e vizinhos, entre outros (Levy; Aaker *et al.*, 1995<sup>1</sup>, *apud* Marotti. *et al.* 2008, p.188).

Os dados coletados foram analisados com base na Análise de Conteúdo conforme estabelecido por Bardin (2016, p. 125)

[...] A Análise de Conteúdo apresenta diferentes fases de análise, a saber: a pré-análise (organização), a exploração do material (codificação, categorização) e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Trata-se, pois, de uma construção social, que deve ser sempre norteada pelo referencial teórico da pesquisa.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DE AMOSTRA

inicialmente, com o intuito de compreender o contexto de violência contra mulheres em um município do estado de Minas Gerais e região próxima, foram analisados os dados compilados pela Polícia Civil da cidade, por meio dos boletins de ocorrência. A partir daí, foram selecionadas mulheres que aceitaram participar do estudo.

No segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes perfis, tendo como condição única ter vivido um relacionamento abusivo. Os dados secundários foram coletados por meio do programa Chame a Frida, institucionalizado em 4 de maio de 2022. Nesse programa, as mulheres podem enviar mensagens por meio de um chatbot no WhatsApp, iniciando uma conversa automática, pré-programada, sobre as violências vividas por elas. O serviço oferece acolhimento e esclarecimento de questões. É possível também marcar um horário na delegacia para realizar exame de corpo de delito, obter informações sobre a Lei Maria da Penha, medidas preventivas, entre outros. Trata-se de um serviço que funciona 24 horas por dia, à disposição das vítimas (Agência Minas, 2023).

As entrevistas foram realizadas na Delegacia da Mulher, em uma sala reservada, para garantir a confidencialidade dos relatos das vítimas. As entrevistadas receberam nomes fictícios, inspirados em flores, que foram: Margarida, Girassol, Orquídea e Flor de Liz. Margarida é uma mulher branca, de 29 anos, mora na zona rural, é empresária, tem renda em torno de um salário mínimo, não tem filhos e está em um relacionamento há 13 anos. Girassol é parda, tem 60 anos, mora em um bairro periférico, é doméstica, não possui renda, não concluiu o ensino médio e tem 2 filhos. A res-

1 Aaker D; Kumar V; Day GS. Marketing research. Hboken, NJ: Wiley, 1995.

pondente Orquídea é parda, tem 41 anos, mora em um bairro periférico, concluiu o ensino médio, possui renda variável entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00, tem 1 filho e está em um relacionamento há 22 anos. Já a última entrevistada, Flor de Liz, é parda, desempregada, tem 18 anos, ensino médio completo, renda de R\$ 1.500,00 referente à pensão alimentícia e é solteira.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a entrevista, foi possível verificar que a entrevistada Margarida não sofreu agressões físicas, mas passou por agressões verbais e ameaças, que ocorriam quando seu parceiro fazia uso de álcool e drogas. A entrevistada Girassol sofreu diversas agressões físicas e psicológicas, além de ameaças e perseguições, inclusive após o término do relacionamento. As agressões geralmente aconteciam quando seu parceiro fazia uso de álcool e drogas, chegando a ameaçá-la diversas vezes com uma arma branca.

A entrevistada Orquídea relatou ter sofrido agressões físicas e psicológicas, além de manipulação. Seu parceiro, entretanto, não fazia uso de álcool e drogas. Já a entrevistada Flor de Liz, filha de Orquídea, relatou sofrer agressões físicas e psicológicas por parte dos pais. Durante a entrevista, apresentou respostas contraditórias em relação às declarações de sua mãe, demonstrando estar confusa, o que dificultou a obtenção de completa precisão em suas respostas.

<b>Consequências Psicológicas</b>	
Margarida	medo, insegurança, solidão, sobrecarregada.
Girassol	medo, depressão, ansiedade, solidão.
Orquídea	medo, insegurança, depressão, ansiedade, afastamento da família.
Flor de Liz	depressão, solidão, pensamentos suicidas

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

De acordo com os dados do Chame a Frida, em 2021 foram registrados 29 boletins, dos quais 77,5% resultaram em prejuízos emocionais e psicológicos. Em 2022, o número de boletins aumentou para 485, com 81,1% apresentando prejuízos emocionais e psicológicos. A partir desses dados, é possível perceber que as principais consequências psicológicas sofridas por essas mulheres são medo, insegurança, depressão, ansiedade e solidão. A insegurança, que atingiu todas as mulheres entrevistadas, pode ser gerada pelos julgamentos de seus parceiros e pelo sentimento de incapacidade de manter um relacionamento.

A análise dos dados de estudos realizados por Ferreira et al. (2021) encontrou traços de personalidade comuns em mulheres vítimas de relacionamentos abusivos. Os traços mais citados foram: insegurança, ansiedade, depressão, personalidade dependente, esquizoide e disfunções sexuais. Esses dados coincidem com os achados desta pesquisa. Os relatos das mulheres entrevistadas levam à compreensão de que esses não são fatos isolados, mas características frequentes dessa parcela

da população. É importante ressaltar que esses traços podem também levar à permanência ou ao retorno a esses relacionamentos, por gerarem um estado de vulnerabilidade.

A maioria dos parceiros estava alcoolizada durante as agressões. O uso excessivo de entorpecentes pode ocasionar as agressões, conforme aponta o artigo “Álcool e Violência Doméstica: Efeitos e Dramas”. Quando alcoolizados, a agressividade dos parceiros aumenta, sendo o álcool um fator impulsionador para a ocorrência da violência doméstica (Rosa, 2017, p. 18).

Assim como ocorreu com as quatro entrevistadas, 69,4% das ocorrências em 2022 tiveram como local a casa da vítima. Entre as entrevistadas, três estavam em casamento ou união estável, em paralelo aos dados coletados em 2021, que indicaram que essa parcela correspondia a 59,64% do total de casos. Os outros 40,36% incluíam os seguintes estados civis: solteiro, divorciado, viúvo, não declarado e separado judicialmente (Agência Minas, 2023).

Estudos realizados por Rosa (2012) apud Deek e Muner (2021) abordam que "a quebra do casamento dos pais é um evento traumático que irá despertar nos filhos sentimentos de culpa, abandono, ansiedade, entre outros problemas". A separação dos pais abala de forma significativa o psicológico dos filhos, gerando consequências problemáticas. Nos dados obtidos na entrevista de Flor de Liz, filha de Orquídea, é notório o quanto os filhos acabam sendo prejudicados e permanecem em estado de sofrimento por crescerem em um lar onde os pais vivenciam uma relação abusiva. O trauma não é apenas vicário, ou seja, decorrente do testemunho; ele também afeta diretamente aqueles que convivem nesse contexto de brigas, agressões e separação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados expostos, conclui-se que a violência doméstica afeta muitas mulheres no contexto atual, trazendo diversos danos psicológicos e traumas que podem interferir em vários aspectos de suas vidas, muitas vezes impedindo que elas possam seguir em frente. Entre as consequências psicológicas identificadas nos relatos das entrevistadas deste estudo, pode-se citar medo, insegurança, humor deprimido, ansiedade e solidão.

Foi identificado que, mesmo após realizarem a denúncia e com o término do relacionamento, os agressores continuam perseguindo as vítimas, o que coloca a vida das mulheres em risco. Esse fator evidencia a ineficácia de algumas leis e programas propostos, podendo levar as mulheres a não denunciarem a violência.

Por fim, pretende-se com este trabalho alcançar mulheres que estão enfrentando relacionamentos abusivos, para que elas possam identificar a situação que estão vivendo, reconhecer a gravidade e acionar a rede de apoio existente, denunciando as violências vividas.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA MINAS. **Combate à violência doméstica: “Chame a Frida” chega a 50 municípios**. Disponível em: <<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/combate-a-violencia-domestica-chame-a-frida-chega-a-50-municipios>>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CARVALHO-BARRETO, A.de; *et al.* Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, p. 86-92, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/XPZGs-DBKqMdVY8hbV8jzRWx/?lang=pt&format=html>>. Acesso em 14 Out.2023.
- DA SILVA, S. C. M.; DA SILVA, V. A. A.; HANNA, L. M. Os Danos Psicológicos Causados Pela Violência Doméstica Contra a Mulher. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 4, p. 338-351, 2023. Disponível em: <<https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/385>>. Acesso em 10 Out.2023.
- DEEKE, C. B.; MUNER, L. C. A Síndrome da Alienação Parental e as consequências psicológicas nos filhos. **Revista Cathedral**, v. 3, n. 1, p. 79-90, 2021. Disponível em: <<http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/286>>. Acesso em 05 Set. 2023.
- FERREIRA, G. C.; OLIVEIRA, M. L. S. D.; MOREIRA, T. V. E. Características de mulheres no relacionamento abusivo. 2021. Disponível em: <<https://www.rincon061.org/bitstream/ae/18676/1/CARACTER%C3%8DSTICAS%20DE%20MULHERES%20NO%20RELACIONAMENTO%20ABUSIVO.pdf>>. Acesso em 09 Out. 2023.
- FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conheça as leis e os serviços que protegem as mulheres vítimas de violência de gênero**. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/conheca-leis-e-os-servicos-que-protectem-mulheres-vitimas-de-violencia-de-genero>>. Acesso em: 14 out. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAVILLE, C.; DIONE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEITE, R. M.; LEITE, S. R. M.. A violência contra a mulher: herança histórica e reflexo das influências culturais e religiosas. **Revista Direito & Dialogicidade**, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/959>>. Acesso em 14 Out. 2023.
- MANZINI, I. Os Traumas Deixado por uma Relação Abusiva. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/mulher/os-traumas-deixados-por-uma-relacao-abusiva/>>. Acesso em: 14 Out. 2023.
- MAROTTI, J. *et al.* Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 186-194, 2008.
- MASCARENHAS, M. D. M., TOMAZ, G. R., MENEZES, G. M. S. D., RODRIGUES, M. T. P., PEREIRA, V. O. D. M., CORASSA, R. B. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/vngYfCPbvZ-ZD5nLtBtYxQ3p/>>. Acesso em 09 Out. 2023.

ROSA, C. R. O Álcool e a Violência Doméstica: Efeitos e Dramas. **Virtuajus**, v. 2, n. 2, p. 243-269, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/15099?source=/index.php/virtuajus/article/view/15099>>. Acesso em 09 Out. 2023.

SANTOS, A.; SANCHOTENE, N.; VAZ, P. A invenção do relacionamento abusivo: sofrimento e sentido nas relações amorosas ontem e hoje. **LÍBERO**, n. 44, p. 122-135, 2019. Disponível em: <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1072>>. Acesso em 14 Out. 2023.

SOS Mulher. Disponível em: <<https://www.sosmulher.sp.gov.br/#sobre>>. Acesso em; 13 de out.2023.

## 10

**INVISIBILIDADE: UMA  
VISÃO FEMININA SOBRE SEU  
TRABALHO DE CUIDADO  
DESVELADO NO AMBIENTE  
FAMILIAR E PROFISSIONAL**

- ▶ **Larissa Aparecida Silveira Neto**  
Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310129@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Marco Antônio Aleixo Oliveira Silva**  
Bacharelado em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310178@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Rafael Gomes Fonseca**  
Bacharelado em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310527@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Ryan Gabriel Gouvea Silva**  
Bacharelado em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310286@sempre.unifacig.edu.br
- ▶ **Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio**  
Mestre em Hemoterapia, Docente no Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
thiara@sempre.unifacig.edu.br

**RESUMO**

O presente trabalho corresponde a uma pesquisa descritiva a partir de um estudo de caso realizado em uma unidade de serviço especializado em hemoterapia por meio de um grupo focal com mulheres que participam do quadro profissional. A amostragem se determinou-se por conveniência. A análise de dados deu-se por uma estratégia qualitativa utilizando-se a Análise de Conteúdo. O objetivo geral caracterizou-se em observar as percepções das mulheres em relação ao seu trabalho de cuidado, tanto no âmbito familiar quanto profissional. O alcance deste estudo ocorreu a partir da contribuição destas mulheres que abertamente falaram sobre questões que as incomodam, fragilizam e as fortificam. É de suma importância destacar a necessidade de uma mudança estrutural e cultural para anuir e apreciar o trabalho de cuidado das mulheres.

**Palavras-chave:** cuidado, invisibilidade, mulher, reconhecimento.

# 10

## INVISIBILITY: A FEMALE VIEW OF THEIR CARE WORK REVEALED IN THE MPORT AND PROFESSIONAL ENVIRONMENT

### ABSTRACT

This paper presents a descriptive research study based on a case study conducted at a specialized hemotherapy service unit, using a focus group with women from the professional staff. The sampling was determined by convenience. Data analysis followed a qualitative strategy through Content Analysis. The main objective was to examine the women's perceptions of their caregiving roles, both in their professional and family spheres. The study was enriched by the participants' open discussions about issues that concern, weaken, and empower them. It is essential to emphasize the need for structural and cultural changes to acknowledge and value women's caregiving work..

**Keywords:** care, invisibility, woman, recognition.

### 1 INTRODUÇÃO

O trabalho das mulheres na sociedade é visto de forma incoerente diante dos serviços por elas prestados. Percebe-se tal alienação no âmbito familiar e profissional, que, por muitas vezes, culmina na desvalorização do trabalho feminino. De acordo com Emídio e Castro (2021), ao discutirem sobre sua rotina de trabalho e sobre como conquistaram seu espaço nesse contexto, as mulheres comentam sobre a diferenciação do olhar social em relação à carreira de homens e mulheres, evidenciando a dificuldade de operar em uma profissão, mesmo que socialmente considerada feminina, e os desafios de adotar uma postura mais incisiva perante as relações de trabalho e gênero. Outro fator que demonstra tal desvalorização é a diferença nos salários femininos e masculinos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), a diferença de remuneração é de 23%, ou seja, a mulher brasileira, em média, ganha 78% do que

um homem recebe.

Segundo Casimiro, Kreuz e Viana (2020), os homens recebem mais que as mulheres, mas, em média, elas têm maior formação. Contudo, as mulheres têm menores valores na aposentadoria, e a escassez de vagas em creches é um fator que dificulta a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Seguindo o tema da maternidade, é inevitável considerar as demandas sociais relacionadas ao papel de mãe e a necessidade de conciliar o trabalho doméstico com o “profissional”.

De acordo com Fiorin, Oliveira e Dias (2014), observa-se uma relação de inversão entre o número de filhos e a dedicação à carreira profissional, de maneira que os filhos são apontados como empecilhos às atividades profissionais das mulheres. Contudo, simultaneamente, a maioria delas descreve que o fato de conceber um filho é uma experiência única e de autossatisfação, enfatizando os temas agir, cuidar e zelar. Portanto, entende-se que o contexto sócio-histórico tem grande peso sobre tais decisões, das quais surgem as diferenças entre os trabalhos atribuídos aos gêneros.

A presença dos homens no cenário formal de trabalho brasileiro foi dominante nos mais diversos setores por muitos anos. Com o passar do tempo, as mulheres conquistaram seu espaço no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, assumindo cargos importantíssimos, como, por exemplo, na área da saúde. Portanto, é inestimável a importância do trabalho feminino, pois ele reflete competências inerentes às mulheres, exercidas com muita maestria, talento e dedicação. As mulheres são capazes não só de exercer o trabalho, mas também de trazer diversidade e acolhimento, proporcionando, dessa forma, um ambiente mais humanizado.

De acordo com Wegner e Pedro (2010), a mulher é considerada a principal “cuidadora” e desempenha múltiplos papéis no contexto familiar, uma atribuição gerada culturalmente e que se estende aos âmbitos profissionais. Contudo, é necessário compreender que não há nenhum determinismo nas funções atribuídas ao gênero, mas sim um constructo social.

Sob esta ótica, este trabalho tem como objetivo geral observar as percepções das mulheres em relação ao seu trabalho de cuidado, tanto no âmbito familiar quanto profissional, visando compreender os desafios, as estratégias adotadas e as possíveis implicações para a saúde e o bem-estar, a fim de promover uma reflexão sobre a distribuição equitativa das responsabilidades de cuidado.

Quanto aos objetivos específicos, buscou-se identificar as principais atividades de cuidado desempenhadas por mulheres no contexto familiar e profissional; analisar as percepções das mulheres sobre a distribuição de responsabilidades de cuidado entre os gêneros e as influências dessas percepções em suas vidas cotidianas; e examinar os desafios enfrentados pelas mulheres ao conciliar o trabalho de cuidado no âmbito doméstico com as demandas do trabalho profissional.

A justificativa para este estudo baseia-se na necessidade de compreender como as mulheres experienciam e gerenciam suas responsabilidades de cuidado, bem como suas emoções, tanto em casa quanto no trabalho.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo corresponde a uma pesquisa descritiva. Para Prodanov e Freitas (2013), tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Sendo assim, procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas e relações com outros fatos. Para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação.

Como técnica de pesquisa, realizou-se um estudo de caso em uma unidade de serviço especializado em hemoterapia da Zona da Mata de Minas Gerais. Gil (2002) relata que o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Os instrumentos de coleta de dados foram um questionário sociodemográfico para caracterização da amostra em estudo e uma entrevista conjunta dialogada com nove mulheres que participam do quadro de profissionais do ambiente estudado. Esta entrevista é denominada grupo focal. De acordo com Backes et al. (2011), o campo da pesquisa qualitativa se constitui de diversas possibilidades metodológicas, as quais permitem um processo dinâmico de aderência a novas formas de coleta e de análise de dados. Dentre essas possibilidades, o grupo focal representa uma técnica de coleta de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, uma técnica robusta e sistemática que permite a interpretação objetiva de dados textuais (Bardin, 2016). Segundo Bardin (2016), a Análise de Conteúdo envolve a codificação dos dados em categorias que representem conceitos-chave, possibilitando uma compreensão profunda e detalhada do material estudado. Essa técnica facilita a organização e a síntese das informações, proporcionando uma base sólida para as conclusões e recomendações derivadas da pesquisa.

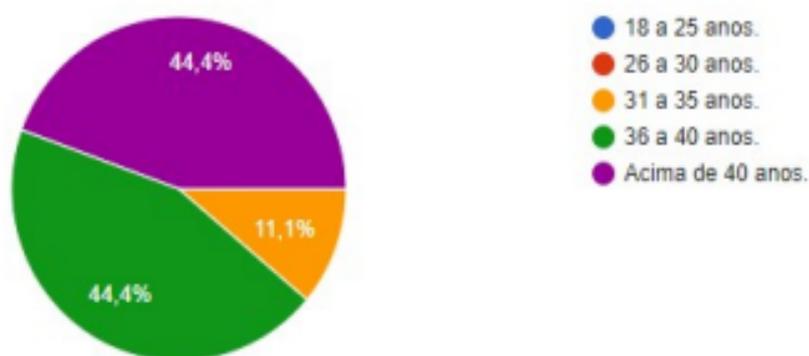
A amostra para este trabalho deu-se por conveniência. Gil (2002) indica que este constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem, sendo destituído de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. A discussão grupal permitiu e fomentou a interação entre pesquisadores e participantes diante da temática proposta..

## 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

O questionário sociodemográfico elaborado pelos pesquisadores foi composto por vinte perguntas e permitiu a caracterização da amostra deste trabalho. Nove mulheres participaram deste grupo focal. Todas fazem parte do quadro profissional do ambiente pesquisado, sendo três enfer-

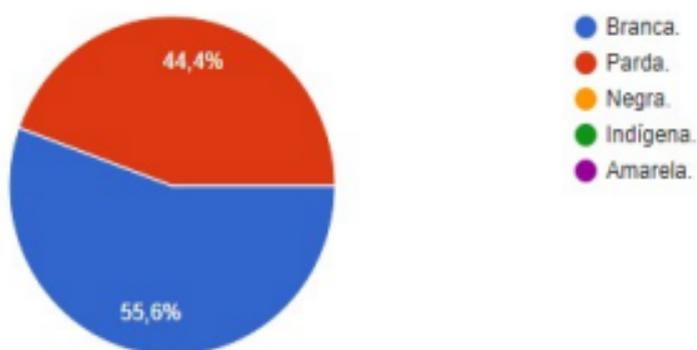
meiras, três técnicas de enfermagem, duas técnicas em patologia clínica e uma copeira. O tempo de profissão acumulado varia entre 12 e 31 anos. As cargas horárias semanais variam entre 6 e 56 horas. Os gráficos enumerados entre 1 e 16 correspondem às respostas dadas pelas participantes no preenchimento do questionário. As respostas foram coletadas de forma anônima e por livre desejo de participação pelas envolvidas.

**Gráfico 1 – Faixa etária**



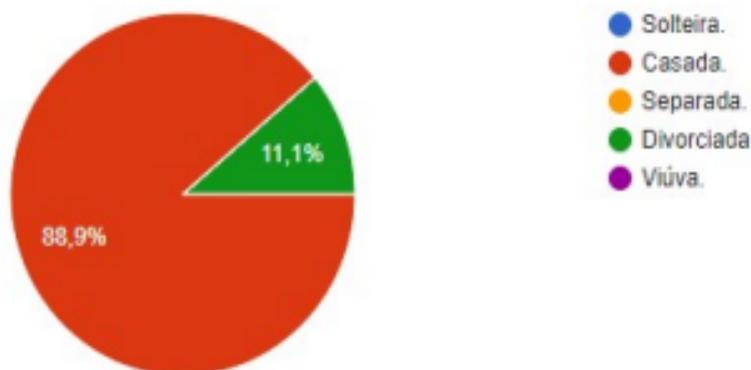
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

**Gráfico 2 – Raça**



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

**Gráfico 3 – Estado civil**

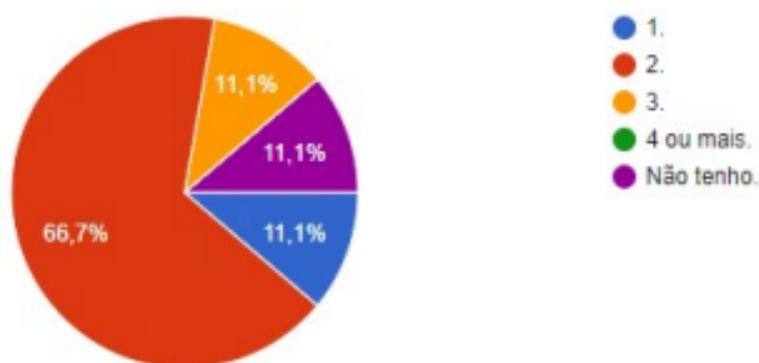


Fonte: Dados da pesquisa (2023) .

Com um total de nove participantes, a amostra foi composta exclusivamente por mulheres, sendo 44,4% com mais de 40 anos, 44,4% entre 36 e 40 anos, e 11,1% entre 31 e 35 anos. A distribuição étnica incluiu 44,4% de mulheres pardas e 55,6% brancas, e a maioria (88,9%) das participantes eram casadas, com apenas 11,1% divorciadas.

A distribuição étnica das participantes merece atenção, estudos como o de Collins (2000) indicam que mulheres de diferentes etnias podem enfrentar desafios distintos, exacerbados por questões de interseccionalidade. No caso das mulheres pardas da amostra, pode haver uma sobreposição de discriminações que amplifica a invisibilidade e a desvalorização do trabalho de cuidado.

**Gráfico 4** – Número de filhos

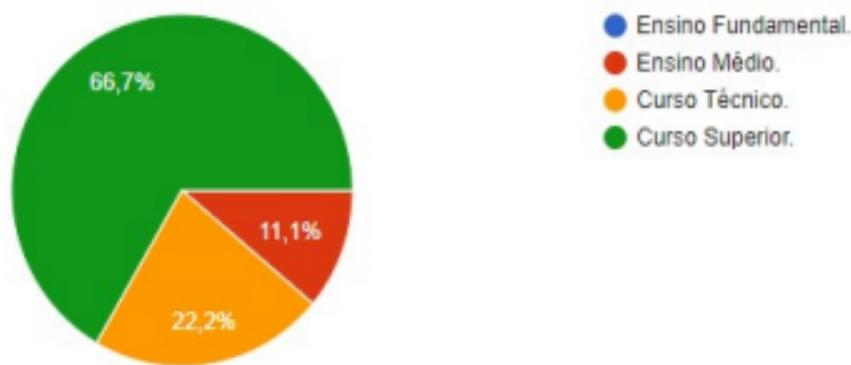


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O número de filhos também desempenha um papel crucial na distribuição do trabalho de cuidado. As mulheres com dois filhos, que representam 66,7% da amostra, provavelmente enfrentam uma carga significativa, equilibrando cuidados infantis com responsabilidades profissionais. A literatura, como a de Duffy, Armenia e Stacy (2015), sugere que a quantidade de trabalho de cuidado aumenta com o número de filhos, o que pode levar ao esgotamento e à sensação de invisibilidade, especialmente quando essas tarefas não são reconhecidas ou valorizadas.

Para as participantes com três filhos, que correspondem a 11,1% da amostra, o desafio é ainda maior, pois a carga de trabalho de cuidado é amplificada. Por outro lado, as mulheres sem filhos (11,1%) podem enfrentar uma invisibilidade diferente, onde suas contribuições em ambientes de cuidado, seja em casa ou no trabalho, podem ser subestimadas ou ignoradas, conforme explorado por Ray e Roscigno (2020).

Gráfico 5 – Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

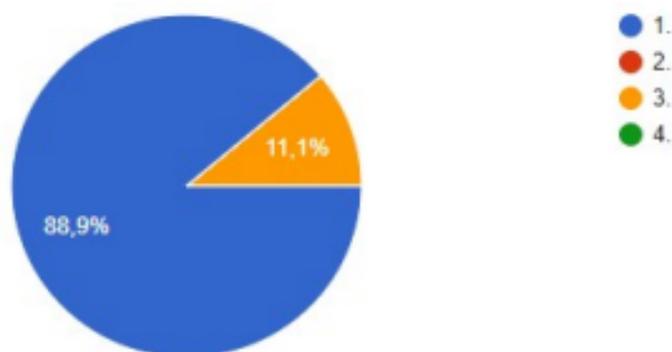
A escolaridade das participantes da pesquisa fornece uma camada adicional de complexidade na análise das experiências relacionadas ao trabalho de cuidado. A amostra inclui 66,7% de mulheres com curso superior, 11,1% com ensino médio e 22,2% com curso técnico.

A escolaridade desempenha um papel significativo na forma como as mulheres experienciam e gerenciam o trabalho de cuidado. Estudos como o de England (2005) sugerem que níveis mais altos de educação estão frequentemente associados a maior consciência e articulação das desigualdades de gênero, incluindo a divisão do trabalho de cuidado. As mulheres com curso superior, que compõem a maioria da nossa amostra (66,7%), podem ter maior acesso a recursos e redes de apoio que facilitam o equilíbrio entre responsabilidades profissionais e domésticas. No entanto, isso não elimina necessariamente a sensação de invisibilidade ou desvalorização, especialmente se essas mulheres enfrentarem pressões para cumprir com expectativas tradicionais de gênero.

Para as mulheres com ensino médio (11,1%) e curso técnico (22,2%), as experiências podem variar. Embora a formação técnica possa fornecer habilidades específicas que aumentam a empregabilidade e a capacidade de negociar melhores condições de trabalho, a literatura indica que essas mulheres ainda podem enfrentar barreiras significativas no mercado de trabalho. Por exemplo, um estudo de Misra, Lundquist e Moller (2020) destaca que, apesar de possuírem qualificações, as mulheres frequentemente encontram obstáculos estruturais, como disparidades salariais e falta de oportunidades de ascensão, que são exacerbados para aquelas em posições técnicas ou com menor nível educacional.

A relação entre escolaridade e a carga de trabalho de cuidado também é complexa. Mulheres com níveis mais altos de educação podem ter mais facilidade em acessar serviços de cuidado pagos, como creches e babás, aliviando a carga pessoal de cuidado. No entanto, a realidade econômica e social muitas vezes limita o acesso a esses recursos, especialmente para as mulheres que trabalham em setores menos remunerados ou que enfrentam discriminação no trabalho, como apontado por Duffy, Almeida e Stacey (2015).

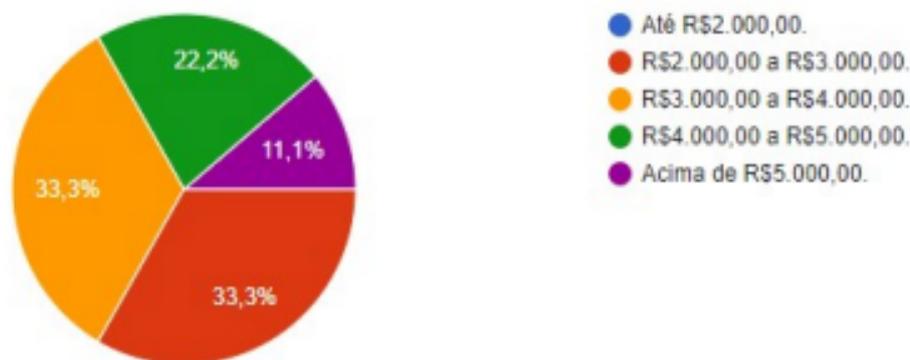
**Gráfico 6** – Número de atividades remuneradas fixas



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A pesquisa revelou que 88,9% das participantes têm uma ocupação fixa, enquanto 11,1% possuem três ocupações. A presença de múltiplas atividades remuneradas pode indicar uma necessidade de complementar a renda, refletindo as desigualdades econômicas que muitas mulheres enfrentam. Estudos, como o de Bianchi *et al.* (2012), mostram que mulheres que assumem várias atividades remuneradas frequentemente enfrentam uma sobrecarga significativa, o que pode amplificar a sensação de invisibilidade no trabalho de cuidado, uma vez que o tempo dedicado ao trabalho remunerado reduz o tempo disponível para o cuidado familiar.

**Gráfico 7** – Faixa de renda mensal individual



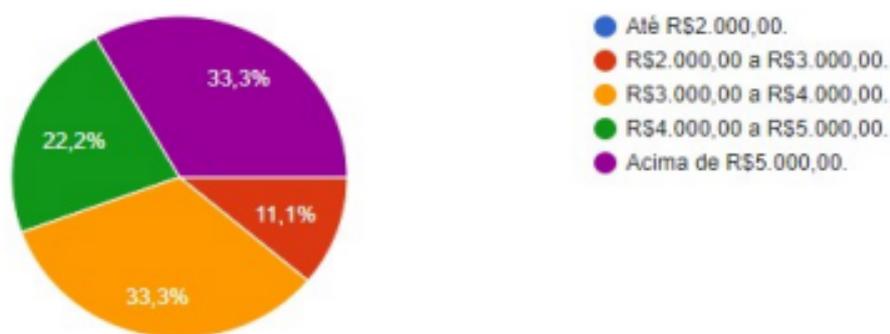
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A distribuição da renda individual das participantes da pesquisa mostra uma variação significativa. Entre as participantes, 11,1% recebem uma renda superior a R\$ 5.000,00. Já 22,2% têm uma renda que varia entre R\$ 4.000,00 e R\$ 5.000,00. Um terço das participantes (33,3%) recebe entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00; e outra parcela equivalente (33,3%) ganha entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00. Essa diversidade na renda individual reflete diferentes níveis de acesso a recursos

financeiros e pode influenciar diretamente as condições e experiências relacionadas ao trabalho de cuidado.

Esses dados indicam uma faixa de renda que varia de média a baixa, com a maioria das participantes recebendo entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00. Estudos como o de England (2005) sugerem que a renda pode impactar a capacidade de contratar serviços de cuidado, o que, por sua vez, pode afetar a carga de trabalho de cuidado que as mulheres gerenciam. Mulheres com rendas mais baixas podem ter menos acesso a recursos que poderiam aliviar a carga de cuidado, tornando-as mais suscetíveis a sentir a invisibilidade e a desvalorização de seu trabalho de cuidado.

**Gráfico 8** – Faixa de renda mensal familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A distribuição da renda familiar das participantes da pesquisa revela uma variação considerável. Entre elas, 33,3% possuem uma renda familiar superior a R\$ 5.000,00. Outras 22,2% têm uma renda familiar que varia entre R\$ 4.000,00 e R\$ 5.000,00. Um terço das participantes (33,3%) conta com uma renda familiar entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00; enquanto 11,1% têm uma renda familiar que fica entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00. Esses dados destacam as diferenças econômicas entre as participantes e refletem como a capacidade financeira da família pode impactar a gestão das responsabilidades de cuidado e a percepção desse trabalho.

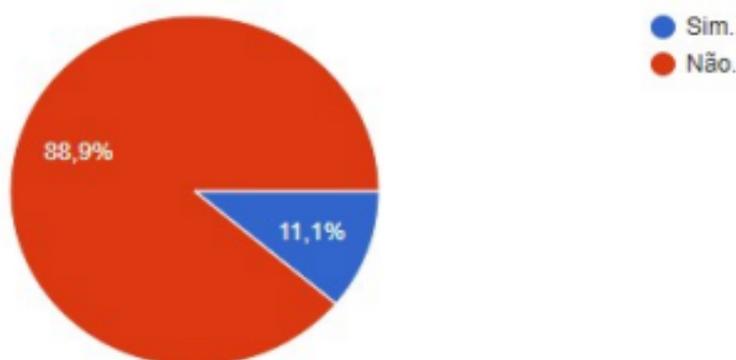
A renda familiar reflete a capacidade econômica total do lar, influenciando diretamente a capacidade de delegar ou compartilhar responsabilidades de cuidado. Mulheres em famílias com rendas mais altas (acima de R\$ 5.000,00) podem ter mais flexibilidade para buscar serviços de apoio ao cuidado, enquanto aquelas em famílias com rendas mais baixas enfrentam desafios maiores na conciliação entre trabalho e cuidado. Estudo de Duffy, Armenia e Stacey (2005) indica que a renda familiar pode afetar a qualidade e a quantidade de suporte disponível para o trabalho de cuidado, afetando a percepção e a valorização desse trabalho.

**Gráfico 9** – Contribuição nas despesas da casa



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

**Gráfico 10** – Responsabilidade única pelas despesas da casa



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

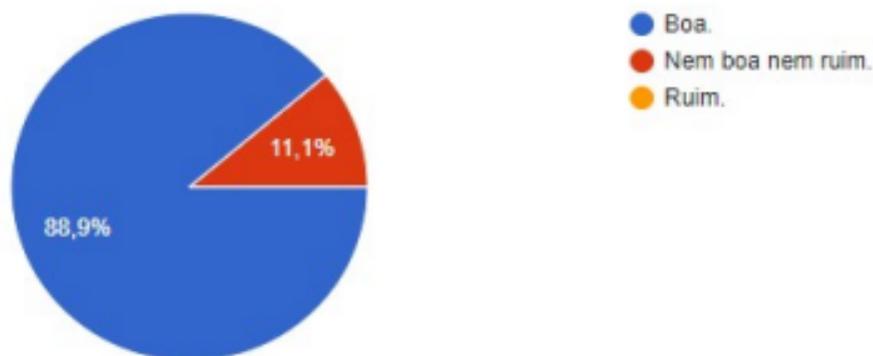
A escolaridade das participantes da pesquisa fornece uma camada adicional de complexidade na análise das experiências relacionadas ao trabalho de cuidado. A amostra inclui 66,7% de mulheres com curso superior, 11,1% com ensino médio e 22,2% com curso técnico.

A escolaridade desempenha um papel significativo na forma como as mulheres experienciam e gerenciam o trabalho de cuidado. Estudos como o de England (2005) sugerem que níveis mais altos de educação estão frequentemente associados a maior consciência e articulação das desigualdades de gênero, incluindo a divisão do trabalho de cuidado. As mulheres com curso superior, que compõem a maioria da nossa amostra (66,7%), podem ter maior acesso a recursos e redes de apoio que facilitam o equilíbrio entre responsabilidades profissionais e domésticas. No entanto, isso não elimina necessariamente a sensação de invisibilidade ou desvalorização, especialmente se essas mulheres enfrentarem pressões para cumprir com expectativas tradicionais de gênero.

Para as mulheres com ensino médio (11,1%) e curso técnico (22,2%), as experiências podem variar. Embora a formação técnica possa fornecer habilidades específicas que aumentam a empregabilidade e a capacidade de negociar melhores condições de trabalho, a literatura indica que essas mulheres ainda podem enfrentar barreiras significativas no mercado de trabalho. Por exemplo, um estudo de Misra, Lundquist e Moller (2020) destaca que, apesar de possuírem qualificações, as mulheres frequentemente encontram obstáculos estruturais, como disparidades salariais e falta de oportunidades de ascensão, que são exacerbados para aquelas em posições técnicas ou com menor nível educacional.

A relação entre escolaridade e a carga de trabalho de cuidado também é complexa. Mulheres com níveis mais altos de educação podem ter mais facilidade em acessar serviços de cuidado pagos, como creches e babás, aliviando a carga pessoal de cuidado. No entanto, a realidade econômica e social muitas vezes limita o acesso a esses recursos, especialmente para as mulheres que trabalham em setores menos remunerados ou que enfrentam discriminação no trabalho, como apontado por Duffy, Almeida e Stacey (2015).

**Gráfico 11** – Qualidade de saúde física

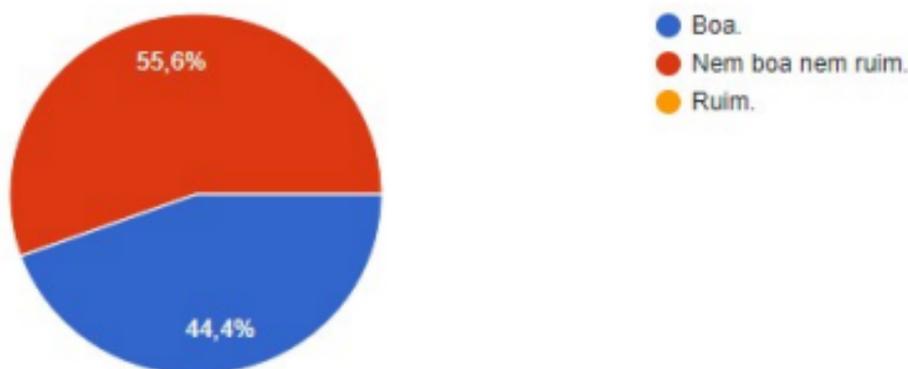


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os dados revelam que 88,9% das participantes classificam sua saúde física como boa. Essa classificação sugere que, em geral, as mulheres da amostra se sentem fisicamente saudáveis e capazes de enfrentar as demandas do dia a dia. No entanto, é importante considerar que a saúde física pode ser apenas um aspecto da saúde global e que uma avaliação positiva não necessariamente reflete a ausência de estresse ou sobrecarga relacionada ao trabalho de cuidado.

A boa saúde física pode estar associada à capacidade das participantes de gerenciar suas responsabilidades de cuidado e trabalho de maneira eficaz. Entretanto, mesmo com uma avaliação positiva da saúde física, a carga adicional de trabalho de cuidado pode ainda impactar o bem-estar geral e a percepção de equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Estudos como os de Duffy, Armenia e Stacey (2005) destacam que o trabalho de cuidado não remunerado, apesar de não impactar imediatamente a saúde física, pode contribuir para o estresse e o esgotamento ao longo do tempo.

**Gráfico 12** – Qualidade de saúde mental



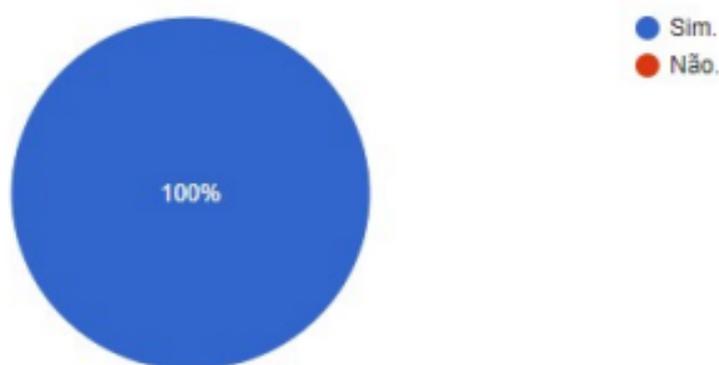
Fonte: Dados da pesquisa, (2023)

Em relação à saúde mental, 55,6% das participantes classificam-na como “nem boa nem ruim”, enquanto 44,4% a avaliam como boa. Essa distribuição indica que há uma percepção variada sobre o estado da saúde mental entre as participantes.

A avaliação de saúde mental como “nem boa nem ruim” sugere uma experiência de equilíbrio relativo ou uma sensação de estagnação, onde as participantes podem não estar enfrentando problemas graves, mas também não se sentem plenamente satisfeitas ou realizadas. Estudos conduzidos por England (2005) e Duffy, Armenia e Stacey (2015) mostram que a carga de trabalho de cuidado pode afetar significativamente a saúde mental das mulheres, contribuindo para sentimentos de estresse e sobrecarga, mesmo que não se manifestem em problemas graves de saúde mental.

Por outro lado, a avaliação de saúde mental como boa, feita por 44,4% das participantes, pode refletir uma capacidade de encontrar satisfação e bem-estar apesar das responsabilidades de cuidado. Isso pode ser indicativo de estratégias eficazes de gerenciamento de estresse e apoio social que ajudam a manter um estado positivo de saúde mental..

**Gráfico 13** – Responsabilidade única sobre as atividades domésticas



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

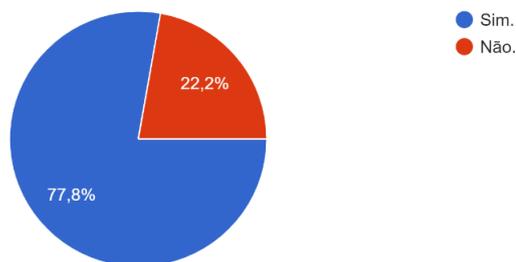
Os dados indicam que 100% das participantes se consideram como as únicas responsáveis pelas atividades domésticas. Essa situação revela uma sobrecarga significativa, uma vez que todas as tarefas domésticas, que incluem limpeza, organização, cuidado com a família e outras responsabilidades relacionadas, são assumidas exclusivamente por essas mulheres.

Esse achado destaca uma preocupação importante: a carga de trabalho doméstico pode impactar diretamente a capacidade das mulheres de equilibrar suas responsabilidades profissionais e pessoais, além de contribuir para uma sensação de invisibilidade e desvalorização do trabalho de cuidado. De acordo com estudos como o de Hochschild e Machung (2012), a responsabilidade desproporcional pelo trabalho doméstico pode levar a um esgotamento significativo e afetar o bem-estar geral das mulheres.

**Gráfico 14** – Presença de auxílio de outras pessoas nas atividades domésticas

Alguém ajuda na realização das tarefas domésticas?

9 respostas

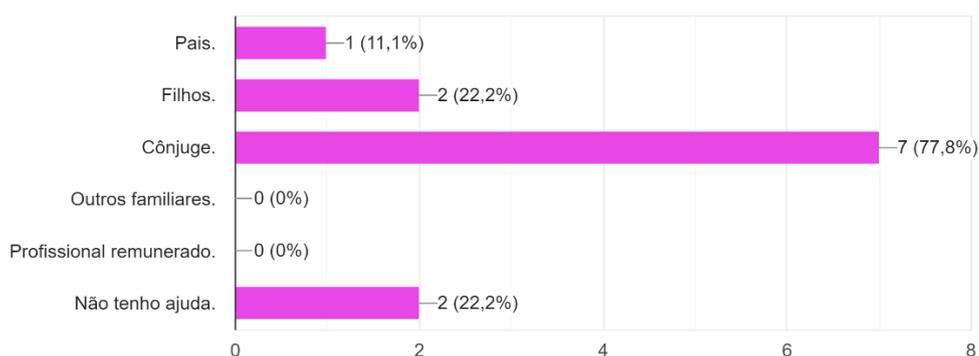


Fonte: Dados da pesquisa, (2023)

**Gráfico 15** – Pessoas que auxiliam nas atividades domésticas

Quem ajuda nas atividades domésticas?

9 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

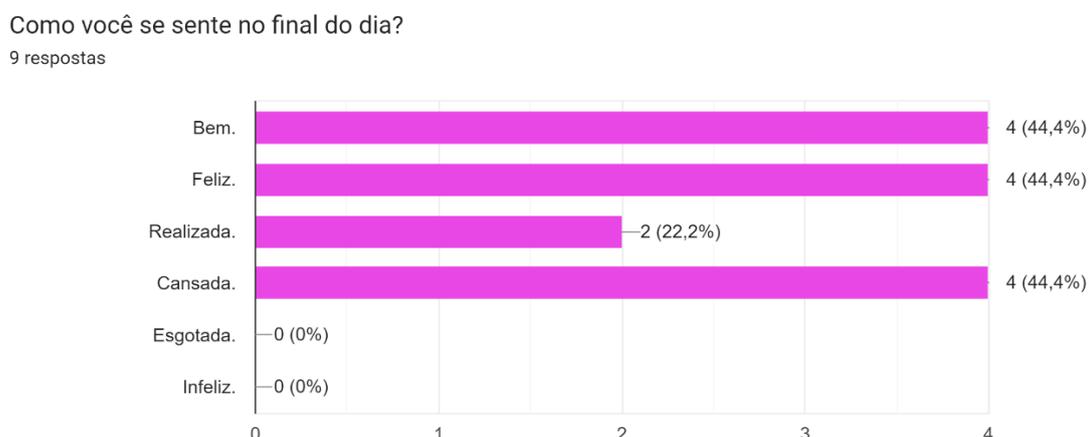
Em relação ao auxílio nas atividades domésticas, 77,8% das participantes afirmam que recebem algum tipo de ajuda, enquanto 22,2% não recebem nenhum auxílio. Esse dado sugere que, embora a maioria das mulheres conte com algum suporte, a extensão e a eficácia desse auxílio podem variar amplamente.

Para as participantes que recebem ajuda, essa assistência pode aliviar parcialmente a carga de trabalho doméstico, mas a responsabilidade continua predominantemente nas mãos das mulheres. Estudos como o de Craig e Mullan (2011) indicam que, mesmo quando há suporte, a responsabilidade principal frequentemente recai sobre as mulheres, o que pode continuar a gerar uma sensação de sobrecarga e falta de reconhecimento.

Por outro lado, as participantes que não recebem auxílio enfrentam uma carga ainda maior, o que pode intensificar o impacto negativo sobre sua saúde mental e física. A falta de suporte pode contribuir para uma maior sensação de isolamento e estresse, refletindo as descobertas de Duffy,

Armenia e Stacey (2005), que mostram como a ausência de ajuda externa pode exacerbar a sensação de desvalorização e a sobrecarga associada ao trabalho de cuidado.

**Gráfico 16** – Sentimentos percebidos ao final do dia



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os dados revelam que os sentimentos das participantes ao final do dia são variados. Entre elas, 44,4% se sentem bem e 44,4% se sentem felizes. Esses sentimentos indicam que, apesar das demandas diárias, há aspectos positivos e satisfatórios na vida das participantes. No entanto, 22,2% delas relatam se sentir realizadas, sugerindo que a sensação de realização pode não ser tão prevalente quanto o bem-estar e a felicidade. A mesma porcentagem (44,4%) que se sente bem e feliz também se sente cansada ao final do dia. O cansaço pode ser um reflexo da carga intensa de responsabilidades e do trabalho contínuo associado ao cuidado e às tarefas domésticas. A sobrecarga física e emocional pode levar a uma sensação de exaustão, mesmo quando outros aspectos da vida são satisfatórios e positivos. Estudos como os de Craig e Mullan (2011) e Duffy, Armenia e Stacey (2005) mostram que a combinação de múltiplos papéis e responsabilidades pode levar a um cansaço significativo, o que afeta o bem-estar geral. Esses dados ilustram a complexa interação entre satisfação pessoal, realização e exaustão, destacando a necessidade de suporte para equilibrar a carga de trabalho e promover o bem-estar.

Em relação à discussão durante o grupo focal, foi recorrente a fala sobre a importância de reconhecer o trabalho das mulheres na área da saúde, não apenas no âmbito profissional, mas também no trabalho diário, que muitas vezes passa despercebido. Uma participante afirma que

Eu acho que é importante pensar que a gente ainda fala do trabalho da mulher na saúde, mas aquele trabalho além da nossa profissão, aquele trabalho que a gente faz e muitas vezes não é visto. É aquele trabalho que a gente faz todo dia, que está além da nossa profissão, mas eles nos colocam como responsáveis.

É ressaltada a ideia de que esse trabalho extraprofissional muitas vezes não é visível e com isso há uma reflexão sobre a invisibilidade do trabalho feminino, especialmente quando se estende além

das funções profissionais tradicionais. Algumas falas sugerem que as mulheres realizam tarefas diárias que não são plenamente reconhecidas, mas que desempenham um papel crucial na sociedade.

De acordo com Souza (2020) as mulheres estão constantemente expostas a um conflito, que pode ser explicado pela dupla/tripla jornada de tarefas quando gerenciam seus negócios, uma vez que a mulher continua sendo responsável pelas tarefas domésticas.

Compreende-se também a historicidade do papel da mulher, especialmente no cuidado. Outra participante pontua o seguinte:

Isso é muito um fator histórico, a gente sabe que vem de um contexto histórico, a mulher acaba ouvindo desde sempre, o cuidado acaba sendo deixado sempre pra mulher. Na gestão de gerar, do filho, acho que começa daí né, essa forma de deixar muito essa questão de cuidado, da saúde, do instinto, eu acho que é muito feminino mais nesse sentido mesmo, da formação nossa dos filhos e da sociedade também.

A mulher é associada ao cuidado desde tempos antigos, sendo responsável pela gestão, geração, convívio e formação dos filhos. Além disso, foi comentado sobre o contexto mais amplo da sociedade, sugerindo que a forma como as mulheres são vistas no cuidado está intrinsecamente ligada à cultura e à história. A invisibilidade do trabalho feminino parece estar enraizada em construções sociais mais amplas; é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta em diversos setores e níveis organizacionais.

Queiroz e Aragón (2015) sugerem que a mulher enfrenta obstáculos significativos para manter uma presença consistente no mercado de trabalho, sendo influenciada por fases específicas de seu ciclo de vida, como o estabelecimento da família e a maternidade. Durante esses períodos, devido à demanda de tempo e à dedicação necessária à família, frequentemente as mulheres reduzem sua participação na força de trabalho, priorizando o investimento de tempo em suas responsabilidades familiares. Essa questão está profundamente enraizada em normas sociais, estereótipos de gênero e desigualdades estruturais.

É importante frisar a necessidade de compreensão e valorização das diversas dimensões do trabalho feminino, indo além do âmbito profissional. Ressalta-se a influência das mulheres na formação dos filhos e na sociedade como um todo. Isso sugere uma responsabilidade mais ampla e destaca a importância das mulheres na construção e manutenção do tecido social. Adams (1990) chama de “armadilha da compaixão” o conjunto de crenças difundidas e aceitas socialmente, que atribuem à mulher, como suas funções mais importantes, os papéis de proteção, criação e promoção do crescimento de outros.

Algumas falas colocaram em debate o papel do parceiro nos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, como esta, por exemplo: “Quando alguém vê o pai fazendo alguma coisa, normalmente: aí, ele te ajuda? Não, ele não me ajuda não, é responsabilidade dele também.” Segundo Jablonski (2010), apesar dos avanços do movimento feminista contemporâneo, percebe-se que há uma persistência do pensamento conservador, que atribui a responsabilidade das tarefas domésticas e o cuidado dos filhos às mães. Assim, sustenta-se a ideia de que, quando o homem faz um afazer

doméstico, soa mais como um favor e não como uma obrigação.

Observou-se, com a análise das falas neste trabalho, que as participantes possuem pensamento e posicionamento críticos diante dos desafios da realidade diária em seus ambientes familiares e profissionais. Notou-se que se faz necessário o equilíbrio entre suas jornadas de responsabilidades, com a colaboração de parceiros e familiares, para a promoção de qualidade de vida para todos os envolvidos.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou uma visão abrangente sobre as complexidades do trabalho de cuidado realizado por mulheres no setor de saúde, destacando tanto o contexto profissional quanto o doméstico. A análise dos dados e das discussões durante o grupo focal revelou uma série de padrões e desafios que merecem atenção e reflexão aprofundada.

Este trabalho permitiu o alcance dos objetivos a partir da contribuição destas mulheres que abertamente falaram sobre questões que as incomodam, fragilizam e as fortalecem. A atuação da mulher na sociedade é grandiosamente importante e requer mais respeito, compreensão e reconhecimento social. Ao considerar o que foi discutido neste estudo, é de suma importância destacar a necessidade de uma mudança estrutural e cultural para anuir e apreciar o trabalho de cuidado das mulheres. Isso inclui desafiar estereótipos de gênero já consolidados pela sociedade, promover a igualdade nas responsabilidades envolvendo a família e criar um ambiente de trabalho que apoie efetivamente a harmonização entre a vida profissional e a familiar.

Os dados evidenciam que as mulheres enfrentam uma carga significativa de trabalho de cuidado, tanto no ambiente de trabalho quanto em casa. A responsabilidade exclusiva pelas atividades domésticas e a contribuição financeira para o lar são aspectos que intensificam a sobrecarga. Esse cenário é agravado por fatores como a faixa etária, a escolaridade e a renda, que influenciam diretamente a capacidade das mulheres de equilibrar suas responsabilidades e a percepção de seu trabalho. A literatura existente confirma que as desigualdades estruturais e as normas sociais tradicionais continuam a reforçar a carga desproporcional de trabalho de cuidado sobre as mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, M. A armadilha da compaixão. **Revista de Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 33, p. 109-131, 1990.
- BACKES, D. S. *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**. v. 35(4), p. 438-442, 2011. Disponível em: <[https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo\\_focal\\_como\\_tecnica\\_coleta\\_analise\\_dados\\_pesqui\\_sa\\_qualitativa.pdf](https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesqui_sa_qualitativa.pdf)>. Acesso em 09 nov. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BIANCHI, S. M. *et al.* Housework: Who Did, Does, or Will Do It, and How Much Does It Matter? **Social Forces**, 91(1), 55-63, 2012. Disponível em: <<https://academic.oup.com/sf/article/91/1/55/2235879>>. Acesso em 01 nov. 2023.
- CASIMIRO, L. M. S. M. DE; KREUZ, L. R. C.; VIANA, A. C. A. (Sub) representação política feminina e a participação das mulheres em espaços democráticos: examinando conselhos públicos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 120, 2020. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/714>>. Acesso em 09 nov. 2023.
- CRAIG, L.; MULLAN, K. “Work–family policies and the gendered division of housework in Australia.” **Journal of Family Studies**, 17(1), 15-29, 2011.
- DUFFY, M.; ARMENIA, A.; STACEY, C. L. **On the Clock, Off the Radar**: Paid Care Work in the Aftermath of Welfare Reform, 2015.
- EMIDIO, T. S.; CASTRO, M. F. DE. Entre Voltas e (Re)voltas: um Estudo sobre Mães que abandonam a Carreira Profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, p. e221744, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/zdZtjkD3qv6cxzJmTKRxcyh/>>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- ENGLAND, P. Emerging Theories of Care Work. **Annual Review of Sociology**, 31, 381-399, 2005. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.soc.31.041304.122317>>. Acesso em 10 out. 2023.
- FIORIN, P. C.; OLIVEIRA, C. T.; DIAS, A. C. G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 25-35, 2014. Disponível em: <[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902014000100005](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000100005)>. Acesso 01 set. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOCHSCHILD, A. R.; MACHUNG, A. **The Second Shift**: Working Families and the Revolution at Home. Penguin Books, 2012.
- IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diferença de remuneração entre homens e mulheres**. 2022. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/21055-producao-textual-desigualdade-de-renda-entre-homens-e-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em 22 set. 2023.

MISRA, J.; LUNDQUIST, J. H.; MOLLER, S. The Role of Gender in Understanding Care Work and Family Work. **Gender & Society**, 34(2), 145-168, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, V. S.; ARAGÓN, J. A. O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 45, n. 4, p. 787–819, out. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/W9vz6jr6BNmGL-3JWRSpC6Yy/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 10 set. 2023.

RAY, R.; ROSCIGNO, V. J. **The Intersection of Race and Gender in the Labor Market**: Moving Beyond the Race Versus Gender Dichotomy, 2020.

SOUZA, C. G. de. A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 03, p. 700-706, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/QDSrQ48Td36y4zDFhwQzqhC/?lang=pt>>. Acesso em 01 out. 2023.

WEGNER, W.; PEDRO, E. N. R. Os múltiplos papéis sociais de mulheres cuidadoras-leigas de crianças hospitalizadas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 31, n. 2, p. 335–342, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rngenf/a/rw8ZcpFhxQymmhsTG8GQD8L/#ModalTutors>>. Acesso em 01 out. 2023.

# 11

## LINDA DE DOER: DO CULTO À BELEZA AO SOFRIMENTO PSÍQUICO EM JOVENS ADOLESCENTES

▶ **Kaira Bernardes Triunfo**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310035@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Nicolly Aparecida Matos**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310130@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Raphaela Gualberto de Oliveira**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310391@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Stephanie Rosa Baia**

Bacharelanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
2310429@sempre.unifacig.edu.br

▶ **Étore Gomes Mazini**

Mestre em Psicologia, Docente no Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG;  
etore.gomes@sempre.unifacig.edu.br; <http://lattes.cnpq.br/9688196313096788>

## RESUMO

Falar sobre a distorção da autoimagem pela mídia é de imprescindível importância, dado o impacto significativo existente devido a idealização corporal presente na sociedade contemporânea. Assim, as mídias apresentam padrões de beleza cada vez mais inatingíveis, ocasionando em uma percepção distorcida da realidade e influenciando no aumento do índice de insatisfação corporal e baixa autoestima. Desse modo, o artigo busca salientar os impactos causados pelo uso exacerbado das redes sociais que ocasionam sofrimento psicológico em jovens adolescentes no processo de tornar-se mulher. Neste contexto, a pesquisa descritiva quantitativa

coletou dados de meninas em contexto escolar do Ensino Médio da rede pública de ensino de duas cidades situadas na Zona da Mata Mineira. Dentre os principais resultados encontrados destacam-se uma acentuada influência virtual no comportamento e desenvolvimento da auto percepção e sintomatologias relacionadas à ansiedade dessa amostra.

**Palavras-chave:** Adolescência; redes sociais; autoimagem; sofrimento psíquico.

# 11

## BEAUTIFUL TO HURT: FROM THE CULT OF BEAUTY TO PSYCHOLOGICAL SUFFERING IN YOUNG ADOLESCENTS

### ABSTRACT

Discussing the media's distortion of body image is critically important, given the significant impact of the idealized body standards prevalent in contemporary society. The media promotes increasingly unattainable beauty ideals, leading to distorted perceptions of reality and contributing to higher levels of body dissatisfaction and low self-esteem. This article aims to highlight the psychological impacts of excessive social media use, which causes distress among adolescent girls as they navigate the process of becoming women. In this context, the quantitative descriptive study collected data from high school girls attending public schools in two cities located in the Zona da Mata region of Minas Gerais. The key findings indicate a strong virtual influence on the behavior and development of self-perception, along with symptoms related to anxiety within this sample.

**Keywords:** Adolescence; social media; self image; psychological suffering.

### 1 INTRODUÇÃO

AA adolescência é um período de profundas mudanças na vida dos indivíduos, já que ainda estão se desenvolvendo fisicamente, cognitivamente e psicossocialmente. Como ressaltam Teixeira, Bock e Furtado (1999), é um período em que se vivencia uma angústia pela dicotomia entre não ser mais criança e ainda não se categorizar como adulto.

Somado a isso, Papalia e Feldman (2013, p. 382) destacam que, nessa faixa etária, “a puberdade envolve alterações físicas dramáticas”, e com isso surgem inúmeras consequências

psicológicas. Seguindo a perspectiva desses autores, o aparecimento de pelos púbicos e axilares, o aumento volumétrico dos seios, o ganho de gordura corporal e o surgimento de acnes transformam significativamente a autopercepção dessas adolescentes, que geralmente se preocupam mais com seus aspectos físicos do que com seu interior, escancarando como a sociedade geralmente destaca apenas as características físicas das mulheres.

Para além das ambiguidades auto perceptivas, o conceito de adolescência não é unânime. Para a psicologia, ela é criada e moldada pela sociedade, variando as experiências subjetivas entre as culturas, contextos históricos e socioeconômicos. Portanto, não é algo natural para os seres humanos, sendo “[...] um período da vida que apresenta suas características sociais e suas implicações na personalidade e identidade do jovem” (Teixeira; Bock; Furtado, 1999, p. 296).

Durante a Idade Média, por exemplo, o conceito de adolescência não existia. Dessa forma, as crianças eram vistas como adultos em miniatura e representavam as demandas do pai. Essa lógica do filho suprimindo demandas do núcleo familiar patriarcal se manteve durante o século XIX com a ascensão da classe burguesa, como bem observa Engels (2019) ao analisar a construção social histórica da família ao longo do processo do materialismo histórico-dialético.

No entanto, a partir de uma lógica mercadológica no processo de consolidação e ampliação do mercado consumidor das potências industriais, a adolescência é introduzida com o intuito de preparação para o ingresso no mercado de trabalho, aquisição de valores morais e constituição posterior da sua própria família.:

Podemos considerar, então, que a adolescência é uma fase típica do desenvolvimento do jovem de nossa sociedade. Isso porque uma sociedade evoluída tecnicamente, isto é, industrializada, exige um período para que o jovem adquira os conhecimentos necessários para dela participar (Teixeira; Bock; Furtado, 1999, p. 293).

Acima da construção histórica do conceito de adolescência supracitado, no Brasil, esse período é delimitado judicialmente por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que considera adolescentes aqueles que têm entre 12 e 18 anos completos.

Além da recente demarcação, a adolescência na contemporaneidade esbarra-se na internet, produto direto do avanço tecnológico pós-moderno. Sua crescente popularização a partir das décadas de 1990 e 2000 afeta de maneira expressiva os pensamentos, a comunicação e a socialização, acarretando o consumo desenfreado de conteúdo cibernético por jovens em pleno desenvolvimento maturacional (Lévy, 2010). Essa relação desequilibrada impacta profundamente no comportamento e percepção do eu, no modo de se relacionar com os outros e com si mesma, a partir da utilização exacerbada das redes sociais e seus respectivos nichos.

Como observam Teixeira, Bock e Furtado (1999, p. 276), “os meios de comunicação de massa ganharam uma importância formidável nos últimos tempos”, resultando em uma influência crescente da mídia que recebe protagonismo na disseminação de valores — sobretudo aqueles vinculados à estética — e na construção de conteúdos que moldam a autopercepção.

Em decorrência, a publicidade dos meios de comunicação em massa impõe um modelo corporal padronizado, muitas vezes distante da realidade, mas que é idealizado e buscado a qualquer custo. A beleza, então, é retratada por corpos esguios e magros, desconsiderando a diversidade corporal que abarca as mulheres brasileiras (Murari; Dornelas, 2018).

As redes sociais, por sua vez, desempenham um papel cada vez mais presente na vida de adolescentes, proporcionando acesso a vastas quantidades de informações e conexão em um mundo sem fronteiras. No entanto, Souza e Cunha (2019) ressaltam que o uso dessas plataformas pode ter implicações diretas e indiretas de conflitos em diversos âmbitos da vida interpessoal, como, por exemplo, a deturpação da autoimagem e autoestima causada pela exposição constante ao padrão de beleza imposto. Assim, “[...] a baixa autoestima é um fator que dificulta os relacionamentos, sejam eles sociais ou familiares” (Lara; Francatto; Avíncola, 2022, p. 35).

Contudo, veículos midiáticos frequentemente retratam um cenário utópico, isento de imperfeições, onde associam o produto ou serviço a uma atmosfera resplandecente e imaculada. Simultaneamente, há o cuidado em criar uma aparência de autenticidade em relação à realidade, proporcionando uma sensação de proximidade entre as pessoas e esse mundo supostamente alcançável. Nesse momento, ocorre a captura da subjetividade de maneira sutil, tornando-se desafiador resistir a esse processo. Assim que a realidade vem à tona, já se torna complicado abandonar o consumo (Teixeira; Bock; Furtado, 1999).

Destarte, esse ciclo cruel e vicioso acaba trazendo grandes efeitos psíquicos para as adolescentes, pois, em consonância com Murari e Dorneles (2018), o corpo é constituído no inconsciente pelo poder da mídia, que atua de forma perversa, atingindo principalmente os corpos femininos. Ao passo que tornar-se mulher não é dado ao nascimento, como ressalta Beauvoir (1980), os padrões de beleza dilaceram rapidamente a autoestima e a autopercepção das jovens, já que a sociedade adota uma supervalorização da imagem e oprime aquelas que não se enquadram nos moldes preestabelecidos (Bodanese; Padilha, 2017).

Ao pensar nessa defasagem na autoimagem de adolescentes, torna-se importante compreender como a autoimagem de meninas adolescentes é moldada, influenciada e definida por meio das redes sociais, e quais os principais modos de sofrimento psíquico causados por esse processo. Ressalta-se também a vivência delas frente à temática e os impactos que a alta exposição e o consumo midiáticos exacerbados têm no dinamismo de tornar-se mulher.

Entende-se que a adolescência é uma fase de inúmeras transformações físicas, emocionais, hormonais e comportamentais. Devido a essas mudanças, surgem insatisfações e comparações acerca do próprio corpo com os corpos considerados padrões pela sociedade e pelos meios de comunicação. Com o fácil acesso às redes sociais, o ato de comparar-se pode se intensificar e, eventualmente, gerar sofrimento psíquico às adolescentes.

Assim, com o objetivo de contribuir para essa discussão, a pesquisa busca compreender os impactos que as redes sociais têm na construção de um padrão de beleza inalcançável, bem como as consequências psíquicas desenvolvidas em meninas em período de desenvolvimento (adolescên-

cia). Entendendo a gravidade da problemática, dispõe-se a estimular debates sobre a autoaceitação e percepção pessoal, além de conscientizar não só toda a população, mas principalmente meninas dessa faixa etária para que busquem meios eficazes de contornar a situação.

## 2 METODOLOGIA

A fim de delinear a relação entre o padrão de beleza exposto pelas redes sociais e os impactos psíquicos na autoimagem de meninas adolescentes do ensino médio, foi realizada uma pesquisa descritiva quantitativa. Esse método refere-se ao registro e à descrição imparciais dos fatos observados, sem qualquer interferência do pesquisador, além de traduzir numericamente os dados obtidos. Diante disso, seu principal propósito é descrever as características de uma população, amostra ou fenômeno específico, tal como estabelecer relações entre variáveis (Prodanov; Freitas, 2023).

Para a coleta de dados, elaborou-se um survey formatado no Google Forms, uma extensão online gratuita do Google para criação de pesquisas. O questionário foi aplicado com anonimato e a amostragem por acessibilidade, ou seja, as alunas foram previamente esclarecidas sobre o estudo e decidiram participar ou não. Vale ressaltar que sua formulação teve como referência uma pesquisa já realizada por Lara et al. (2022), sendo complementada com perguntas específicas do tema proposto.

Dessa forma, foram aplicadas 27 perguntas (21 de múltipla escolha e 6 dissertativas) para 68 meninas, entre 15 e 18 anos, matriculadas na rede pública de ensino em dois municípios situados na Zona da Mata Mineira, com a finalidade de coletar, sobretudo, autopercepções. É importante salientar que todos os documentos necessários foram utilizados, como a autorização por escrito dos pais ou responsáveis e a garantia de confidencialidade em relação aos respondentes.

Dentre as questões de múltipla escolha, havia perguntas diretas com a possibilidade de responder “sim” ou “não” e variáveis com “parcialmente” ou “com muita ou pouca frequência”. Por sua vez, para uma análise estatística mais detalhada e robusta, os dados foram analisados via planilha do Excel®, que reúne as respostas em gráficos, demonstrando os resultados.

No que concerne às questões dissertativas, por serem amplas e subjetivas, relacionadas às vivências das participantes, utilizou-se outra metodologia de análise. Primeiramente, todas as respostas foram coletadas e direcionadas ao Microsoft Word® em formato de tópicos e analisadas. Em seguida, foram depositadas na plataforma online gratuita WordClouds (<https://www.wordclouds.com>), que organiza e destaca as palavras em formato de nuvem, para observação visual representativa. Assim, aquelas mencionadas com maior recorrência ganham destaque e as menos citadas ficam em tamanho reduzido, facilitando a identificação dos discursos mais recorrentes.

Destaca-se que o questionário passou por uma etapa de validação. Entendendo a especificidade do grupo, 10 adolescentes foram selecionadas por acessibilidade, respeitando os mesmos critérios amostrais para a pesquisa, mantendo o padrão da coleta de dados. A escolha perpassa pela similaridade nas realidades, o que contribui para uma amostra mais homogênea. Além disso, também foram previamente esclarecidas sobre os objetivos do estudo e a construção posterior de um artigo científico.

Com a média de 13 minutos e 30 segundos para completá-lo e nenhuma dúvida ou feedback negativo, constatou-se por unanimidade que o instrumento estava adequado tanto em termos de linguagem quanto aos objetivos do estudo, não havendo necessidade de modificações na estrutura do texto original.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

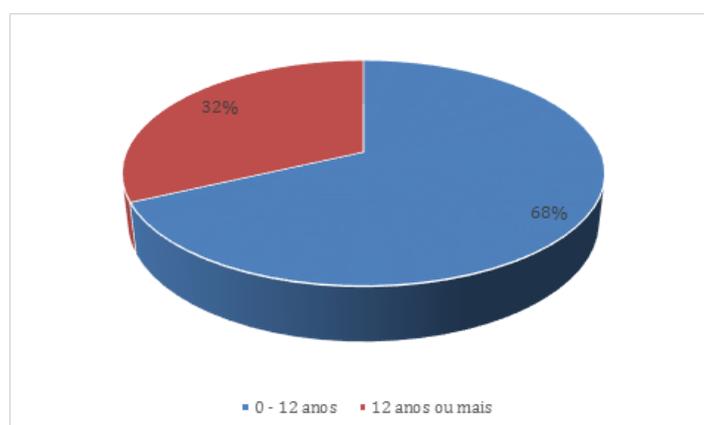
Tendo o formulário 27 questões e 68 respostas, com a primeira pergunta obteve-se a idade das participantes. Dessa forma, a maioria relatou ter 16 e 17 anos (65%), enquanto a minoria tinha 15 e 18 anos (35%), evidenciando, juntamente com a segunda pergunta — ano escolar — que a maior parte da amostra (75%) está no 1º e 2º ano do Ensino Médio e, como esperado, se enquadra na faixa etária característica da adolescência.

Para compreender como a autoimagem de meninas nesse período é moldada, influenciada e definida por meio das redes sociais e quais os principais modos de sofrimento psíquico causados por esse processo, é necessário entender a origem da exposição precoce às redes sociais.

Na atualidade, as telas que anteriormente se restringiam à televisão e aos computadores evoluíram rapidamente por meio da tecnologia para celulares, notebooks e tablets, dispositivos móveis intrínsecos ao cotidiano. Em consonância com sua portabilidade e praticidade, esses aparelhos cada vez mais se mostram presentes na vida das pessoas de diversas situações socioeconômicas e faixas etárias variadas, incluindo aquelas ainda na infância (Madigan et al., 2019).

Assim, quando perguntadas sobre a idade em que começaram o acesso à internet, conforme apontado no Gráfico 1, 68% afirmou que o contato se iniciou ainda quando crianças (período igual ou menor que 12 anos de idade), em plena fase de desenvolvimento, altamente suscetíveis à vulnerabilidade e facilmente seduzidas pelo mundo virtual (Alencar et al., 2022).

**Gráfico 1:** Idade de início do acesso à internet.

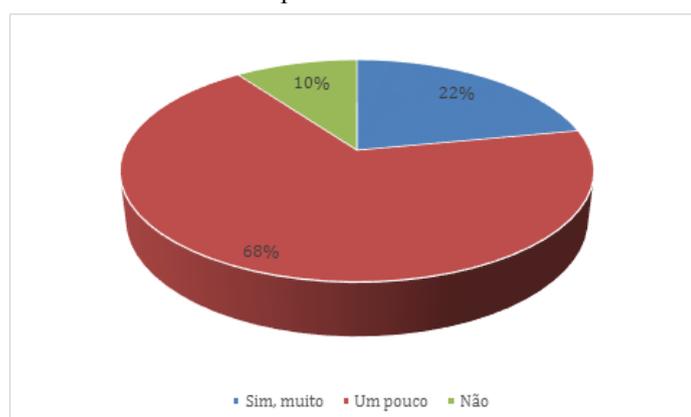


Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

No que tange aos motivos pelos quais os cuidadores veem as problemáticas atreladas à exposição precoce às telas, destacam-se a falta de tempo, a noção popular de que a tecnologia substitui uma “babá” confiável e os conteúdos virtuais como ferramenta “útil” para o desenvolvimento infantil. No entanto, é de suma importância que se promova um ambiente seguro, já que as crianças se desenvolvem de maneira recíproca com as trocas em seu meio, sendo bastante influenciadas pelos estímulos que recebem (Alencar et al., 2022). Os mesmos autores salientam os prejuízos a longo prazo em caso de negligência ou falta de supervisão — como maiores dificuldades em formular uma concepção do eu desvinculada da ilusória realidade que, desde cedo, consomem virtualmente — o que acaba facilitando a construção de distorções da autopercepção quando essas crianças, sobretudo meninas, chegam à adolescência.

Ainda sob a perspectiva da virtualidade, foram questionadas sobre se há alguma dependência no que se refere às redes sociais e ao tempo de uso desses meios de comunicação. Contraditoriamente, 68% responderam que se sentem somente um pouco dependentes (Gráfico 2), mas, ao mesmo tempo, 71% disseram que consomem diariamente 3 horas ou mais de conteúdos advindos dessas plataformas (Gráfico 3).

**Gráfico 2:** Dependência das Redes Sociais



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

**Gráfico 3:** Tempo de uso diário de redes sociais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

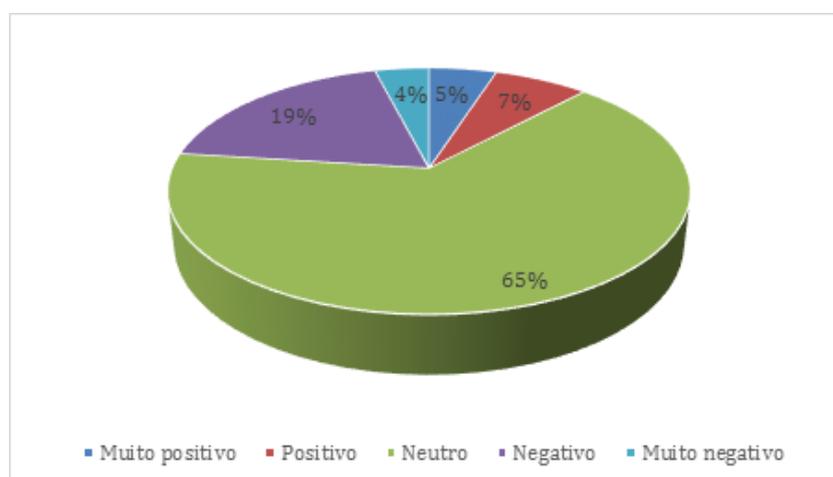
Essa incompatibilidade dos resultados pode ser explicada pelo que Papalia e Feldman (2013) nomeiam como sentimento de onipotência da adolescência, fazendo com que os indivíduos dessa faixa etária não levem em consideração o risco de suas ações, pois não consideram que as consequências podem afetá-los. Ou seja, quando perguntadas diretamente, não admitem que são dependentes das redes sociais pela conotação negativa que a palavra dependência traz, mas, indiretamente, questionadas sobre o tempo que direcionam para essa atividade, divergem da resposta da primeira pergunta.

Posteriormente, buscando saber quais redes sociais eram utilizadas com maior frequência pelas participantes, 8 opções de respostas com as respectivas plataformas mais atuais foram apresentadas. Assim, os dois veículos de comunicação mais escolhidos foram o TikTok e o Instagram (77%), enquanto as menos selecionadas foram o WhatsApp e o Twitter (20%). Esses resultados expõem que sua maior preferência são as redes sociais no modelo de compartilhamento de fotos e vídeos, o que facilita a disseminação e o consumo de um padrão de beleza fictício e/ou idealizado.

Questionadas sobre o conteúdo cotidianamente mais consumido nesses meios, a alternativa que sobressaiu foi “Beleza” (33%), ficando à frente das opções “Vestuário/moda” (18%), “Alimentação/receitas” (13%) e “Fitness” (10%). Além disso, 18 participantes adicionaram novas opções, como, por exemplo, esportes, livros, desenhos e música. No entanto, as temáticas mais requeridas entre as jovens estão diretamente relacionadas à imagem/estética, o que também contribui para o acirramento do conflito entre autoestima e o padrão socialmente prestigiado, uma vez que estão expostas a um ideal inalcançável de perfeição.

Outra incoerência que pode ser explicada pelo fenômeno de “onipotência” de Feldman e Papalia (2013) foi observada quando os resultados das seguintes perguntas foram correlacionados: o impacto das redes sociais na autoestima das jovens (Gráfico 4), classificação da sua autoestima (Gráfico 5), como se sentem sobre o próprio corpo diante das imagens propagadas nesses espaços virtuais (Figura 1) e se essas plataformas já afetaram de alguma maneira negativa sua saúde mental (Figura 2).

**Gráfico 4:** O impacto das interações nas redes sociais na autoestima.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)



Frente aos dados tabulados, infere-se que a maioria (65%) afirma que o impacto das redes sociais é neutro quanto à sua autoestima. No entanto, para 46%, a autoestima foi classificada como alta e instável, e logo em seguida relatam abertamente que se sentem “mal” ao compararem o que consomem virtualmente com o que são de verdade. Além disso, também discorrem que, de forma direta ou indireta, esse meio já impactou negativamente sua saúde mental, o que, conseqüentemente, abalou profundamente a maneira como organizam sua autopercepção e ocasionou sintomas que afetam tanto os aspectos psíquicos quanto os físicos.

Durante o tempo em que preenchiavam o questionário, as adolescentes relataram diversos sintomas comuns à ansiedade e transtornos alimentares quando expostas compulsoriamente a outras mulheres nas mídias, com corpos magros, peles sem estrias, celulites ou manchas, cabelos compridos e sedosos, mas, sobretudo, as que passaram pelo menos uma vez por procedimentos estéticos e intitulam-se “blogueiras” ou “influenciadoras digitais”. Dessa forma, expuseram oralmente ser habitual sentirem o aumento na frequência cardíaca, boca seca, mãos frias, respiração descontrolada e ofegante, tonturas, dores de cabeça, choro intenso, vontade de vomitar e privação alimentícia, manifestações típicas das crises de ansiedade e distúrbios alimentares, corroborando os achados de Serra (1980).

A próxima pergunta abordava se as participantes tinham o costume de utilizar filtros ou edições em suas fotos, e ao examinar as respostas, observa-se que 56% votaram “sim, em todas”, 25% optam por não utilizar filtros, e 19% aplicam em situações específicas. Com a ampla utilização de processos de edição, como filtros ou aplicativos, esse dinamismo pode levar a diversas distorções na representação da imagem feminina, podendo até mesmo desencadear o transtorno dismórfico corporal — transtorno caracterizado por um foco obsessivo em alguma imperfeição percebida na própria aparência (Silva, 2023).

Com isso, o consumo desenfreado do mundo ilusório que as redes ostentam e as automodificações virtuais mostraram-se extremamente nocivas à saúde mental e corporal dessas jovens, que, somadas às diversas transformações físicas, cognitivas e psicossociais proporcionadas pela adolescência, enfrentam amplos desafios ligados à construção da identidade, autoestima e autopercepção.

Em seguida, perguntou-se sobre qual das imagens anexadas no formulário do questionário as participantes consideravam encaixar no padrão feminino propagado pelas mídias (Figura 3), considerando que a beleza não é algo natural ao indivíduo, mas se encontra atrelada aos conceitos da própria sociedade, tratando-se de uma construção social (Goetz, 2013, apud Ferreira; Sousa, 2016).

Os resultados revelaram que uma expressiva maioria (91%) identifica a Opção 1 como a mais próxima ao ideal exposto, contrastando com a minoria de 7% que escolheu a Opção 3 e 2% que optaram pela Opção 2. Notavelmente, nenhuma participante votou na Opção 4, mesmo ela sendo magra, evidenciando que os padrões se atrelam a nuances para além das medidas corporais, como a discriminação racial. Esse resultado sugere uma aderência marcante ao padrão convencional de magreza, evidenciando a persistência de ideais estéticos que valorizam corpos brancos e magros, muitas vezes associados à noção de perfeição. Isso pode refletir a influência das representações midiáticas que promovem, majoritariamente, esse tipo de corpo como o ideal.

**Figura 3** – Imagens da questão



Fonte: Dados da pesquisa com imagens do Google® (2023)

Quando solicitadas a marcarem as alternativas sobre as características que consideram constituir esse padrão, os resultados apontam para uma convergência notável em características como corpo magro (90%), cintura fina (88%), glúteos grandes (78%), cor de pele branca (65%), cabelos loiros (60%), pernas grossas (60%) e pessoa alta (49%). Essa homogeneidade de respostas destaca a rigidez dos padrões estéticos que, além da magreza, incorporam elementos interseccionais como altura, cor de cabelo e da pele.

Em conformidade com o já mencionado, 51% acreditam que as redes sociais não representam de forma adequada as diversidades de corpos, enquanto as demais se dividiram entre 37% que consideram parcialmente adequadas e apenas 12% que acham que elas retratam de forma satisfatória. Porém, mesmo entendendo que a realidade é diferente dos conteúdos expostos, 50% afirmam se comparar com as aparências representadas no mundo virtual. Isso ocorre porque a mídia, segundo Rosa (2005), citado por Ferreira e Sousa (2016), é considerada um método educativo, guiando o sujeito na construção de sua própria identidade. Dessa forma, os recursos atrativos induzem valores e ideais que não condizem com o real (Guareschi; Romanzini; Grassi, 2008).

Além desses aspectos, buscou-se conhecer quais partes do corpo elas mais gostam. A Figura 4 revela uma variedade de preferências, incluindo cabelo, cintura e rosto. Notoriamente, observou-se que algumas responderam com expressões negativas, como “nenhuma parte” ou “não gosto do meu corpo”, indicando uma relação problemática com a autoimagem. Seguidamente, as participantes foram questionadas sobre qual parte do corpo menos gostavam, relatando barriga, nariz, perna, glúteos e até mesmo “tudo” (Figura 5).





## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou uma análise robusta e perspicaz das complexidades da adolescência, destacando suas transformações físicas, psicológicas e sociais. A pesquisa também abordou a presença crescente das redes sociais na vida das adolescentes, evidenciando seus impactos significativos na autoimagem, nos padrões de beleza e na saúde mental.

Apesar de algumas redundâncias e contradições nos dados coletados, o estudo atingiu seu objetivo geral ao avaliar os impactos da exposição e do consumo midiáticos exacerbados em jovens adolescentes, particularmente no processo de transição para a idade adulta e no desenvolvimento da identidade feminina. Essa pesquisa oferece contribuições significativas para a compreensão dos desafios enfrentados pelas adolescentes na era virtual, ressaltando a importância de abordagens mais saudáveis e conscientes em relação ao uso dessas plataformas.

Pode-se concluir que, embora as redes sociais desempenhem um papel crucial na comunicação, conectividade e expressão de estilo de vida, seu uso pode resultar em comparações incessantes com padrões inatingíveis de beleza, prejudicando tanto a saúde mental quanto física das adolescentes.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F. R. de. *et al.* Consequências do uso excessivo de telas para a saúde infantil: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. 1- 10, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27476>>. Acesso em 25 nov. 23.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BODANESE, G. R.; PADILHA, M. E. R. Análise Do Conceito De Autoimagem De Adolescentes No Contexto Escolar. **Psicologia. pt**, 2017. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1329.pdf>>. Acesso em 18 out. 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, L. A.; SOUSA de., M. É. Ser Jovem, Ser Belo: a juventude sob holofotes na sociedade contemporânea. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 2, p. 20-33, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5275/527554777011>>. pdf. Acesso em 02 dez. 2023.

FROIS, E.; MOREIRA, J.; STENGEL, M. Mídias e a imagem corporal na adolescência: o corpo em discussão. **Psicologia em estudo**, v. 16, p. 71-77, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/7yndSDgPJX4jXXYJymh-cWkM/>>. Acesso em 25 nov. 2023.

GUARESCHI, P. A.; ROMANZINI, L. P.; GRASSI, L. B. A "mercadoria" informação: um estudo sobre comerciais de TV e rádio. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 18, p. 567-580, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/r67xVfwpvdxqS7M5HrwhcqB/>>. Acesso em 25 nov. 2023.

LARA, C. C.; FRANCATTO, E. M.; DA SILVA AVÍNCOLA, A. Impacto das redes sociais sobre a insatisfação corporal em meninas adolescentes no ensino médio. **Redin - Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 11, n. 2, p. 32-47, 2022. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/2590>>. Acesso em 16 out. 2023.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MADIGAN, S. *et al.* Associação entre tempo de tela e desempenho de crianças em teste de triagem de desenvolvimento. **Pediatria JAMA**, v. 3, p. 244-250, 2019. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6439882/>>. Acesso em 22 nov. 2023.

MURARI, K. S.; DORNELES, P. P. Uma revisão acerca do padrão de autoimagem em adolescentes. **Revista Perspectiva: Ciência e Saúde**, v. 3, n. 1, p. 155-168, 2018. Disponível em: <<http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/perspectiva/article/view/209>>. Acesso em 17 out. 2023.

PAPALIA, D E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/11p5R RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM\\_JJd/view](https://drive.google.com/file/d/11p5R RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM_JJd/view)>. Acesso em 22 nov. 2023.

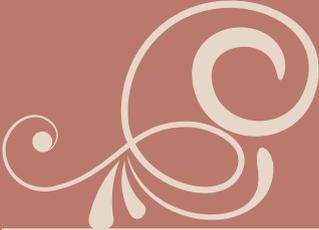
SERRA, A. S. V. O que é a ansiedade? **Psiquiatria Clínica**, v. 2, p. 93-104, 1980. Disponível em: <[SILVA, J. M. da. A vida através do filtro: a busca pela estética “perfeita” incentivada pelo Instagram. \*\*Trabalho de Conclusão de Curso \(Graduação em Comunicação-Jornalismo\) -\*\*](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/53033267/O_que_e_a_ansiedade_1_-_libre.pdf?1494186894=&response=-contentdisposition-inline%3B+filename%3DO_que_e_a_ansiedade_1.pdf&Expires=1701659919&Signature=fro6U0WmrAIO~C-FOy4xO4YSbJFHBEPtW2fhxplbRBlDxQlfNqWOQLEoXPgEaQUSlopE0EP~Hbe0GPNWyJ0GrFkJf9J6gAID-zaskPqwKTJSqeyvFoqWIRxPJfXCv7QuRpu0tOsLzy7IbYBmaM7XTRxC8fpaP9KjzPcYsE1vnhqaHHHygzeKE32x~MiFiP6bwW4I9mtBAa3ocRItBYeb2n0PV2mKFsIOQ0I3QR~BPtTZyf2NTHFPqJfwzNILKz6rMYjH-J47LoZMspfOKJMQ7mNX54XNh~EzJGJHNekQ8Ev8HMMntfhZVBRhRUS~l5ephaXZLzQMRMPPRJ9BD-F4A~H4A__&Key-PairId=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA.> Acesso em 27 nov. 2023.</p></div><div data-bbox=)

**Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, 2023. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/21069>>. Acesso em 01 dez. 2023.

SOUZA, K.; CUNHA, M. X. C. da. Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n.3, p. 204-217, 2019. Disponível em: <<https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/156>>. Acesso em 17 out. 2023.

TEIXEIRA, M. L.; BOCK, A.M.B.; FURTADO, O. **Psicologias**. São Paulo: Saraiva, 1999.

VIANNA, C. S. M. Da imagem da mulher imposta pela mídia como uma violação dos direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 43, p. 1-14, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/viewArticle/6991>>. Acesso em 01 dez. 2023.



## POSFÁCIO

"Para ser grande, sê inteiro: nada  
Teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és  
No mínimo que fazes.  
Assim em cada lago a lua toda  
Brilha, porque alta vive."

*(Ricardo Reis, heterônimo de Fernando Pessoa)*

Ao concluirmos a leitura de *Mulher: entre o cuidado, a luta e a resiliência*, somos lembrados da grandeza contida na totalidade da experiência feminina. Assim como a lua reflete sua luz, a mulher se revela plena em todas as dimensões de sua existência, seja nos pequenos gestos de cuidado ou nas grandes batalhas de sua vida.

Esta coletânea, organizada pelos professores que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Saúde, Pessoas, Organização e Trabalho (SUPPORT), revela as múltiplas facetas que envolvem ser mulher em uma sociedade marcada por desigualdades e desafios constantes. Os artigos aqui presentes aprofundam-se em temas essenciais como o cuidado, a luta e a resiliência, que definem a experiência feminina de forma única.

O cuidado aparece não apenas como uma obrigação social, mas como uma maneira de existir no mundo, construindo relações e nutrindo o emocional daqueles ao redor. A luta, presente em cada trajetória, é um movimento constante que impulsiona as mulheres em busca de reconhecimento, igualdade e, muitas vezes, apenas para serem ouvidas. Por fim, a resiliência surge como a força silenciosa que permite à mulher se reerguer e se reinventar diante das adversidades, sem perder sua essência.

Ao final desta obra, percebemos que cada artigo nos convida a refletir sobre a profundidade dessas vivências e sobre o impacto que elas geram em nossa sociedade. As histórias de superação, coragem e sensibilidade nos lembram de que a mulher, ao se entregar por inteiro a cada aspecto de sua vida, transforma o mundo ao seu redor.

Que este posfácio sirva como um convite à ação, para que as reflexões aqui suscitadas inspirem mais empatia e compreensão acerca das questões de gênero. O compromisso com a valorização da mulher não termina com esta leitura — ele deve ecoar como um chamado contínuo por justiça e igualdade.

E que essa luz continue a iluminar o caminho para um futuro mais justo e transformador.

*Os Organizadores*